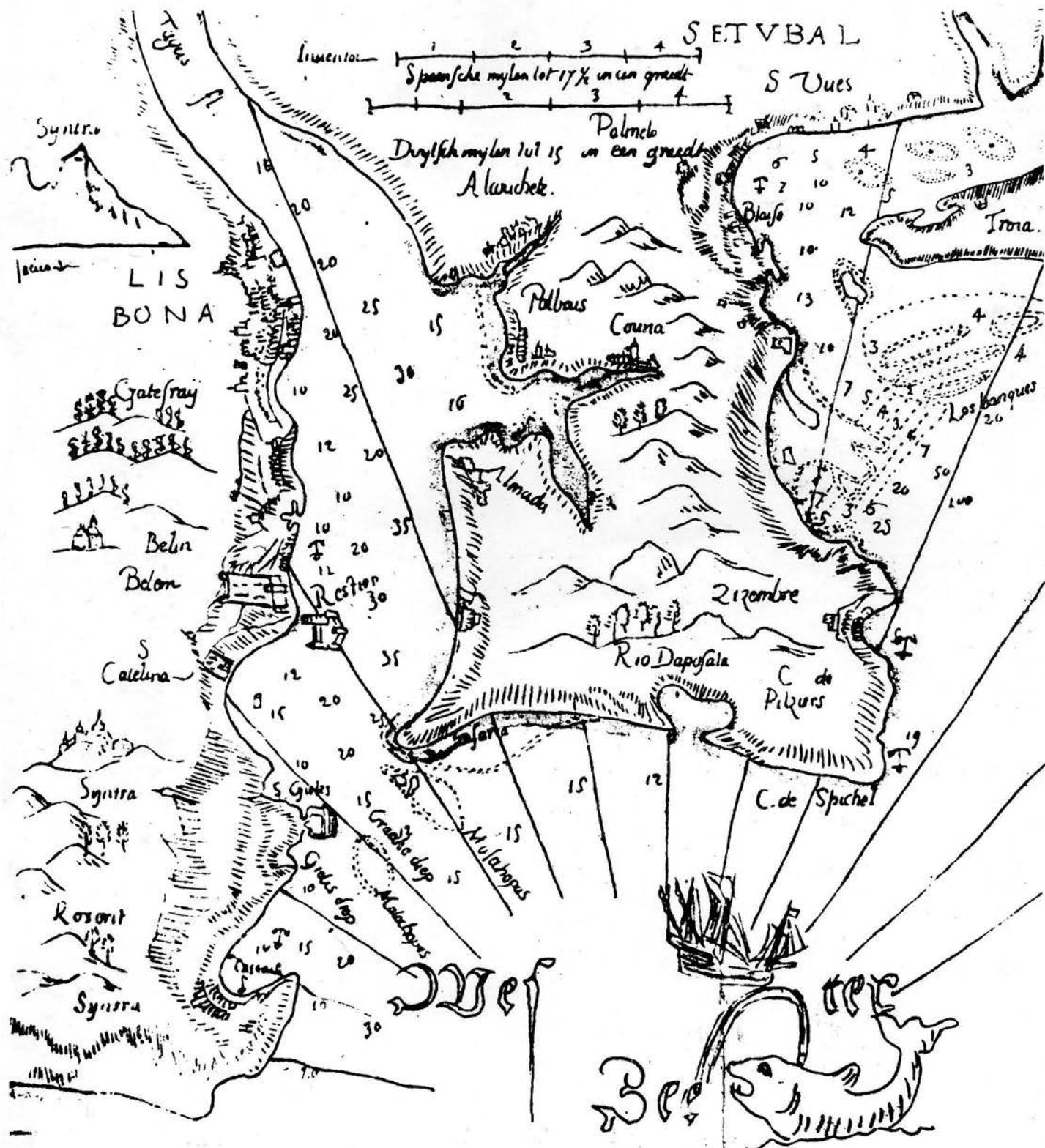


The logo for Al. Madam magazine. It features a large, bold, black, stylized font for the title "al. madam". To the left of the main title, there is a smaller, slanted text column containing the words "n.º 1 · maio / novembro 83" and "100\$00". Above the main title, there is a small, partially visible text column that includes "nog", "mónio", and "tória local".

centro de arqueología de almada



□em debate: os descobrimentos e a outra banda □garvão... nos bastidores de um museu □...no castelo de alcácer do sal — 5000 anos de história □ os homens de sesimbra e os descobrimentos... □casa dos bicos...□museu municipal do seixal

Capa:

Carta holandesa da barra do Tejo e península de Setúbal, de 1583, com sondagens. (reprodução de um decalque do Visconde de Santarém, tirado de Jansz Wachenaer).

Índice

ESCAVAÇÕES ARQUEOLÓGICAS NO CASTELO DE ALCÁCER DO SAL	
– 5 000 anos de História.	1
CASA DOS BICOS – Exposição de Arqueologia na poética renascentista.	3
MÉTODOS GEOFÍSICOS APLICADOS NA PROSPECÇÃO GEOLÓGICA DE TERRENOS.	5
INDÚSTRIAS ROMANAS DE SALGA EM PORTUGAL.	12
TRÊS ELEMENTOS ARQUITECTÓNICOS MÉDIEVAIS DO ALENTEJO.	14
ENTREVISTA COM... António Carlos Silva.	16
INTRODUÇÃO A... Arqueologia – II.	19
GARVÃO pretexto para visitar os bastidores de um museu.	22
EM DEBATE... Os descobrimentos e a «Outra Banda».	25
IGREJA DE S. SEBASTIÃO.	31
MONUMENTO AOS QUARENTA MÁRTIRES (Vale Rosal)	33
OS HOMENS DE SESIMBRA NOS DESCOBRIMENTOS MARTÍTIMOS PORTUGUESES.	34
BREVES NOTAS SOBRE UMA VISITA AO MUSEU BRITÂNICO.	35
MUSEU MUNICIPAL DO SEIXAL.	37
ANTROPOLOGIA.	39
LIVROS.	41
NOTÍCIAS – Actividade científica.	43
DOS JORNAIS. verso da contra capa	

Tiragem: 2000 ex.

Apoios: C.M.A., J. F. Cova da Piedade e F.A.O.J.

editorial

Realiza-se este ano em Portugal a XVII Exposição Europeia de Arte Ciência e Cultura do Conselho da Europa, subordinada ao tema «Os Descobrimentos Portugueses e a Europa do Renascimento». A iniciativa mereceu das entidades oficiais o apoio que uma grande realização deste tipo sempre justifica, pelo prestígio e imagem que confere a quem a toma a seu cargo. Projecto de divulgação cultural, normal em termos europeus, facilmente poderá ser transformado em pretexto para ostentação exuberante e triunfalista.

Apesar de expressa pelos seus organizadores a vontade de desencadear a nível nacional uma movimentação de adesão ao estudo e divulgação deste período da História colectiva, pouco se fez ainda, para além das palavras e das intenções.

Aproveitando a sensibilização e movimentação que a «17.^a» suscitou, a revista Al-Madan e o CAA, não quiserem deixar passar esta oportunidade de divulgar a História local e o património concelhio, referente à época dos descobrimentos portugueses.

A nós se juntaram outros concelhos da margem sul, região que apresenta uma unidade geográfica, económica e cultural própria a qual, apesar da falta de estudos de História regional, se pode confirmar pela existência de elementos arquitectónicos e artísticos que constituem património a conservar.

Não se pretende rivalizar com outras iniciativas, mas apenas perceber o modo como os grandes acontecimentos foram vividos nas diferentes regiões e daí partir para o «refazer» e «recontar» de História que nos envolve mais directamente. Vamos aproveitar a oportunidade...

al-madan

Publicação semestral

Propriedade e Edição:

Centro de Arqueologia de Almada
Apartado 103 (Torcatas)
2801 ALMADA CODEX
PORTUGAL

Registo de Imprensa n.º 108998

Director:

Luís Manuel Boa Ventura de Barros

Corpo Redactorial:

Ana Luisa
Jorge Raposo
Júlia Pinheiro
Luis F.Baltazar
Luis Gouveia

Grafismo:

Jorge Machado Dias
Jorge Raposo
Luis Gouveia

Traduções:

Fernanda Gomes
Paula Avelar

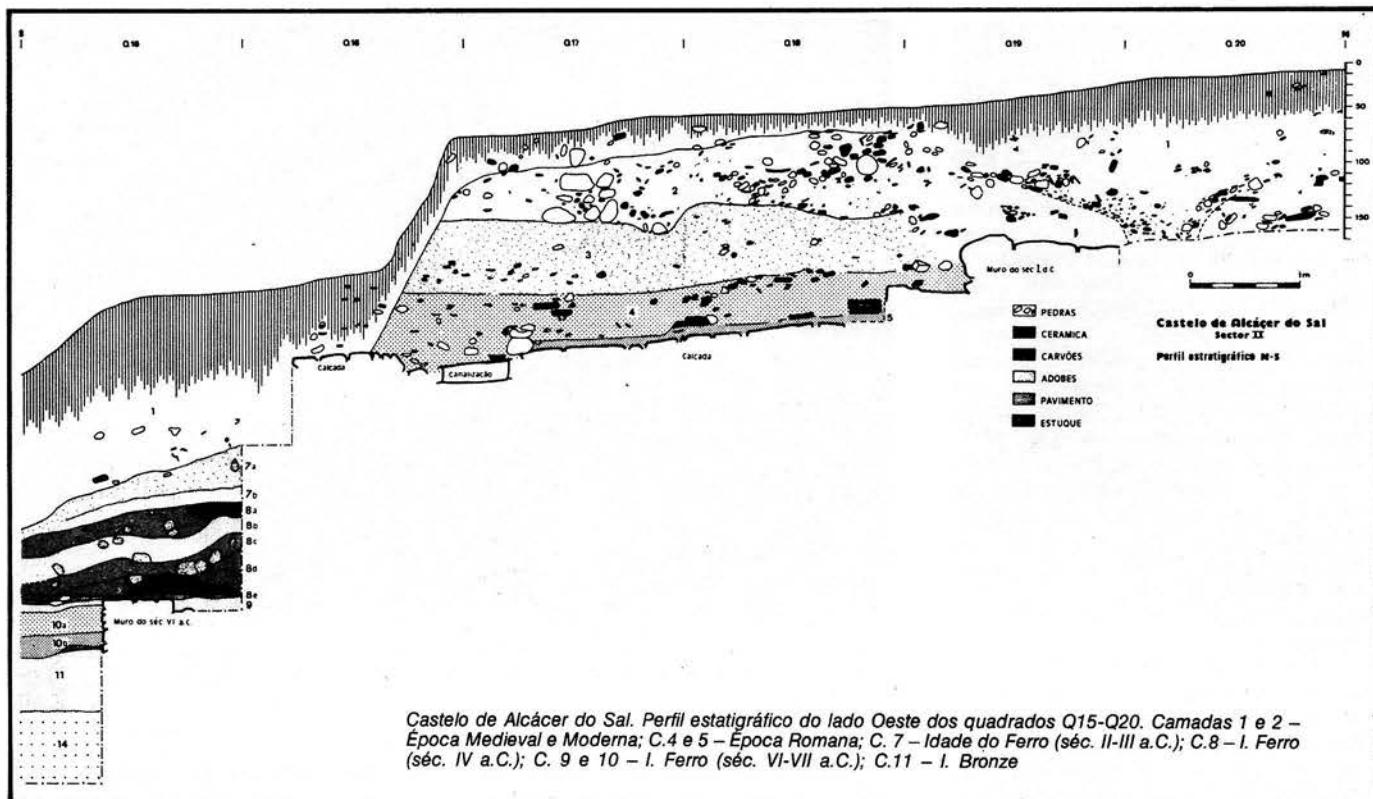
Composição e Montagem:
Fotocomprógráfic

Impressão:

Rolimpres-Artes Gráficas Ida
21-D AV. R. D. Leonor-Cv Piedade
Solicita-se permuta
On prie l'échange
Echange wanted
Tauschverkehr erwünscht
Solicitiamo intercâmbio

Colaboram neste número:

Ana Paula Zacarias
António Carlos Silva
António Nabais
Carlos Tavares da Silva
Clementino Amaro
Domingos Flora
Fernanda Gomes
Isabel Cristina Ferreira Fernandes
João L. Cardoso
João Zilhão
Joaquina Soares
Jorge Machado Dias
José d'Encarnação
José Guerra Soares
José O. Caeiro
José Pedro Xavier
Luís Barros
Luís Filipe Barreto
Luís Raposo
Luísa Ferrer Dias
Maria Graziela Duarte
Maria Lurdes Ribeiro
Raul Pereira de Sousa
Salete da Ponte
Vitor Santos



Castelo de Alcácer do Sal. Perfil estatigráfico do lado Oeste dos quadrados Q15-Q20. Camadas 1 e 2 – Época Medieval e Moderna; C. 4 e 5 – Época Romana; C. 7 – Idade do Ferro (séc. II-III a.C.); C. 8 – I. Ferro (séc. IV a.C.); C. 9 e 10 – I. Ferro (séc. VI-VII a.C.); C.11 – I. Bronze

Escavações Arqueológicas no Castelo de Alcácer do Sal 5000 Anos de História

por Carlos Tavares da Silva (*)

As escavações que o Museu de Arqueologia e Etnografia da Assembleia Distrital de Setúbal, com a colaboração do Museu de Alcácer do Sal, tem vindo a realizar desde 1979 na área do castelo desta vila, mais propriamente na zona dos depósitos de água, revelaram os restos de uma série de povoações sobrepostas que correspondem a cerca de cinco mil anos de história.

As sucessivas camadas de ocupação, destruição e abandono temporário que durante esse lapso de tempo se foram acumulando, chegaram a atingir, no seu conjunto, uma espessura de mais de 6 metros.

Tais camadas comportam-se como as páginas de um livro onde é possível ler a história da vida das diversas populações, através do estudo dos vestígios materiais que aí deixaram.

De cima para baixo, à medida que a escavação foi prosseguindo em profundidade, encontrámos primeiro as camadas mais recentes, com materiais das Épocas Moderna, Medieval e Árabe; depois as da Época Romana, com cerca de 2 000 anos; seguidamente as da Idade do Ferro, do século I ao séc. VII a.c.; depois a dos finais da Idade do Bronze, do séc. VIII ou IX a.c. e, na base a do Neolítico final, com quase 5 mil anos.

Vamos pois seguir esta escavação, simultaneamente em profundidade e extensão. Como dissemos, as camadas superiores forneceram peças modernas, medievais e árabes. Surgiram, além disso, troços, de muros acompanhados por estruturas de pedra seca, de planta circular e volume tronco-cónico, que poderiam ter servido para armazenar produtos alimentares, como fruta e peixe secos; pois no fundo de algumas delas recolheram-se «grainhas» de uva e escamas e espinhas de peixe.

As camadas seguintes, da Época

Romana, integram numerosas construções. Foram já escavados diversos compartimentos, talvez pertencentes a lojas, que abrem para um amplo espaço ladeado.

O acesso a essas lojas fazia-se através de largas portas de que restam as respectivas soleiras.

A escavação da camada de ocupação dos referidos compartimentos permitiu recolher numerosas peças arqueológicas, destacando-se *terra sigillata* sudgálica e hispânia, as ânforas (umas utilizadas para transportar salga de peixe e fabricadas em fornos das margens do Sado; outras oleárias e provenientes do Sul de Espanha), os vidros, as moedas. Estamos perante uma fase próspera da história de Alcácer. Trata-se da *Imperatriz Salacia* fundada nos finais do séc. I a.c. e que teria florescido até aos inícios do séc. II d.c.. A partir deste momento entraria em rápida decadência. Como o seu próprio nome indica, muita da sua riqueza teria por base a exploração e o comércio do sal.

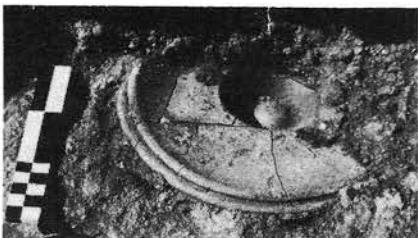
(*)Responsável pelo Grupo de Trabalhos Arqueológicos do Gabinete da Área de Sines.

temas...

A escavação em profundidade dos compartimentos da Época Romana mostrou que a *Imperatoria Salacia* se formou sobre ocupações anteriores pertencentes à Idade do Ferro.

Por exemplo, na zona Sul da área escavada, sob o nível romano – e após removidas camadas dos séculos I e II a.c. que forneceram escasso material ítalo (cerâmica campaniense e ânforas vinárias repúblicas) associado a abundante cerâmica pintada, de feição ibero-púnica – pôs-se a descoberto parte do interior de uma casa do século III a.c. onde, sobre um poial, foi encontrada uma ânfora púnica. Sensivelmente a meio do pavimento, que era de terra batida, descobriu-se um buraco de poste estruturado por pedras. A sua presença indica que a casa seria coberta por um telhado sustentado por postes e talvez constituído por colmo. As paredes eram de pedras mal aparelhadas e ligadas por argila.

Sob o pavimento do século III a.c. surgiu uma espessa camada do séc. IV a.c. formada por adobes queimados, revelando um incêndio. A população do séc. IV, surpreendida pelo incêndio, teria abandonado rapidamente as suas casas pelo que os adobes das paredes cairam directamente sobre as peças que se encontravam em uso. Deste modo, sobre o pavimento da habitação, encontrámos recipientes de cerâmica inteiros, designadamente dois pratos de pescado, com engobe vermelho de marcada feição púnica, um dentro do outro.



Por debaixo do pavimento e dos muros do século IV a.c., foram postos a descoberto os restos de uma casa, talvez do séc. V a.c., com o chão e as paredes revestidos por barro pintado de vermelho.

Prosseguindo a escavação em profundidade identificámos uma camada com materiais fenícios ou paleopúnicos (pratos e lucerna de engobe vermelho, cerâmica pintada) integráveis no chamado período orientalizante dos inícios da Idade do Ferro (séc. VII e VI a.c.). As casas desta fase eram, como as dos séculos posteriores, constituídas por muros com base de pedras ligadas por argila e adobes na parte superior.



Campanha 1980. Em primeiro plano estrutura circular (silo?) da Época Medieval/Moderna. Em segundo plano, construção da Época Romana, vendo-se uma conduta de água

Toda esta série de estratos da Idade do Ferro, contendo numerosos objectos relacionados com o comércio fenício e púnico, mostram a importância económica de Alcácer do Sal antes do período da colonização romana, ou seja, durante a Proto-história. A povoação comportar-se-ia, então, como um rico entreposto aberto a permanentes contactos com o mundo mediterrânico.

Por debaixo da camada que marca o início das ocupações da Idade do Ferro, dois estratos mais antigos foram encontrados. Um, dos finais da Idade do Bronze, do século VIII ou IX a.c., com cerâmicas de fabrico manual, brunidas e de formas carenadas, pertencentes às populações indígenas que habitaram Alcácer antes da chegada das primeiras influências fenícias.



Campanha 1981. Grande compartimento da Época Romana atravessado por uma conduta de água



Em cima: – Aspecto das escavações de 1980, vendo-se, em segundo plano, uma calçada da Época Romana

A direita: Construção da I. do Ferro postas a descoberto na campanha de 1981. Notam-se diversos muros sobrepostos: o superior é duma casa do séc. III a.C. e o mais profundo do séc. V a.C.

O estrato mais profundo (cerca de 6 m. de profundidade), muito mais antigo, dos finais do Neolítico, ofereceu artefactos de pedra lascada (furador, por exemplo), recipientes de cerâmica fabricados manualmente e um ídolo em forma de corno, também de cerâmica. Corresponde, pois, à pri-

meira ocupação humana do que é hoje o Castelo de Alcácer, a uma população que desconhecia a escrita e a metalurgia e que vivia essencialmente da agricultura e da criação de gado. Um grupo afim habitava o Possanco, na Comporta, cerca de duas dezenas de quilómetros para Oeste.

O rio foi para Alcácer do Sal o principal factor de formação e desenvolvimento. Por ele se escoavam os produtos alentejanos e subiam os navegadores mediterrânicos. Ponto de encontro de povos e culturas, Alcácer reflecte nas águas do Sado 5 milénios de História que essas mesmas águas decisivamente forjaram.

SUMMARY:

A divulging article about some of the possibles conclusions for the present of the archaeological researches in the Alcácer do Sal castle. Since the Neolithic to the Modern Age, five thousand years of history there are present, as a book, in a stratigraphy around six metres (236 inches).

SOMMAIRE:

Article de divulgation sur les conclusions qu'il est déjà possible de tirer sur les fouilles archéologiques dans le Château d'Alcácer do Sal. De la fin du Néolithique à l'époque Modern, 5 mille années d'histoire y sont présents, se disposant comme les pages d'un livre dans une stratigraphie d'environ 6 mètres.

CASA DOS BICOS

Exposição de Arqueologia na poética Renascentista

por Clementino Amaro (*)

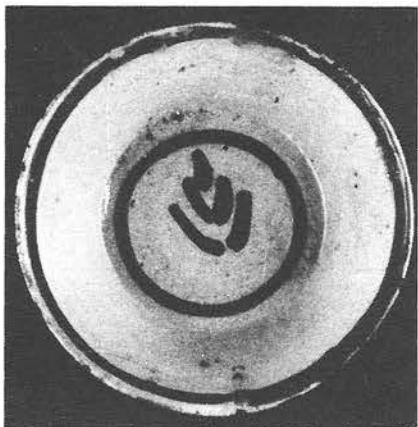
Para um mais profundo conhecimento da vivência da Casa do Bicos desde as suas origens, bem como os antecedentes económicos, sociais e militares no espaço que veio a ser ocupado por aquela, foi reservado o primeiro piso da casa para exposição arqueológica e integração de estruturas «in situ» reveladas no decurso dos trabalhos.

(*)Arqueólogo ao serviço do IPPC.

O guião da exposição, de autoria do arquitecto Helder Carita, a nível do primeiro piso, foi organizado de molde a que a arqueologia «marque» os antecedentes vivenciais até ao séc. XVI, introduzindo o visitante na exposição dos pisos superiores. No seu percurso, a exposição termina com um estudo da arquitectura do séc. XVI, tendo por base elementos lapidares, azulejos e mosaicos exumados durante os trabalhos arqueológicos. A



temas...



maioria dos elementos lapidares faziam parte dos andares nobres que caíram com o Terramoto e, posteriormente, introduzidos nas novas paredes entretanto levantadas. Dos azulejos, destacam-se os hispano-árabes, alguns apresentando já influência renascentista. Os mosaicos em «loseta» e brasonados são originários do leste espanhol, região de Valência, ambos reflexo das trocas comerciais de âmbito peninsular.

O tema abordado na Casa dos Bicos é «A Dinastia de Avis e a Europa». Tem como objectivo último o tratamento da vida quotidiana dos séc. XV e XVI, dando especial relevo ao internacionalismo da família de Avis.

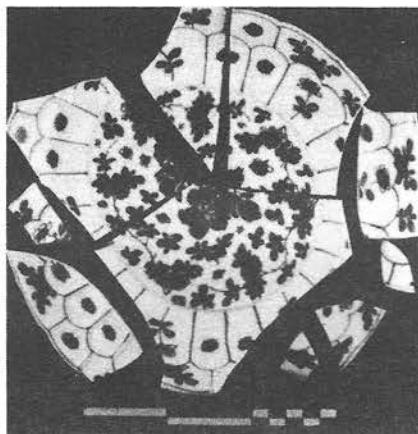
Assim, através de sucessivos casamentos, a dinastia de Avis liga-se a várias casas reinantes europeias, com importantes reflexos na vida política, económica, cultural e diplomática da época. Vão ser revividos alguns desses casamentos na Casa dos Bicos servindo de eixos à exposição, assim como viagens e envio de embaixadas. São assinaladas as influências mais significativas na vida da corte portuguesa, resultantes dessas ligações, bem assim as novidades que os portugueses «bebiam» nos seus contactos com a África e o Oriente e as transmitiam à Europa.



Obras de arte e documentos vindos do estrangeiro bem como outros seleccionados de colecções nacionais e ainda um conjunto de peças arqueológicas exumadas na Casa dos Bicos servirão de suporte a este núcleo expositivo.

Inseridas num percurso previamente estabelecido, as peças refletem alguns aspectos do quotidiano de povos que o relógio do tempo, por um lado e a ambição económica e de poder e a crença, por outro, trouxeram até à Península – Romanos e Muçulmanos –, bem como das populações já estacionadas e enraizadas num território marcado pela presença do Oceano Atlântico em geral e pelo rio Tejo em particular.

Das dezenas de peças que integram a exposição refiram-se as seguintes: do período Romano; um fragmento de taça campaniense e uma boca de ânfora Almagro 50. Refira-se que este tipo de ânfora, destinada ao transporte de salga de peixe se encontra bem representado na Casa dos Bicos, o que vem atestar o funcionamento nos séc. III e IV d.c. do complexo fabril de conserva e salga de peixe existente no local. Um alfinete de toucado, uma agulha, um dado de jogar e um eventual instrumento ligado à pesca, todos em osso; um fundo de garrafa em vidro, decorado com um javali; estuque pintado e uma amostra de pavimento em «opus tessellatum».



Como elementos construtivos figuram um capitel, uma base de coluna de grandes proporções, e um elemento de friso. Destaca-se ainda um troço de coluna honorífica dedicada ao imperador-filósofo Marco Aurélio (161-180 d.c.), e uma ara tardo-romana elegantemente decorada.

O espólio recolhido do período Muçulmano apresenta-se bastante fragmentado e muitas vezes associado a espólio romano, sugerindo aterros que se constituíram sobre as estruturas romanas. Está patente fragmentos de um prato.

Candeia e candelabro ilustram a Baixa Idade Média.

Do séc. XV destaca-se um fragmento de tampa (?) em cerâmica de reflexos metálicos pintada a azul; fabrico de Manises, Valência.

Séc. XVI/inícios do séc. XVIII.

Período já referente à Casa dos Bicos, apresenta peças muito diversificadas, como: um conjunto de tijelas, uma das quais apresentando o brasão da família Silva, datável dos finais do séc. XVII; um pequeno prato decorado a «rendas»; um cachimbo em cerâmica; jarros, um deles em vidro cinzelado; conjunto de cálices; garrafas em vidro, de tipologia inglesa; um elegante candil em vidro, com quatro bicos; pequenos frascos para perfumes ou essências; em metal, destaque para uma ponta de uma bainha de espada e ferragem de móvel.



Quanto à integração de estruturas arqueológicas neste novo espaço museológico, destaca-se um conjunto constituído por quatro tanques de salga e conserva de peixe (cetarias) da época romana e de uma parede limítrofe, e ainda um conjunto de blocos de pedra alinhados.

Do período árabe foi preservado um troço da «cerca moura» com 9 metros, embora com dois cortes para implantação das fundações, não sendo, no entanto, praticável, por razões de acesso à exposição, estar patente ao público. Parte da face de uma torre vã encontra-se patente e que, com um troço de uma parede primitiva da casa, revestida a tijolo, de tradição «mudejar», enquadra a recepção do museu. Um pavimento em espinha pode ser visto, como memória de um eventual pátio interior.

Uma estrutura semicircular, eventual vestígio de uma torre semicircular, fica igualmente visitável na recepção do museu. Parte da antiga fachada norte foi resposta, incluindo duas pedras talhadas referentes ao portal Manuelino.

Apesar do sacrifício de algumas estruturas arqueológicas é digno de referência o esforço feito no sentido de se integrar condignamente as mesmas no novo espaço museológico.

O catálogo geral do núcleo «A dinastia de Avis e a Europa» inclui textos sobre a exposição arqueológica bem assim a catalogação das peças. No espaço expositivo estão patentes pequenos textos globalizantes e legendas que ajudam a integrar o visitante no espírito da exposição.

Do espólio arqueológico exumado ao longo de 12 meses de trabalho de campo, perfazendo largos milhares de peças, ilustrativas de diferentes períodos históricos, alguns deles muito nebulosos quanto à identificação de peças atribuíveis a eles mesmos, seleccionámos um conjunto de peças que deixam transparecer da forma que nos parece a mais clara e didáctica até ao momento, a história, a vivência, o labor das gentes que nos últimos segundos da História da Terra por aqui passaram.

SUMMARY:

A brief reference to the exposition of archaeological materials found at «Casa dos Bicos» (Lisbon), which will be integrant in the European Counsel's XVIIth Exposition of Art, Science and Culture.

SOMMAIRE:

Brève présentation de l'exposition de matériaux archéologiques exhumés de la Casa dos Bicos (Lisbonne) et qui va s'intégrer dans la XVIIème Exposition Européenne d'Art, Science et Culture du Conseil de l'Europe.



Métodos geofísicos aplicados na prospecção geológica de terrenos

por João Cardoso ()*

1 – Introdução

A principal aplicação dos métodos geofísicos é no campo das grandes obras de Engenharia Civil, recorrendo-se a eles na fase inicial dos estudos geológicos e geotécnicos dos possíveis locais interessados por aqueles empreendimentos. Apresentam a vantagem de permitirem, rápida e economicamente, uma caracterização global dos maciços geológicos (terrosos ou rochosos).

Com este pequeno trabalho procurar-se-á apresentar e ilustrar com exemplos práticos cada um dos métodos geofísicos a utilizar para aquele fim, servindo assim como introdução a um trabalho ulterior, dedicado aos métodos geofísicos específicos da prospecção arqueológica. O seu objectivo é, portanto, o de divulgar junto dos investigadores dedicados à Arqueologia, certos métodos largamente aplicados entre nós e de há longos anos, outros ramos da Ciência, que apresentem interesse potencial ou real no domínio da Arqueologia. Os exemplos práticos apresentados no final do trabalho, constituiram aula prática do curso de Mestrado em Geologia de Engenharia Civil da UNL, frequentado pelo autor em 1981/82.

(*) Geólogo ao serviço do LNEC

**Espaço para publicidade
Anuncie em Al-Madan**

temas...

Os métodos geofísicos consistem, fundamentalmente, em elaborar um modelo geológico para o maciço interessado pela prospecção, mediante repetidos registos de uma determinada grandeza física. Consistem, portanto, em métodos indirectos baseados na interpretação de resultados numéricos. Tal interpretação não é, em geral, unívoca, isto é, os mesmos números podem conduzir a modelos geológicos distintos. É por isso que a experiência do responsável pela condução do estudo desempenha papel decisivo, primeiro na escolha do método mais adequado, de acordo com as condições geológicas, depois na interpretação dos próprios resultados, segundo os elementos de observação colhidos «in loco».

2 – Métodos de prospecção sísmica

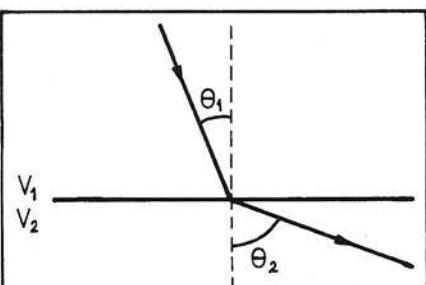
Antes de entrarmos na análise dos diversos métodos de prospecção geofísica, convém referir o princípio da física mais geral em que se baseiam.

Quando se produz uma perturbação instantânea num meio sólido semi-indefinido, suposto homogéneo, elástico e isotrópico, originam-se, a partir de determinada distância do foco original, dois tipos de ondas elásticas volumétricas, para além das ondas de Love e de Rayleigh, superficiais, as quais se propagam segundo frentes de onda, cujas superfícies são perpendiculares, em cada instante, às extremidades dos raios (grandeza vectorial) e que se podem associar a superfícies planas, a partir de certo momento (distância em relação ao local de perturbação). Tal fenômeno é explicado pelo Princípio de Huygens, o qual estabelece que cada ponto de uma frente de onda é gerador de uma nova perturbação, que irá provocar, juntamente com outros pontos nas mesmas circunstâncias, uma nova frente de onda; e assim sucessivamente.

2.1 – método da refracção sísmica

Este método baseia-se ainda noutra lei física, a de Snell-Descartes, da Óptica, estendida a um meio sólido semi-indefinido, considerado como homogéneo, elástico e isotrópico. Assim, se considerarmos dois meios com velocidades de propagação V_1 e V_2 , em que $V_2 > V_1$, dá-se o fenômeno da refracção sísmica em que (fig. 1):

$$\frac{V_1}{V_2} = \frac{\sin \theta_1}{\sin \theta_2}$$



Deste modo, um raio com um ângulo de incidência limite, i_c , refracta-se segundo a superfície de separação de ambos os meios, da qual, pelo Princípio de Huyghens, cada ponto é sede de uma nova onda que dele emerge, alcançando a superfície do terreno a uma certa distância do ponto de perturbação inicial. Assim, a técnica utilizada no método sísmico da refracção, consiste, fundamentalmente, em, a partir de um ponto onde se provoca uma perturbação (por explosão, por exemplo), determinar os tempos de chegada das ondas sísmicas longitudinais geradas, a pontos cuja posição é conhecida, relativamente ao ponto inicial de perturbação. Sabendo-se os tempos de chegada e as respectivas distâncias, pode determinar-se a velocidade de propagação das ondas sísmicas. Recorre-se, para o efeito, a um dispositivo constituído por um alinhamento de geofones, dispostos a distâncias regulares, à superfície do terreno.

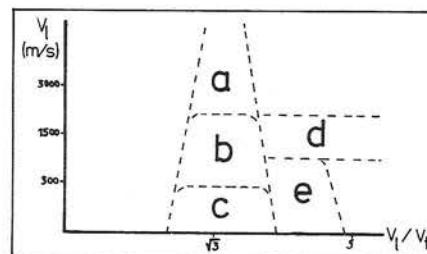
A distância mínima a que um geofone G deve estar situado do ponto de perturbação inicial, para que seja a onda refractada a primeira a atingi-lo, relaciona-se com a espessura do primeiro horizonte ou estrato, através da equação:

$$x_c = 2h_1 \sqrt{\frac{V_2 + V_1}{V_2 - V_1}}$$

em que x_c é a distância referida e h_1 a espessura do estrato ou horizonte.

O fenômeno da refracção das ondas sísmicas em profundidade, pode ser evidenciado através de gráficos de dromocóricas, tal como o apresentado no Exemplo I. Haverá tantos segmentos rectos em cada dromocórica, quantos forem os estratos interessados em profundidade pelas ondas sísmicas longitudinais. No entanto, a determinação das respectivas espessuras, exige fórmulas cada vez mais complicadas. Este método é de aplicação imediata para casos em que os estratos ou horizontes apresentem velocidades de propagação crescentes com a profundidade e cujas superfícies de separação sejam paralelas à superfície livre do terreno. Para os casos em que a primeira condição não se verifique, a aplicação deste método exige um conhecimento prévio da geologia do local, através da determinação da espessura dos estratos por uma sondagem mecânica ou através de sondagens geoeléctricas. Para as situações em que a segunda condição não se verifique, recorre-se a expressões matemáticas, as quais permitem a aplicação deste método a casos em que existam mais de dois estratos inclinados em relação à superfície do terreno.

Em resumo, este é um método capaz de caracterizar a espessura das camadas e/ou estado de alteração do maciço, incluindo a sua ripabilidade, através da medição da velocidade de propagação das ondas P; pode ainda determinar-se as características mecânicas dos horizontes ou camadas interessadas pela prospecção, em termos de módulo de elasticidade e coeficiente de Poisson dinâmicos, para o que se torna necessário determinar também a velocidade de propagação das ondas S. Correlacionando ambas as velocidades correspondentes aos dois tipos de ondas volumétricas, podem tirar-se conclusões de grande interesse no respeitante a certas características do meio interessado, summarizadas no seguinte gráfico (fig. 2):



- A – Firme de rocha sã.
- B – Firme de rocha alterada.
- C – Depósitos de areia ou seixo, secos.
- D – Formação argilosa normalmente abaixo do nível freático.
- E – Formação argilosa descomprimida acima do nível freático.

2.2 – método sísmico directo

Neste método, determinam-se as velocidades de propagação das ondas directas, desde o local em que são produzidas, até àquele em que são recebidas pelos geofones. Este método toma, também, a designação de método microssísmico, por ter de ser apenas de alguns metros, como vimos no parágrafo anterior, aquela distância, de modo às ondas directas serem recebidas antes de refractadas e reflectidas, sendo o tempo do percurso da ordem dos microssegundos.

Esta técnica é muito aplicada na determinação do módulo de elasticidade dinâmico, através da medição da velocidade das ondas transversais, interessando pequenos volumes de terreno, recorrendo-se a tiros entre galerias, furos de sondagem e/ou entre umas e outros e a superfície do terreno.

2.3 – método da reflexão sísmica

Este é o método que tem menor aplicação em trabalhos do âmbito da Engenharia Civil, onde a prospecção é da ordem de algumas dezenas de metros de profundidade. Trata-se de método utilizado, por exemplo, na investigação de fundos de estuário (reflexão sísmica contínua), consistindo essencialmente na produção de uma

onda sónica, a qual é reflectida pelo fundo e pelas superfícies de separação dos diversos estratos e recebida em hidrofones, sendo registada depois em papel electrosensível, à medida que todo o sistema se desloca. O registo é feito em ordem aos tempos de percurso, pelo que haverá que conhecer as respectivas velocidades de propagação na água e nas camadas interessadas, a fim de se poder determinar as suas respectivas espessuras.

3 – Métodos de medição da resistividade eléctrica

Estes métodos, baseiam-se no princípio de que terrenos diferentes, supostos isótropos e homogéneos, apresentam resistividades eléctricas também diferentes.

O dispositivo elementar em regra utilizado, consiste em criar uma anomalia eléctrica no terreno, através da injecção de corrente com determinada intensidade, I , por dois eléctrodos, A e B (eléctrodos de corrente), medindo-se, noutras dois M e N, a diferença de potencial induzida pela passagem da referida corrente, ΔV (fig. 3).

determinação da resistividade aparente dos terrenos são pouco seguros, visto esta depender do grau de saturação e do teor em sais do meio, devendo os resultados ser correlacionados com os obtidos por outros métodos, como iremos ver.

O dispositivo elementar atrás referido, pode ser utilizado de várias maneiras e assumir diversas geometrias, consoante as características geológicas do terreno a prospectar. Teremos assim de considerar os seguintes métodos:

3.1. – perfil de resistividades aparentes

Se na zona a prospectar ocorrem afloramentos da massa rochosa cujas características estruturais e geométricas pretendemos determinar a profundidade previamente fixada, então o método que deverá ser utilizado, será o do perfil de resistividades aparentes, para o que se recorre a um dispositivo de geometria constante de quatro eléctrodos, Wenner ou Schlumberger; em ambos, os eléctrodos mantêm-se alinhados e simetricamente dispostos em relação ao centro.

sendo o valor da resistividade aparente entre M e N, dado pela expressão

$$\rho_A = \frac{\pi}{4} \left(\frac{AB^2}{MN} - MN \right) \frac{\Delta V}{I}$$

Este método permite, por si só, identificar descontinuidades que atravessam o maciço em profundidade, como falhas e filões, mediante o traçado do gráfico cuja linha das abcissas corresponde às distâncias percorridas pelo dispositivo de medição e a linha das ordenadas, às respectivas resistividades aparentes, medidas sucessivamente ao longo do alinhamento.

No exemplo II, apresenta-se um perfil de resistividades aparentes, feito com um dispositivo Schlumberger, assim como a respectiva interpretação. A orientação dos perfis deverá ser, naturalmente, tanto quanto possível, normal à orientação da estrutura do maciço a prospectar, definida por reconhecimento superficial, de forma a evidenciar-se as suas características geométricas nas melhores condições.

Com ambos os dispositivos referidos, é possível também executar uma investigação vertical a diversas profundidades, ou seja, uma sondagem geoeléctrica, adiante referida em pormenor. Para já, convém salientar o facto de que num terreno homogéneo ($K = 0$), cerca de 50% da corrente injectada penetra até uma profundidade de $AB/2$.

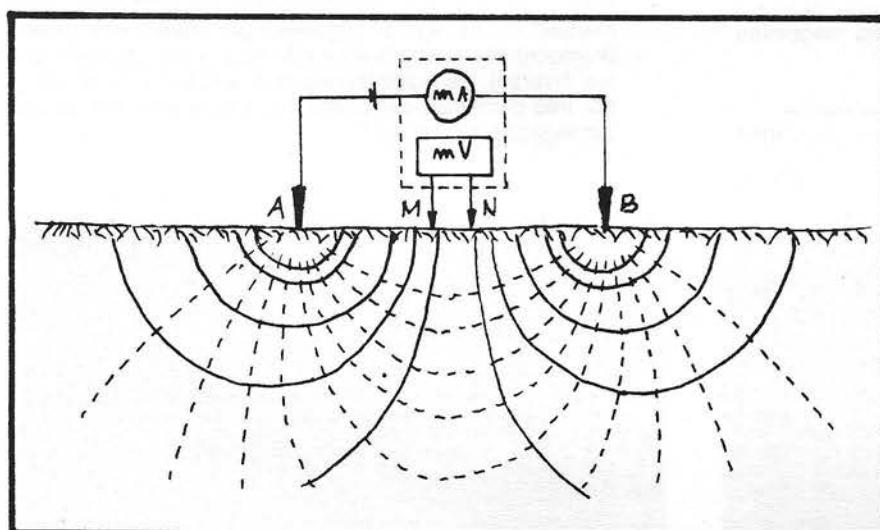
3.2. – rectângulo de resistividades aparentes

Este método é utilizado quando interessa conhecer as características estruturais e geométricas de um firme rochoso, que se presume situar a profundidade considerável, por à superfície ocorrerem apenas produtos da sua alteração. Consiste em estabelecer uma linha AB de grande comprimento, por forma a interessar um volume grande de maciço, até determinada profundidade, para o que se mantêm fixos os referidos eléctrodos, deslocando-se os eléctrodos MN, ao longo de perfis paralelos ao alinhamento AB, segundo um comprimento de $1/3 AB$, desenhando o conjunto destes perfis um rectângulo. O dispositivo utilizado é pois o de Schlumberger. A determinação da profundidade a que deve ser conduzida a investigação, faz-se previamente, consoante a natureza do problema a tratar e a resolver. Para um dispositivo deste tipo, a resistividade aparente é calculada pela expressão:

$$\rho_A = K \frac{\Delta V}{I}$$

em que

$$K = \frac{4\pi}{\frac{1}{AM} + \frac{1}{AN} - \frac{1}{BM} + \frac{1}{BN}}$$



Determina-se assim a resistividade aparente do terreno ρ_A , através da expressão:

$$\rho_A = K \Delta V / I$$

em que K é uma constante de proporcionalidade dependente da geometria do dispositivo de medida.

A resistividade determinada é aparente, visto o volume de terreno interessado por cada medição não ser homogéneo e isótropo, dada a existência de descontinuidade de varia natureza; qualquer dos métodos de

No primeiro, a distância entre eles é igual, sendo portanto $AM = MN = NB = 1/3 AB = a$. Assim, a expressão que dá o valor da resistividade aparente terá a forma:

$$\rho_A = 2\pi a \frac{\Delta V}{I}$$

No segundo, tem-se que

$$\frac{AB}{MN} > 5$$

3.3 – cartas de resistividades aparentes

Os diversos valores obtidos da resistividade aparente, utilizando o método do rectângulo ou o do perfil, uma vez lançados numa planta à escala 1/500 a 1/1000, consoante o tipo de empreendimento, possibilitam o traçado de linhas de isorresistividade, segundo um escalonamento de valores previamente fixado, constituindo cartas de resistividades aparentes. Estas cartas, exprimem em geral as características geológicas e estruturais do maciço, à profundidade investigada, dependendo a sua correcta interpretação da experiência e do conhecimento da geologia local que possua o responsável pelo estudo. Há escalonamentos de valores, segundo a lei aritmética, geométrica ou logarítmica, que evidenciam melhor do que outros as características estruturais do maciço. No exemplo III, mostra-se a carta de resistividades aparentes executada no local da barragem de Odivelas. Os baixos valores de resistividade encontrados correspondem a afloramentos de rochas doloríticas

muito alteradas (J. Moura Esteves, 1971).

3.4. – sondagens geoeléctricas

Trata-se de método de investigação pontual, consistindo em determinar a resistividade do maciço a diferentes profundidades, segundo uma linha vertical. Para isso aumenta-se o comprimento da linha **AB**, de modo às linhas de corrente interessarem profundidades do maciço cada vez maiores, mantendo-se fixo o centro do dispositivo. Desta forma, constroem-se gráficos que relacionam a profundidade de cada medição (expressa pela grandeza **AB/2**, em abcissas), com o valor medido das respectivas resistividades aparentes, em ordenadas. A interpretação destas curvas, é feita por comparação com curvas teóricas, obtidas por via matemática ou por ensaios em modelo reduzido. Do primeiro caso, existem publicados ábacos de curvas teóricas referentes a meios estratificados com superfícies de separação paralelas entre si e à superfície do terreno, com dois ou mais estratos. Recorre-se a ensaios em modelo reduzido quando a ge-

ometria da estrutura geológica se afaste do caso anterior, havendo no entanto, já alguns estudos teóricos para certas geometrias particulares.

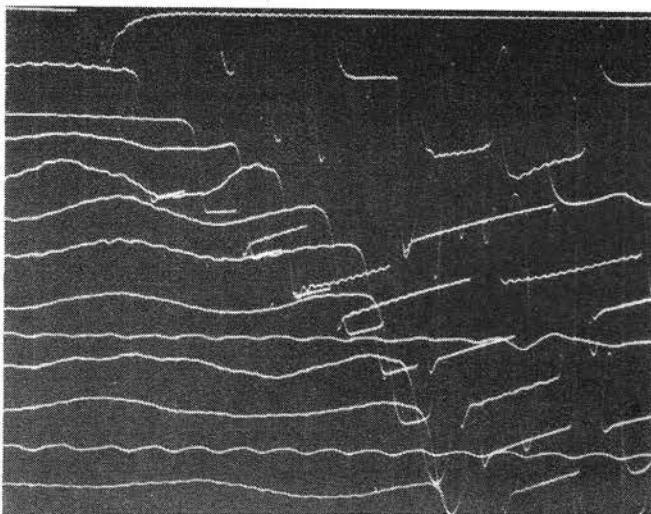
Pode obter-se rendimento proveitoso deste método na determinação da geometria de um firme rochoso, por exemplo, ou no estabelecimento da profundidade da investigação por outro método eléctrico, mediante correlação prévia com uma sondagem mecânica.

Os dispositivos de medida utilizados são o de Wenner e o de Schlumberger, tal como tínhamos visto anteriormente, em relação à execução de perfis de resistividade aparente. O segundo método tem, contudo, neste caso, algumas vantagens sobre o primeiro, de que se destacam:

- economia de tempo e trabalho pois os elektrodos **MN** mantêm-se fixos;
- possibilidade de diferenciar uma variação da resistividade aparente do terreno devida a uma heterogeneidade superficial, da correspondente a uma mudança da litologia do maciço e/ou estado de alteração em profundidade. No exemplo IV mostra-se os resultados de uma sondagem geoeléctrica.

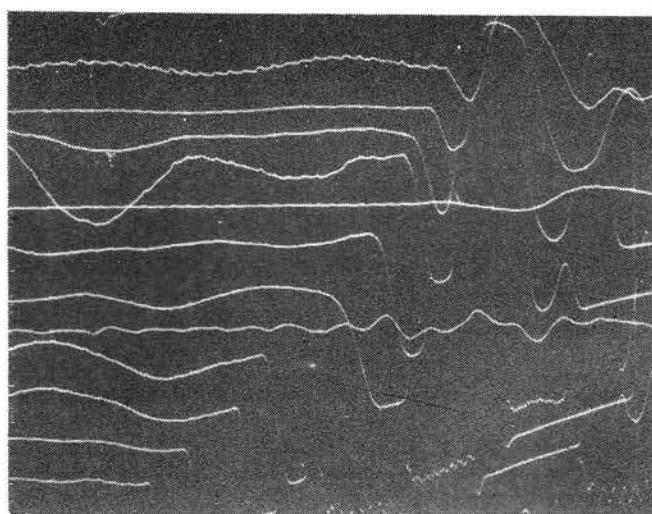
EXEMPLO I – Perfil de Refracção Sísmica

- 1 – Como exercício prático, realizou-se a interpretação de um perfil de refracção sísmica, com as seguintes características:
 - número de geofones – 12
 - a distância entre geofones – 6 m
 - distância dos tiros inverso e directo às extremidades do perfil – 5 m
 - distância entre os traços verticais da película – 10 m/s



Tiro directo

- 2 – Resultados obtidos: apresentados, encontram-se sumarizados na figura seguinte, por meio das duas dromocrónicas (uma respeitante ao tiro directo, outra ao tiro inverso), as quais evidenciam estrutura constituída por três camadas, cada uma delas com velocidades de propagação diferentes.



Tiro inverso

STUDATA

equipamentos de escritório do sul, lda.

AV. RAINHA D. LEONOR, 43-B
TELEFS. 275 4259 - 276 7135
COVA DA PIEDADE - 2800 ALMADA

máquinas de escrever portáteis
máquinas de escrever mecânicas
máquinas de escrever eléctricas
máquinas de fotocópia
papel comum e electroestático
máquinas de calcular electrónicas

duplicadores manuais e eléctricos
gravadores stencil electrónico
e respectivos acessórios para todas as máquinas

temas...

9

tiro directo (m·s)	geo-fones	dist. (m)	tiro inverso (m·s)	geo-fones	dist. (m)
12,85	1	5	82,86	1	71
23,57	2	11	77,85	2	65
34,28	3	17	74,28	3	59
43,57	4	23	72,86	4	53
52,85	5	29	—	5	47
62,14	6	35	65,00	6	41
66,42	7	41	55,00	7	35
—	8	47	—	8	29
73,57	9	53	39,29	9	23
77,14	10	59	32,86	10	17
—	11	65	22,14	11	11
82,14	12	71	13,57	12	5

3 – Cálculo das velocidades de propagação da onda longitudinal:

3.1 – Camada 1:

$$\text{Tiro directo} \quad V_1 = \frac{5}{12.85 \times 10^{-3}} \text{ m/s} = 389 \text{ m/s}$$

$$\text{Tiro inverso} \quad V_1 = \frac{5}{13.57 \times 10^{-3}} \text{ m/s} = 368 \text{ m/s}$$

$$\bar{V}_1 = 378 \text{ m/s}$$

3.2 – Camada 2:

$$\text{Tiro directo} \quad V_2 = \frac{35 - 11}{(62.14 - 23.57) \times 10^{-3}} \text{ m/s} = 600 \text{ m/s}$$

$$\text{Tiro inverso} \quad V_2 = \frac{41 - 5}{(66.42 - 73.57) \times 10^{-3}} \text{ m/s} = 720 \text{ m/s}$$

$$\bar{V}_2 = 660 \text{ m/s}$$

3.3 – Camada 3:

$$\text{Tiro directo} \quad V_3 = \frac{73 - 37}{(83.40 - 60.25) \times 10^{-3}} \text{ m/s} = 1800 \text{ m/s}$$

$$\text{Tiro inverso} \quad V_3 = \frac{71 - 41}{(82.14 - 66.42) \times 10^{-3}} \text{ m/s} = 1760 \text{ m/s}$$

$$\bar{V}_3 = 1780 \text{ m/s}$$

4 – Cálculo da espessura das camadas:

Considerando as equações:

$$H_1 = Z_1 = \frac{Xc_1}{2} \sqrt{\frac{V_2 - V_1}{V_2 + V_1}} \quad \text{e} \quad H_2 = \frac{5}{6} H_1 + \frac{Xc_2}{2} \sqrt{\frac{V_3 - V_2}{V_3 + V_2}}$$

Sendo: H_1 , H_2 – espessuras da 1.^a e 2.^a camadas, respectivamente;

Xc_1 , Xc_2 – distância, lida no eixo das abcissas, correspondente respectivamente à 1.^a e à 2.^a inflexão da dromocronica;

V_1 , V_2 – Velocidade de propagação das ondas longitudinais na camada cuja espessura se pretende determinar;

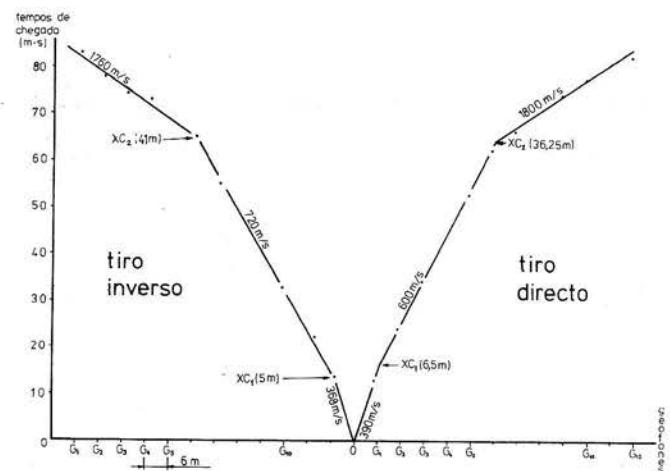
V_2 , V_3 – velocidade de propagação das mesmas ondas na camada subjacente à considerada.

Tem-se, por substituição directa dos valores que as espessuras das camadas, serão, respectivamente, de:

Camada 1:

$$\text{Tiro directo} \quad H_1 = Z_1 = \frac{6.5}{2} \sqrt{\frac{600 - 390}{600 + 390}} = 1.50 \text{ m}$$

$$\text{Tiro inverso} \quad H_1 = Z_1 = \frac{5}{2} \sqrt{\frac{720 - 368}{720 + 368}} = 1.42 \text{ m}$$



Camada 2: Cálculo das profundidades do seu muro

$$\text{Tiro directo} \quad H_2 = \frac{5}{6} 1.5 \text{ m} + \frac{36.25 \text{ m}}{2} \sqrt{\frac{1800 - 600}{1800 + 600}} = 14.07 \text{ m}$$

$$\text{Tiro inverso} \quad H_2 = \frac{5}{6} 1.42 \text{ m} + \frac{41 \text{ m}}{2} \sqrt{\frac{1760 - 720}{1760 + 720}} = 14.46 \text{ m}$$

Espessura da camada 2:

$$\text{Tiro directo} : 14.07 \text{ m} - 1.50 \text{ m} = 12.57 \text{ m}$$

$$\text{Tiro inverso} : 14.46 \text{ m} - 1.42 \text{ m} = 13.04 \text{ m}$$

5) Conclusão:

Em função dos resultados obtidos, poderão ser dois os modelos mais prováveis para a zona em questão:

– o modelo sedimentar, constituído por três estratos paralelos e horizontais seguintes:

C1 – fina camada de terra vegetal superficial, com cerca de 1,50 m de espessura, sobreposta a:

C2 – assentada arenosa, isenta de água, com cerca de 12 a 13 m de espessura, assente sobre:

C3 – camada compacta, provavelmente silto-argilosa.

– o modelo correspondente a um perfil de alteração de uma rocha ígnea granular, por exemplo um granito, no qual os horizontes correspondentes às três camadas anteriores seriam representados por:

H1 – camada de terra vegetal (cerca de 1,50 m)

H2 – saibro seco correspondente à rocha já totalmente arenizada (cerca de 14,00 m)

H3 – Substrato de rocha muito alterada.

A admitirmos esta hipótese, havia que estranhar a regularidade evidenciada pelos horizontes de alteração, facto que em geral não corresponde à realidade.

**Espaço para publicidade
Anuncie em Al-Madan**

temas...

EXEMPLO II – Perfil de resistividades eléctricas aparentes

Os valores da resistividade do terreno, medidos em cada estação, apresentam-se lançados no gráfico ao lado, o qual será comentado de seguida.

referê- cia	es'ação	intensidade			voltagem			$\Omega \text{ m}$
		escala	leitura	m A	escala	leitura	m V	
0	0	1000	63	630	300	51	153	68.7
3	1	300	73	219	100	56	56	72.4
6	2	100	73	73	"	13	13	50.4
9	3	1000	66	660	300	54	162	69.5
12	4	3000	34	1020	"	98	294	81.6
15	5	1000	87	870	"	88	264	85.9
18	6	"	51	510	1000	34	340	188.7
21	7	"	64	640	"	43	430	190.1
24	8	"	10	100	"	47	470	1330.1
27	9	"	41	410	300	81	243	167.7
30	10	"	48	480	"	59	177	104.4
33	11	"	56	560	"	76	228	115.2
36	12	"	36	360	"	50	150	117.9

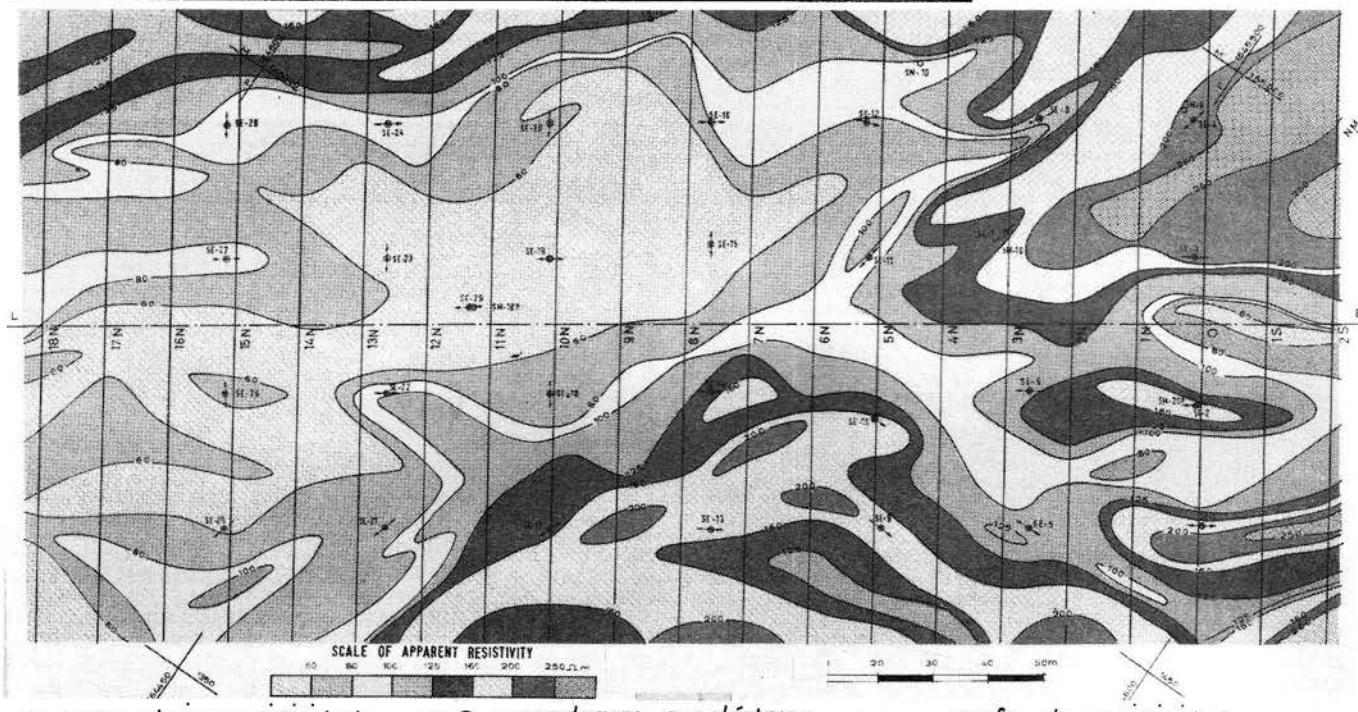
Dispositivo de Schlumberger | AB = 33 m
MN = 3 m | K = 283

O perfil de resistividade eléctrica que realizamos, evidencia uma zona, correspondente à **estaçao 8**, com uma resistividade eléctrica superior a $1300\ \Omega\text{m}$, mais elevada do que as obtidas nas restantes estações, tanto à esquerda como à direita, onde a média observada é da ordem dos $100\ \Omega\text{m}$.

Atendendo a que o comprimento da linha **AB** é de 33 cm, a profundidade máxima investigada será aproximadamente de 10 m, ou seja, cerca de 1/3.

EXEMPLO III – Carta de resistividades aparentes

MAPA DE RESISTIVIDADES APARENTES – ODIVELAS ($\overline{AB} = 180\text{m}$; $\overline{MN} = 5\text{m}$)



curva de isorresistividade sondagem geoelectrónica perfis de resistividade

OS DESCOBRIIMENTOS PORTUGUESES sem o...!! Europa do Renascimento



XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura

S PORTUGUESA
o Eu
reportagem
no próximo número !!!
de Arte

EXEMPLO IV – Sondagem geoeléctrica – Resultados obtidos

referê- cia	estação	intensidade			voltagem			$\Omega \text{ m}$
		escala	leitura	m A	escala	leitura	m V	
0	0	1000	58	580	300	61	183	89,2
3	1	"	57	570	"	64	192	95
6	2	"	51	510	"	59	177	98
9	3	"	60	600	"	73	219	104
12	4	"	55	550	"	64	192	98,7
15W	5	"	63	630	"	71	213	96
18	6	"	56	560	"	78	234	118
21	7	"	49	490	"	63	189	110
24	8	"	61	610	"	76	228	106
27	9	"	49	490	"	68	204	117
30W	10	"	59	590	"	75	225	108
33	11	"	39	390	"	55	165	119
36	12	"	41	410	"	68	204	141
39	13	"	33	330	"	56	168	144
42	14	300	62	186	100	78	78	118
45W	15	1000	43	430	300	60	180	118
"	16	"	30	300	"	46	138	130
"	17	"	40	400	"	74	222	156
"	18	300	73	219	"	33	99	128
"	19	1000	31	310	"	52	156	142
60W	20	"	36	360	"	54	162	127
"	21	"	32	320	"	52	156	138
"	22	300	70	210	"	35	105	141
"	23	"	92	276	"	54	162	164
"	24	"	75	225	"	35	105	132
75W	25	"	72	216	100	86	86	112
"	26	1000	32	320	300	47	141	124
"	27	300	89	267	"	31	93	98
"	28	1000	32	320	"	46	138	122
"	29	300	66	198	100	77	77	110
90W	30	"	88	264	300	31	93	100

AB=33m

MN=3m

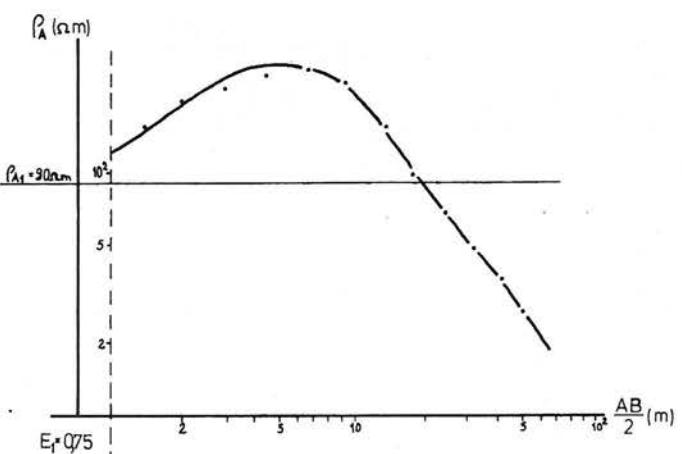
D=3

K=283

Gráfico construído com os elementos do quadro anterior, correspondente a 4 camadas (Orellana, 1966, Est. 56, curva Q):

SUMMARY:

Concise presentation of geophysic methods applied on the characterization of the geological structures are presented. His objective is to reveal near the archaeologists some methods applied in other sciences, preceding posterior work, about geophysical archaeological prospection.



Resistividade aparente da 1.^a camada – 90 Ωm
 Resistividade aparente da 2.^a camada – 20 \times 90 Ωm
 Resistividade aparente da 3.^a camada – 0,65 \times 90 Ωm
 Resistividade aparente da 4.^a camada – 0,1 \times 90 Ωm

Espessura da 1.^a camada – 0,75 m
 Espessura da 2.^a camada – 0,75 m
 Espessura da 3.^a camada – 25 \times 0,75 m = 18,75 m

Os resultados obtidos com esta sondagem geoeléctrica, poderiam corresponder a uma sucessão sedimentar, pertencente a baixa aluvionar, por exemplo, ordenada da seguinte maneira:

Camada 1 – solo vegetal (900 Ωm ; 0,75 m)
 Camada 2 – areia argilosa seca (1800 Ωm ; 0,75 m)
 Camada 3 – areia lodoso saturada (5,5 Ωm ; 18,75 m)
 Camada 4 – argila lodoso (9 Ωm)

Bibliografia:

Moura Esteves, J. (1965) – «Prospecção de estruturas verticais por sondagens geoeléctricas. Contribuição para o seu estudo». Tese apresentada para obtenção do grau de Especialista do LNEC (Lisboa).

idem (1971) – «Aplicação das cartas de resistividades eléctricas aparentes no estudo de locais de barragens». Memória N.º 526 do LNEC (Lisboa).

idem (s/d) – «Prospecção geofísica». Curso de Mestrado de Geologia de Engenharia, UNL, Lisboa.
 Orellana, E. e Mooney, H. M. (1966) – «Tablas y curvas patrón para sondeos electricos verticales». Interciencia, Madrid.

SOMMAIRE:

Présentation brève des méthodes géophysiques de caractérisation globale des massifs géologiques. Le but de cette présentation est de divulguer aux investigateurs que se consacrent à l'archéologie certaines méthodes largement appliquées dans d'autres branches scientifiques. Cet article précède un autre qui sera spécifiquement consacré aux méthodes géophysiques appliquées à la prospection archéologique.

LEIA E DIVULGUE

al·maDaM

Revista de Arqueologia & Património



INDÚSTRIAS ROMANAS DE SALGA EM PORTUGAL⁽¹⁾

por Luís F. Baltazar(*)

Vários foram os autores que, numa visão «clássica», apontaram para uma origem fenício/púnica das salgas de peixe romanas.

Dum modo «forçado», e para isso tem contribuído o ensino em Portugal, têm-se afirmado quase categóricamente a presença destes povos, que a partir da Idade do Ferro e até à ocupação romana, teriam habitado o nosso território, contribuindo dessa forma para a origem das salgas de peixe.

É certo que já no séc. V a.C. surgem referências à industrialização das conservas de peixe no Mediterrâneo, isto muito antes do chamado Império Romano.

Numa obra tratando especificamente do *garum* e indústrias antigas de salga no Mediterrâneo Ocidental (=«*Garum et Indústries Antiques de Salaison dans la Méditerranée Occidentale*»; Ponsich, M. et Tarradel, M. 1965) os seus autores levantaram a hipótese, com base na proximidade entre as fábricas de salga romanas e os lugares de origem fenício/púnica, de uma possível influência na escolha desses locais.

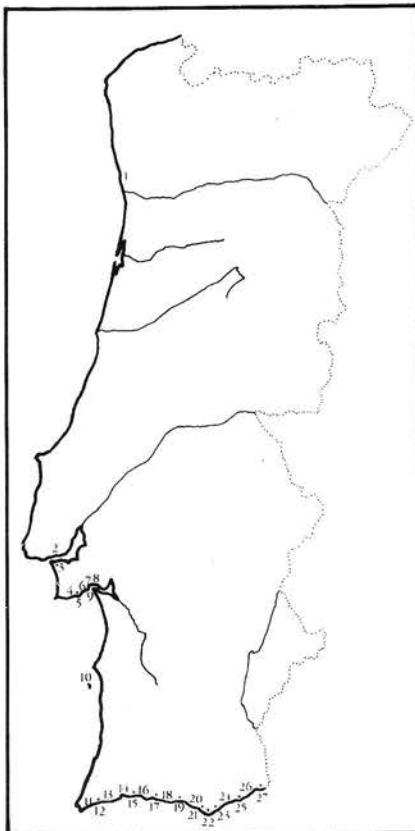
No entanto, na altura não se pôde confirmar esse recuo a um período antes de Augusto, revelando-se totalmente negativas as várias sondagens feitas para a determinação duma ocupação pré-romana nesses locais.

Deste modo, e devido ao total desconhecimento duma ocupação deste tipo nestes locais em Portugal, pensamos ser mais seguro, por enquanto, considerá-los exclusivamente romanos.

Como fundação destas fábricas de conservas de peixe, Ponsich, M et Tarradel, M. (*op.cit.*) propõem para o estreito de Gibraltar a segunda metade do séc. I a.C. e a primeira metade do séc. I d.C. Para o território nacional parece-nos esta última data um pouco precoce, situando-a preferencialmente até finais do séc. I d.C.

A localização destas fábricas, incidiu principalmente nas proximidades do mar onde era habitual a passagem de cardumes ou na desembocadura de rios, habitat preveligado na fase da desova do peixe.

A diversidade de plantas gerais de fábricas de salga, fez-nos optar por uma, integrada no complexo fabril que se encontra em Tróia de Setúbal.



Representação geográfica da distribuição dos vestígios romanos ligados às fábricas de salga, em território nacional.

- Matosinhos (Angeiras) (1)
- Lisboa (Casa dos Bicos) (2)
- Cacilhas (3)
- Creiro (4)
- Rasca (5)
- Comenda (6)
- Setúbal, (Praça de Bocage) (7)
- (Travessa Frei Gaspar) (8)
- Tróia (9)
- Ilha do Pessegueiro (10)
- Salema (11)
- Boca do Rio (12)
- Burgau (13)
- Senhora da Luz (14)
- Lagos (15)
- Portimão (16)
- Vau (17)
- Ferragudo (18)
- Armação de Pêra (19)
- Cerro da Vila (20)
- Quarteira (21)
- Loulé Velho (22)
- Faro (23)
- Olhão (24)
- Quinta das Antas (25)
- Cacela (26)
- Quinta do Muro (27)

Assim, o acesso ao interior da fábrica de Tróia far-se-ia por um ampla entrada [A] que daria acesso a um pátio de planta rectangular [B]. O chão deste é totalmente revestido por uma argamassa compacta e impermeável (*opus signinum*), no qual foram feitas junto a uma parede [C], três concavidades para facilitar a acumulação de detritos provenientes das lavagens deste. Em redor situam-se os tanques destinados às salgas (cetárias) (2), de várias dimensões consoante o seu uso específico (3). São também revestidos com *opus signinum*, sendo as arestas arredondadas, em meia cana. No fundo de alguns, encontram-se pequenas depressões com a mesma finalidade das do pátio. Coincidindo com os eixos dos tanques, notam-se ainda as bases dos pilares [D] que sustinham o telhado, neste caso, possivelmente, de uma só água.

Em Cotta (Ponsich, M. et Tarradel, M. *op. cit.*) a inclinação do telhado para o pátio tinha como objectivo o aproveitamento das águas da chuva para lavagens, estas eram armazeadas numa cisterna que se situava abaixo do pavimento de *opus signinum* (4).

Diversas foram as espécies de salga produzidas pelos romanos, variando estas consoante o tipo de peixe, as partes destes, o grau de temperatura e de salga.

Depois do peixe capturado, este era encaminhado para o interior da fábrica onde era amanhado e esquartejado em bocados que eram seguidamente amontoados nas cetárias com sal, em sucessivas camadas. Depois da salga feita, o peixe era exportado para vários pontos do império, pois que este tipo de indústria, devido às condições em que era praticada, excedia largamente as necessidades locais.

Um outro tipo de salga era o *garum*, produto de alto valor nutritivo, e de elaborada confecção, com propriedades anti-raquícticas provenientes do figado e víceras do peixe.

Muitas vezes nos textos clássicos aparecem referenciados alguns dos principais centros produtores que alcançaram renome neste tipo de conserva. Deste modo surge-nos a ilha Scombraria onde era fabricado o *garum* negro, (por Galieno e Aeluis) e Gades, famosa não só pelos seus produtos mas também pelos seus dançarinos, os *puellae gaditanæ* (Ponsich, M. et Tarradel, M. *op. cit.*)

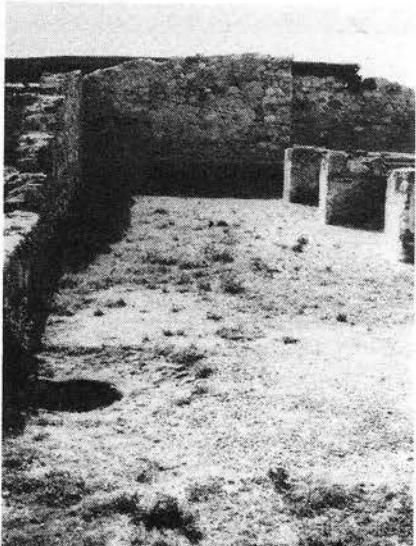
(*) Membro do CAA

Feito a partir da maceração de resíduos de peixe, de ovas, sangue, moluscos e crustáceos no sal, o *garum* era seguidamente conduzido para salas aquecidas que aceleravam a sua fabricação.

Estas, muito idênticas no sistema de aquecimento das termas romanas, eram compostas por uma sala com uma fornalha (*fornax*) onde era colocada a matéria prima necessária à combustão e por uma ou mais salas suspensas por baixos arcos (*hypocaustum*) por onde circulava o ar quente, mantendo deste modo a sala na temperatura pretendida.

Devido à necessidade deste tipo de estrutura para a fabricação do produto, e da mesma não ter sido até ao momento encontrada nas fábricas de Tróia, O. da Veiga Ferreira (1967) levanta a hipótese de as termas terem servido também de apoio às fábricas de salga, cumulativamente com a sua função principal.

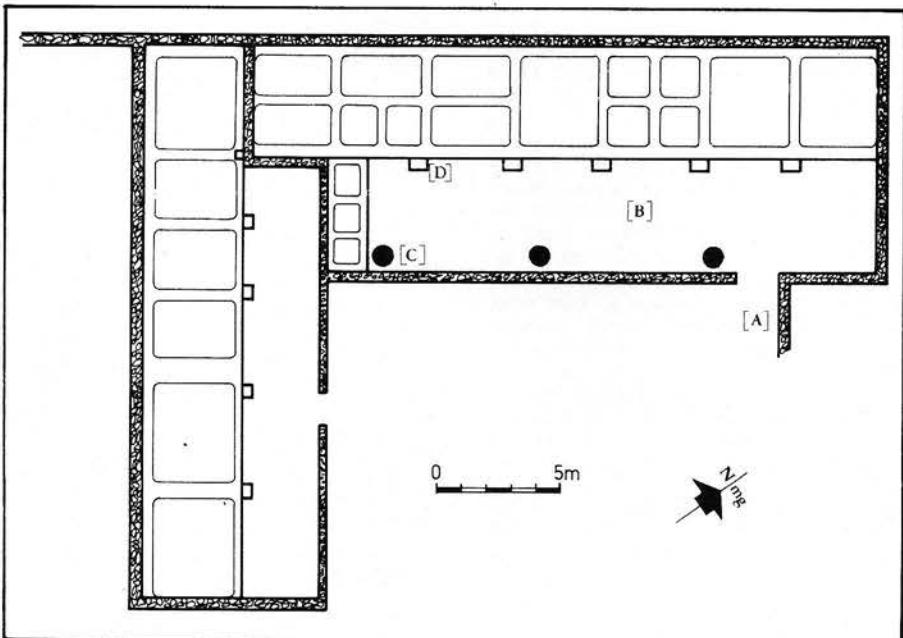
Apesar do estado incompleto da planta das termas de Tróia, publicada por Maximiano Apollinário (1897), verificamos que já na altura se apresentavam vestígios do que posteriormente viria a ser confirmado, como sendo uma fábrica de salga.



Poço com escadaria, facilitando o acesso ao seu interior, do lado exterior da fábrica.

Doutro modo, como se justificaria a proximidade destes centros fabris em relação às termas, quando sabemos, por autores clássicos, que este tipo de indústria era caracterizado por fortes odores nauseabundos provenientes da fermentação das salgas nas cetárias, o que levava os centros urbanos a distanciarem-se destes?

É provável como sustentaram M. Ponsich et M. Tarradel (*op. cit.*) que a designação do centro produtor principal dado a estes produtos (exemplo dos produtos gaditanos), não fosse restrito a este, mas que abrangesse uma determinada área que o adoptaria.



Planta geral de uma fábrica de salga integrada no complexo industrial de Tróia de Setúbal.

Como elemento fundamental nesta indústria, a exploração do sal marinho, desenvolveu-se ao longo dos tempos em terrenos sujeitos à ação das marés, constituídos por aluviões geralmente argilosos, mais conhecidos por sapais. Se analizarmos a distribuição das salinas marítimas actuais, situadas a baixo do Tejo, e as fizermos coincidir com os vestígios romanos ligados às fábricas de salga, verificaremos que a sua localização não poderá ser considerada como um mero acaso.

Paralelamente às salgas de peixe, e pelo que se tem verificado em estações deste tipo, é provável que tenha existido um indústria anexa fundamentada na recolha de moluscos, a julgar pela grande abundância com que surgem, funcionando, talvez nos períodos de migração dos principais cardumes de grande porte (5).

Todos estes produtos, quando da sua exportação, seriam acondicionados em ânforas (6).

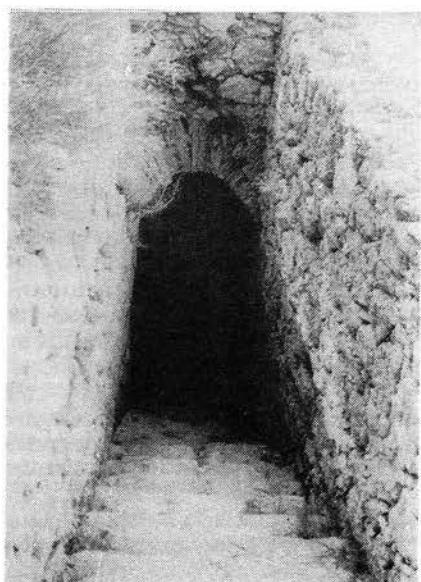
Como indústria que é, grandes contingentes principalmente de escravos e de libertos terão trabalhado nestes complexos (7), desde a captura do peixe até ao produto final, contribuindo, dessa forma, para o alargamento deste comércio.

Com a crise do Império Romano por volta do séc. III, as lutas militares, as revoltas de ordem social, e as invasões de povos «bárbaros» vão contribuir para o declinar desta indústria.

É nessa altura que Cotta, Sahara e Alcazarsegher na costa africana, são definitivamente abandonadas. Outras, como Lixus e Tahadart (esta última com uma necrópole datada dos finais do séc. III, por cima duma fábrica de salga) vão continuar a produzir, mas em porporções reduzidas (Ponsich, M. et Tarradel, M *op. cit.*).

Em Portugal, pouco sabemos sobre as consequências desta fase neste tipo de indústria. Até à pouco tempo somente uma estação deste género, Tróia de Setúbal, nos podia elucidar este período (Baltazar, Luis F. 1982).

Presentemente, mais seis estações deste tipo se juntaram à lista elaborada para a costa algarvia (8) (Santos, Maria Luisa E.V.A. 1971) e para o estuário do Sado (Marques da Costa, A.I. 1905), que por certo nos irão fornecer elementos esclarecedores desta transição (9). Aguardemos pois, a publicação da totalidade dos seus materiais!



Panorâmica do pátio [B], sendo visível no lado esquerdo encostado a uma parede [C], uma das concavidades que facilitava a acumulação de detritos provenientes das lavagens.

NOTAS

(1) Os desenhos deste trabalho contaram com a colaboração de Ana Paula Covas e de António Rafael Carvalho, aos quais agradeço.

(2) Derivada da palavra latina, Cétaria, ae, que Plínio referência no livro da História Natural como sendo viveiro de peixes, mas que em contrapartida André de Resende («Antiquitatibus Lusitaniae», vol. IV p. 253), ao referir-se a Cétariae, a faz derivar de Cété que designa cetácios, também aplicável aos atuns, que eram salgados dentro destes tanques, parecendo, pois esta definição como a mais correcta.

(3) É actualmente conceituado que os tanques pequenos se destinavam à preparação do garum, enquanto que os maiores eram para a salga do peixe propriamente dita.

(4) Para Tróia, pelo que constatamos isso não se verifica, no entanto, é provável que o aproveitamento destas se realizasse num poço que se encontra no lado exterior da fábrica.

(5) Em Tróia foram encontradas abundantes espécies de moluscos de que salientamos: Triton nodiferous (búzio), *Purpura haemastoma* (púrpura), *Patella coerulea* (lapa), *Pecten maximus* (vieira), *Venus verrucosa* (pé de burro), *Donax elegans* (cadelinha), *Ostrea edulis* (ostra), *Mytilus gallo-provincialis* (mexilhão), *Tapes decussata* (amêijoia), *Solen marginatus*

(navalha), *Cardium edule* (berbigão); (O. da Veiga Ferreira «O Arqueólogo Português» série III, vol. II p. 130)

(6) A juntar à lista que noutra altura fizemos para as produções do estuário do Sado que possivelmente teriam abastecido Tróia de Setúbal (Baltazar, Luis F. «Al-madan» n.º 0 p. 22) citemos a: Dressel (Dr.) 7/8, Dr. 9, 11 e 13, Beltran II, Almagro 50 que ao longo dos séculos foram produzidas em diversos pontos do império, para este fim.

(7) José d'Encarnação assinala a presença de várias placas de mármore epigráficas em Tróia, referentes a escravos e libertos («Sociedade Romana e Epigráfica» 1979, p. 35).

(8) Da lista proposta por esta autora, achamos preferível omitir a estação da Quinta da Torre de Ares, por nos parecer pouco segura a sua filiação como fábrica de salga.

(9) As referidas estações já foram alvo de divulgação em diversas publicações. Assim, a Travessa Frei Gaspar («Descobertas Arqueológicas no Sul de Portugal» p. 57/58, Praça de Bocage («Escavações Arqueológicas na Praça de Bocage, 2000 anos de História» 1980), Cacilhas («Al-madan» n.º 0 1982, p. 34/35) e Angeiras, vinculada por um órgão de informação (O Primeiro de Janeiro 1/02/79), foi posteriormente confirmada por carta particular pelo GEAP, ao qual agradeço.

BIBLIOGRAFIA

Apollinário, Maximiano. 1897 – Estudo sobre Tróia de Setúbal – Termas de Tróia. O Arqueólogo Português vol. III, p. 157-160.

Baltazar, Luis F. 1982 – Tróia (de Setúbal), Al-madan n.º 0, p. 185-193.

Ponsich, M. et Tarradel, M 1965 – Garum et industries antiques de salaison dans la Méditerranée Occidentale, Paris.

Santos, Maria Luisa E.V.A. 1971 – Arqueologia Romana do Algarve, vols. I-II
Veiga Ferreira, O. da 1967 – Algumas considerações sobre as fábricas de conserva de peixe da antiguidade encontradas em Portugal, Arquivo de Beja vol. XXIII-XXIV, p. 123-134.

SUMMARY:

A contribution to the study of the roman industrie to the fish salting in portuguese land, his originis, his space dispersion and other aspects.

SOMMAIRE:

Contribution à l'étude de l'industrie romaine de salaison du poisson en territoire portugais, de ses origines, de sa distribution spacial et de certains autres problèmes la concernant.

TRÊS ELEMENTOS ARQUITECTÓNICOS MEDIEVAIS DO ALENTEJO (1)

por José O. Caeiro (*)

As primeiras palavras desta breve introdução, são de apreço pela feliz iniciativa da Associação dos Arqueólogos Portugueses em homenagear a figura do mestre e amigo Prof. D. Fernando de Almeida, homenagem justa e que já tardava. Infelizmente desaparecido, é-nos grata e comovente a recordação da sua personalidade científica, do seu convívio sempre aberto, dos seus conselhos, da sua humanidade no trato. Desapareceu o Homem mas fica a sua obra ...

De entre os vários estudos que tínhamos no prelo, não foi difícil escolher o que nos pareceu mais adequado à circunstância. Se a bibliografia do Prof. D. Fernando de Almeida, no campo da Arqueologia romana é vasta e sobejamente conhecida; constituindo, em muitos casos, matéria de consulta obrigatória, a ele se deve, depois de Virgílio Correia (2), a inver-

tigação mais aprofundada sobre um domínio quase esquecido entre nós, o da Arqueologia alto-medieval.

Efectivamente, em 1962 é dado ao público apreciar o mais completo e perspectivado estudo sobre arte visigótica que até hoje se publicou entre nós (3). Após aquela data surgiram apenas três trabalhos parcelares: um em 1966 (4) e dois outros em 1977 e 78, sendo estes últimos elaborados em colaboração connosco (5) e com Judite e António Cavaleiro Paixão (5).

Depois da morte do Prof. D. Fernando de Almeida, o silêncio sobre Arqueologia Visigótica é quase total entre os nossos meios científicos.

Por tudo o que afirmámos nos pareceu adequada a escolha do pequeno e despretencioso trabalho que apresentamos, mas onde cabe a imensa saudade e respeito pelo Mestre e Amigo que foi o Prof. D. Fernando de Almeida.

PEÇA N.º 1.

Fragmento de pilastra visigótica. (Fot. 1 e 2).

Encontra-se «embutida» no muro do lado direito do portal da capela de S. Tiago, em Vila Viçosa, junto do largo do Convento dos Capuchos. Esta capela é considerada; pela tradição local, como a mais antiga da vila.

O fragmento de pilastra, segundo apurámos no local, foi encontrado, há cerca de 15 anos, juntamente com algumas ossadas humanas e sepulturas revoltas, junto do citado portal, aquando da abertura de valas para canalizações que servem uma habitação anexa.

Finamente trabalhada em mármore da região, apresenta uma perfuração que nos leva a pensar ter, em época mais ou menos recente, recebido um batente de porta ou portão.

(*) Assistente da Universidade de Évora

1



1 – Portal da Capela de Santiago; à esquerda pode ver-se a pilastra inscrita no muro.

2 – O fragmento de pilastra na sua posição actual.



2

Dimensões: comprimento máximo – 72 cm; largura – 25 cm.

Observa-se uma divisão em quatro zonas, sendo três decoradas:

1 – Base lisa, com 16 cm de comprimento.

2 – Octafólio com botão central, inscrito num quadrado com 23 cm de lado.

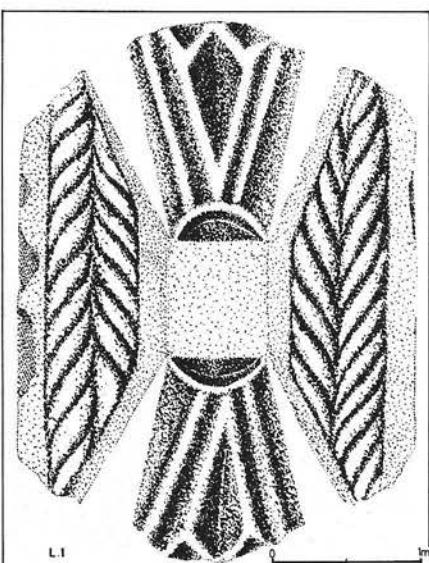
3 – Cruz quadrifoliada, inscrita em corda circular, que por sua vez se inscreve num quadrado com 21 cm de lado.

4 – Motivo formado por palméias, de que apenas resta uma completa e duas fragmentadas. Encontrava-se igualmente inscrito num quadrado.

No seu conjunto, os elementos decorativos ligam esta peça ao ciclo artístico visigótico da Estremadura espanhola. É notável o alto grau de aperfeiçoamento artístico, quanto a nós apenas atingido em vésperas da invasão árabe. Pelos motivos apresentados atribuímos este elemento arquitectónico à 2.ª metade do séc. VII.

PEÇA N.º 2.

Ábaco visigótico. (Fot. 3 e L.I.).
Esta peça (tal como a n.º 3), foi



encontrada em Maio de 1980, pelo dedicado funcionário do Museu Rainha D. Leonor, de Beja, Sr. Leonel Borrela, que tomou a seu cargo o ingresso das peças naquele museu. A ele devemos também a amabilidade da planificação dos elementos decorativos que apresentamos na lâm. I.

A matéria prima é o chamado «mármore de S. Brissos».

Surgiu na Rua do Infantes, n.º 38 (Beja), a cerca de 2,5 m de profundidade, sob as sapatas dos alicerces de uma construção em curso e que vai sacrificar mais um imóvel dos finais do séc. XVII.

A decoração, baseada na estilização de motivos vegetalistas, é muito comum na arte visigótica, pelo que nos parece prematuro (sem a existência de escavações arqueológicas), esboçar a mínima precisão cronológica.

Dimensões: comprimento – 33 cm (está ligeiramente fragmentado); largura – 13,5 cm; altura máxima – 10 cm.

PEÇA N.º 3. (Fot. 4).

O seu estado de fragmentada não permite atribuir-lhe com segurança uma função precisa, como elemento arquitectónico que é.

Trata-se de um bloco de granito, em forma de prisma rectangular, com as medidas de 31,5cm×37cm e a espessura de 16,5 cm.

Os elementos decorativos são de dois tipos: rolos e folha estilizada, o que nos garante estarmos em presença da arte árabe.

O elemento decorativo n.º 1 (rolos) tem paralelos directos:

– Nos modilhões dos pilares das naves da Mesquita de Córdoba (7).

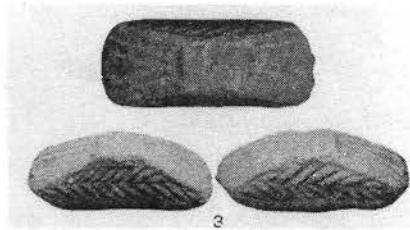
– Numa gárgula e em modilhões de Medinat Al-Zahra (8).

Elemento n.º 2 (folha):

– Semelhança com elementos recolhidos por Christian Ewert na Aljaferia de Zaragoza (9), ainda que sem paralelo directo.

Cronologia:

Se, por um lado, temos como certo que os rolos sobreviveram, como tema da arte árabe, pelo menos até ao séc. XI, a folha representada nesta peça de Beja é tipologicamente, das mais primitivas da arte árabe na Península Ibérica.



A fundação da Mesquita de Córdova data de 786, tendo sofrido a 1.ª ampliação com Abd Al-Rahman II e uma outra com Al-Hakam II (962-966). Por outro lado, Madinat Al-Zahra conheceu a obra de Abd Al-Rahman III e Al-Hakam II (936-976).



Os paralelos já citados, bem como as considerações que podemos extrair das obras de M. Gómez-Moreno (10), R. Menendez Pidal (11) e Leopoldo Torres Balbás (12), levam-nos a situar este elemento arquitectónico entre os séc. IX e X.

A terminar, acrescentamos que esta peça foi encontrada em Beja, na Rua do Touro, n.º 24; estava incorporada numa parede, a cerca de 1,5 m de altura, tendo surgido quando se procedia à abertura de uma caixa para montagem de contador de electricidade.

NOTAS

(1) O presente trabalho, datado de 1981, destinava-se a um volume a editar pela Associação dos Arqueólogos Portugueses, *in memoriam do Prof. D. Fernando de Almeida*.

(2) V. CORREIA – «Arte Visigótica». In *História de Portugal*, vol. I, Barcelos, 1928, pp. 365-388.

(3) D. FERNANDO DE ALMEIDA – «Arte Visigótica em Portugal». In *O Arqueólogo Português*, N. S. 4, 1962, pp. 5-278.

(4) D. FERNANDO DE ALMEIDA – «Pedras Visigóticas em Soure». In *Etnos*, Lisboa, 5, 1966, pp. 413-420.

(5) F. DE ALMEIDA
JOSÉ OLÍVIO CAEIRO – «Pé-de-altar visigótico na Abóbada (Serpa)». In *Actas das III's Jornadas Arqueológicas*, Lisboa, A.A.P., 1978, 1.º vol., pp. 337-344.

(6) D. FERNANDO DE ALMEIDA

JUDITE e
ANTÓNIO CAVALEIRO PAIXÃO – «Monumentos Arqueológicos e Visigóticos de Arranas (S. João dos Azinhais), Torrão, Alcácer-do-Sal».

In *Setúbal Arqueológica*, vol. IV, 1978, pp. 215-226.

(7) R. MENENDEZ PIDAL – «História de España» (dirigida por), p. 39, fig. 33; p. 43, fig. 40; p. 44, fig. 41 e 42.

(8) Id. – «Fundación e construcciones levantadas em Madinat Al-Zahra por Abd Al-Rahman III y Al-Hakam II (936-976)», t. V, pp. 423-466; fig. 237, p. 446.

«La Ampliación de la Mezquita de Córdoba por Al-Hakam II (962-966)», pp. 477-569; p. 482, fig. 278.

(9) CHRISTIAN EWERT – «Islamische Funde in Balaguer und die Aljafería in Zaragoza». Berlim, 1971.

(10) MANUEL GOMEZ-MORENO – «Ars Hispaniae – El Arte Árabe Español hasta los Almohades – Arte Mozárabe». Vol. III, Madrid, 1951.

(11) Vd. notas 6 e 7.

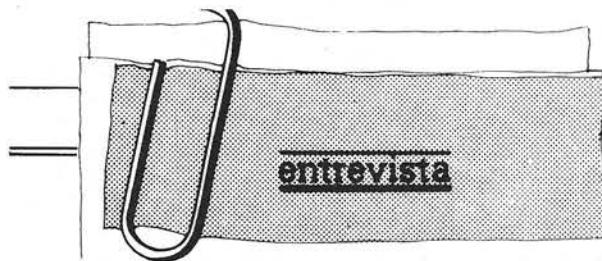
(12) LEOPOLDO TORRES BALBÁS – «Arte Hispano musulmán», pp. 354-356 e fig. 153-157.

SUMMARY:

A study of three mediaeval architectonic elements from the portuguese Alentejo, embodied by the author in the visigothic architecture.

SOMMAIRE:

Dans le cadre de l'archeologia visigothique, étude de trois éléments architecturaux de l'époque médiévale dans l'Alentejo portugais.



Texto Júlia Pinheiro (*)
Fotos Vitor Santos (*)

A publicação do relatório do Departamento de Arqueologia do IPPC, referente a 1982, foi o motivo para uma entrevista com o seu director, Dr. António Carlos Silva. Iniciámos o nosso diálogo com uma pergunta que nos pareceu fundamental para a compreensão das questões derivantes da problemática arqueológica:

O que é o Departamento de Arqueologia?

O Departamento é um serviço especializado dentro do Instituto Português do Património Cultural (IPPC). Em linhas muito gerais, o Departamento tem como principais objectivos, a inventariação sistemática do património nacional e a classificação, valorização e protecção de todos os vestígios de carácter arqueológico. A par destas actividades, compete também ao Departamento a coordenação da prática arqueológica, no que concerne à atribuição de autorizações e subsídios para as escavações.

Pelo que acaba de afirmar, poder-se-à concluir que o Departamento é o órgão onde se processa toda a gestão da actividade arqueológica? Sendo assim qual é a posição do Departamento face à Comissão Nacional de Arqueologia?

COM DR. ANTÓNIO CARLOS SILVA

Dentro da estrutura estabelecida, o Departamento é de facto um órgão de cúpula. Porém as nossas funções são mais a nível de coordenação do que executivas. Todas as medidas propostas pelo Departamento são sujeitas à aprovação da presidência do IPPC e eventualmente da Secretaria de Estado da Cultura. Quando em 1980 foi introduzida uma nova dinâmica na área da arqueologia, de imediato se impôs a necessidade de criar um órgão consultivo que servisse de apoio à articulação da prática arqueológica. É assim que nasce a Comissão Nacional Provisória de Arqueologia, composta por membros ligados à SEC e às Universidades. É neste espírito de complementarização que se têm interligado as funções do Departamento com a Comissão, numa correlação estreita e produtiva. Este esquema de actuação tem surtido efeitos positivos e no momento existe já uma proposta com vista à criação de uma nova Comissão Nacional, desta feita com forma definitiva.

Quais os projectos do Departamento para o ano de 1983?

Para o ano de 1983, o Departamento teve a preocupação de elaborar um plano tendo em conta, não só os meios técnicos disponíveis, como também os problemas financeiros com que nos debatemos. Teremos como

prioridades as intervenções de emergência que, ou serão a continuidade de acções anteriores ou medidas de cariz inovador. No primeiro caso situa-se a operação de salvamento de Vipasca (Aljustrel) e no segundo as ruínas de Troia. Em relação a esta estação, iniciámos conversações com a empresa proprietária dos terrenos onde se encontra situada, no sentido de num esforço conjunto se proceder à tomada de medidas de valorização daquele importante centro arqueológico. Idanha-a-Velha será outra estação abrangida pela tutela protectora do Departamento. A este nível, os Serviços Regionais quer do Norte quer do Sul, programaram uma série de acções. No que concerne ao Sul está delineado um projecto para a continuação de escavações e protecção a Garvão. Dentro da mesma linha de conservação, será efectuado um trabalho na vila de Pisões (Beja) e ainda a recuperação da Anta Grande do Zambujeiro.

Os Serviços Regionais do Norte elaboraram um extensa lista de ações que vão incidir sobre vilas castrenses, abrigos de arte rupestre e monumentos megalíticos. Outro aspecto relevante do nosso projeto, será a elaboração do Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos e o desenvolvimento da Carta Arqueológica Nacional. Em relação a este ponto, existe já neste momento todo um trabalho preparatório que tem vindo a ser feito ao longo de três anos. Foi realizado um vastíssimo levantamento bibliográfico, estando no momento alguns milhares de estações convenientemente assinaladas e registadas. Na força também, o lançamento de um projecto experimental que terá como objectivo o levantamento sistemático do património de um concelho na área de Lisboa, concelho esse ainda por definir. O alvo deste programa será testar a qualidade das informações já recolhidas ao mesmo tempo que verificar toda a problemática da experiência de campo. Paralelamente ao levantamento, projecta-se a execução de um programa de animação cultural, alertando os residentes para o valor e necessidade de conservação do património concelhio. O complemento desta experiência, será a realização de uma exposição e a publicação do seu relatório final.

Para além disso, contamos iniciar uma série de intervenções de arqueologia sub-aquática, acção para a qual esperamos o apoio do Museu Nacional de Arqueologia, já que o Departamento não possui meios humanos nem técnicos para assegurar este tipo de actividade. Para finalizar, falta referir o aspecto das publicações, foco constante de polémica no meio arqueológico português para o qual também temos projectos de regularização.

Um plano de actividades tão extenso e completo deve levantar dificuldades a nível financeiro e técnico. De imediato quais são os problemas com que se confrontam?

O nosso principal problema está relacionado com a falta de pessoal, sobretudo a nível de técnicos especializados dado que existem inúmeras dificuldades de carácter administrativo para a admissão de novos elementos.

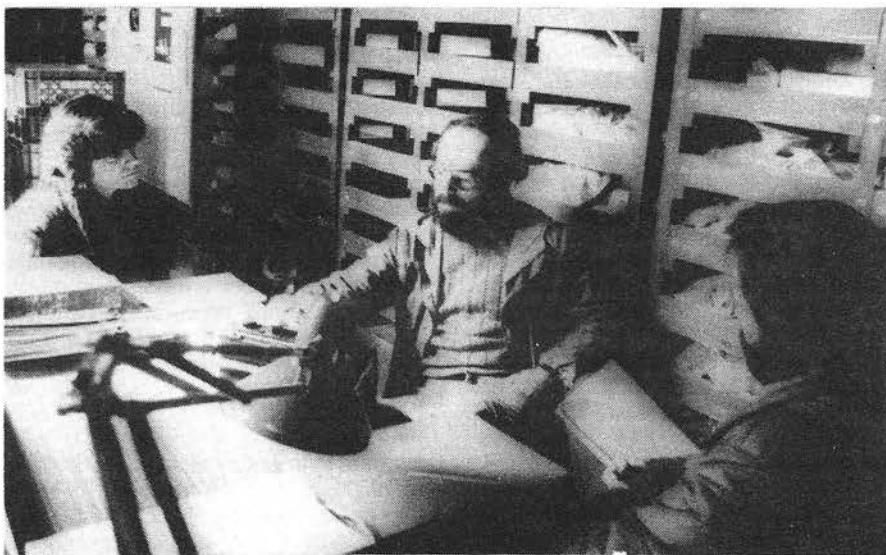
Daí defrontar-mo-nos com uma série de limitações que implicam o recurso a pessoal vinculado à função pública. Consequentemente, se bem que seja fácil encontrar dactilógrafos excedentes noutros serviços, já não é possível encontrar arqueólogos perdidos no emaranhado dos serviços de Estado.

Quanto ao problema financeiro, temos constado que de 1980 a 1982 houve uma evolução positiva. Em 1981, o nosso 1.º ano como entidade coordenadora da actividade arqueológica neste país, gastaram-se 8 mil contos em subsídios e verbas diver-

sas. Em 1982, este valor duplicou, passando para perto dos 19 mil. Em 1983, já é do conhecimento geral que estamos sujeitos a restrições financeiras, precisamente quando o programa inicialmente preparado apontava para um montante de 35 mil contos. Esta cifra, revelava um salto significativo nas possibilidades de execução do Departamento, mas infelizmente tivemos que nos limitar a uma verba não superior a 25 mil contos. Desta, mais de metade irá ser canalizada para o apoio ao Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos e o restante para as ações de emergência, conservação e valorização. Esta verba terá ainda que ser imensamente esticada para permitir a aquisição de material indispensável e a regularização da publicação da «Informação Arqueológica» em atraso. Estamos em crer que os números correspondentes a 79,80 e 81 deverão ser publicados durante este ano.

No início da nossa entrevista mencionou a inserção de uma nova dinâmica no sector arqueológico. Isto pressupõe uma alteração nos moldes de funcionamento. Concretamente, a que níveis é que esta alteração se processou?

Esta nova orgânica iniciou-se no final de 1980, quando o Dr. Francisco Alves foi convidado a dirigir o Museu Nacional de Arqueologia e o Departamento, acabado de nascer face à criação do IPPC. Até aqui o sector não estava autonomizado, existiam grandes dificuldades para a obtenção de subsídios, as investigações dependiam das relações pessoais, não havendo estrutura organizativa definida. Impunha-se um sector especializado que garantisse a coordenação de esforços nas diversas áreas. Esta alteração atingiu a todos os níveis o meio arqueológico. A partir do momento em que o Departamento começou a fun-



O quadro que nos acaba de esboçar, cheio de limitações e necessidades, impõe-nos um comentário que é ao mesmo tempo uma pergunta. 25 mil contos é muito dinheiro para gastar no património arqueológico nacional?

A verdade é que comparado com outros sectores culturais, como o cinema e o teatro, existe um discrepânciam enorme na atribuição de verbas. Também é um facto que são áreas culturais que possuem um outro impacto junto do público. Mas ainda assim, acho que o correcto seria a atribuição da verba que requeremos, já que esta foi pedida em função das nossas capacidades.

De qualquer modo a curto prazo, se as nossas capacidades organizativas se desenvolverem, é necessário que as possibilidades financeiras se desenvolvam também, pois de contrário será a asfixia dos objectivos a que nos propomos.

cionalar, foi possível pensar em termos de organização dos Serviços Regionais de Arqueologia. Os resultados obtidos parecem-nos francamente positivos e são traduzíveis na dinamização crescente que o sector tem atraído, visível por exemplo no grande esforço efectuado na área dos relatórios. Quando assumimos as nossas funções, verificava-se um grande atraso no cumprimento estrito da lei, que manda que dentro de um determinado prazo sejam enviados os relatórios das escavações efectuadas. Solicitámos assim aos interessados que nos entregassem os relatórios referentes a 82 até ao fim de Janeiro último. É com grande agrado que constatamos que a maior parte foram já entregues. Assim, concluímos que a acção organizativa em que temos apostado está a produzir frutos.

A política de actuação do Departamento está alicerçada em duas

preocupações fundamentais: prioridade na conservação e protecção das estações e o plano organizado dos trabalhos arqueológicos. Esta atitude à priori poderá provocar restrições a nível da iniciativa pessoal, já que não é usual existirem directrizes rígidas para a exploração arqueológica. Como pensa o Departamento conciliar este problema?

Neste momento a nossa política passa por uma situação intermédia, que se traduz na estruturação dos serviços, que por si próprios definirão um programa de prioridades para socorrer as situações de emergência e proceder ao inventário arqueológico. Por outro lado, há que considerar os trabalhos de iniciativa dos arqueólogos. Mas mesmo aqui tem que haver um esforço de planificação, não no sentido de restringir as propostas de investigação, mas sim de definir uma política de prioridades. Concretamente em relação às actividades dos particulares, o Departamento introduziu um espaço novo, que se denominou «Projectos de Investigação». Este espaço traduz-se na restrição da actividade dos «franco-atiradores», para ser possível obedecer a padrões de investigação. Em função disto, pedimos aos arqueólogos que ao apresentarem os seus programas de acção os incluam num projecto de investigação. No conjunto este projectos serão a base do próprio plano de trabalhos arqueológicos.

No fundo, será obedecer não a um plano onde as pessoas terão de se enquadrar, mas fazer um programa com base nas propostas apresentadas?

Exacto, o que se pretende é dar ênfase à valorização e protecção do património, não se limitando ninguém, o que seria um violência, mas procurando enquadrar este propósito em projectos de investigação de cariz científico.

Qual tem sido a reacção dos arqueólogos?

Ainda não é possível definir uma reacção, mas o que é um facto é que têm sido enviados os projectos, donde é possível pelo menos concluir que a nossa capacidade de organização tem crédito.

Para encerrar a questão do plano de actividades, há um aspecto que gostaríamos que esclarecesse. Tróia é um dos pontos do plano do Departamento para 83, mas para além disso, é também tema «quente» da actualidade arqueológica. Após um debate exaustivo na Imprensa sobre a implantação de uma marina em Tróia que poria em perigo as estruturas arqueológicas ali existentes, o assunto parece ter caído no esquecimento. Qual é a situação actual do projecto Marina-Tróia?

O Departamento só poderá dar aval à construção da marina em Tróia, após uma série de estudos que através de maquetes testem quais os efeitos das dragagens das areias que protegem parte da ruínas.

No momento desconhece-se ainda o desfecho do diferido. Porém, o problema de Tróia tem outros componentes que são mais graves que a possível construção da marina. De facto, a construção dos estaleiros da Setenave provocou alterações no regime das águas e nas correntes que tiveram como consequência o arrastamento de areias na zona do estuário do Sado.

Impõem-se, portanto, medidas de protecção urgentes, dada a existência de um perigo real para o centro arqueológico de Tróia. Por outro lado, o Departamento tem consciência que as ruínas se encontram num estado deplorável e nesse sentido apresentou uma proposta à Torralta, a fim que esta empresa como proprietária dos terrenos onde se encontra a estação, viabilizasse financeiramente um projecto de recuperação das ruínas, projecto esse que poderia incluir acções desde a conservação à instalação de um pequeno museu local.

Gostaríamos que nos elucidasse sobre um outro tema. Como estão a funcionar os Serviços Regionais? Os Serviços Regionais foram criados com um objectivo muito preciso, ou seja, procurar descentralizar a actividade do IPPC no que respeita à Arqueologia. Como é do conhecimento geral, o país possui um património arqueológico muito rico mas extremamente disperso, o que levanta inúmeras dificuldades a uma actuação eficaz. Assim foram criados três serviços regionais, com quadros e meios autónomos, não tão alargados porém como seria de desejar. Os problemas começaram no que diz respeito à admissão de pessoal pois os entraves burocráticos são enormes. Ainda assim os Serviços têm funcionado.

Mas que se passa, por exemplo, com o Serviço Regional do Centro?

O serviço do Centro é precisamente aquele que tem causado mais problemas, derivados da não nomeação do seu director. Gerou-se uma confusão a nível administrativo e a pessoa indigitada, devido a determinantes de natureza pessoal, não pôde assegurar as funções propostas. Para solucionar a questão o Departamento propôs a criação de uma comissão instaladora, sugestão para a qual aguardamos no momento parecer jurídico.

Existem espalhados por todo o país núcleos dedicados à defesa do Património local e mesmo alguns empenhados na prática arqueológica. Como é que esses grupos se podem articular com os Serviços Regionais?

Essa articulação deve ser feita pois mesmo com estes Serviços em laboração é indispensável que existam localmente associações de defesa do património, dado o envolvimento estreito que têm com o meio. Em relação a grupos especificamente vocacionados para o património arqueológico, tudo dependerá do crédito de que disfrutem e da preparação técnica dos seus membros. Se neles existirem pessoas qualificadas para assumir um projecto de investigação, podem habilitar-se à realização dos seus objectivos.

Em relação a estes grupos, quais serão no futuro as possibilidades de o Departamento lhes conceder uma avaliação ou mesmo proporcionar meios técnicos e financeiros?

Essa avaliação não será da responsabilidade do Departamento, mas de uma comissão de Arqueologia representativa do meio arqueológico nacional. Só uma comissão desta natureza, com conhecimentos profundos de carácter técnico, científico e geográfico poderá dar eventuais opiniões quanto a qualidade e responsabilidade.

Gostaríamos que nos fizesse uma apreciação da panorâmica arqueológica portuguesa.

Penso que tem havido uma evolução técnica muito positiva, que tem sido revelada no cuidado especial com que os últimos relatórios foram apresentados. Se bem que não haja uma preparação académica, os arqueólogos têm aproveitado bem a experiência para colmatar as eventuais lacunas.

Chegámos ao fim da nossa entrevista, uma última pergunta para encerrar o diálogo. Qual o balanço do Departamento após dois anos de actividade?

Creio que estamos a atingir os objectivos a que nos propusemos. Lançámos as bases de um novo sistema organizativo, apostando na estruturação do sector, na qual já se está a entrelaçar a actividade arqueológica. Após anos de dispersão coadjuvada pela apologia da arqueologia de personalidades, achamos que o nosso esforço de planificar e delinear, está a produzir resultados concretos. Esperamos que ele permita o desenvolvimento da investigação arqueológica e a promoção, defesa e conservação do património já conhecido.

SUMMARY:

An interview with Dr. António Carlos Silva, director of the Archeological Department of the Portuguese Institute of Cultural Patrimony, about several problems of the portuguese archaeologie.

SOMMAIRE:

Entrevue avec M. António Carlos Silva, directeur du Département d'Archeologie de l'Institut Portugais du Patrimoine Culturel où il est traité de divers problèmes concernant l'archéologie portugaise.

introdução a...

ARQUEOLOGIA - II

por Luis Gouveia (*)

Ao tentar encontrar as origens dumha disciplina científica actual, somos normalmente conduzidos, na nossa retrospectiva, a épocas em que apenas se esboçam alguns esforços movidos pela curiosidade.

A pouco e pouco, a vontade de saber do ser humano vai tentando tirar conclusões da pesquisa inicial, encontrar relações entre os elementos descobertos, elaborar hipóteses e teorias sobre os objectos do estudo em causa.

É assim com a maioria das ciências, também o é com a Arqueologia.

Dos curiosos do Renascimento aos antiquários da época moderna, assistímos nos séculos XVIII-XIX a uma preocupação da parte dos estudiosos, que ultrapassa a simples vontade de recolher peças para as passar a «interrogar».

Após uma primeira fase de acumulação, surge a necessidade de ordenar os achados «dentro do tempo», elaborar uma cronologia e colocar no seu interior, de forma sucessiva e organizada, as culturas e civilizações a que os achados se reportam.

Paralelamente ao desenvolvimento dos métodos e objectivos das ciências da terra e das ciências do homem, regista-se, nestes séculos uma maior preocupação com a prática da arqueologia de campo. Surgem assim as intervenções em locais conhecidos do próximo oriente e nas margens do Mediterrâneo como pertencentes a algumas das mais significativas civilizações pré-clássicas e clássicas.(1).

Os fosséis, as descobertas da Geologia e as dúvidas ...

A já referida preocupação com a origem dos fosséis, que alguns curiosos e estudiosos da época moderna encontraram, leva a observações mais cuidadosas dos contextos donde provinham e a formular questões mais arrojadas que não só punham de parte a ideia propagada pela religião, dum acto único de criação, como levaram a acreditar na existência do mundo conhecido.

Lembremos que até então, o «mundo conhecido» baseava-se nos conhecimentos adquiridos pelo contacto directo e pelos dados escritos de épocas remotas (Grega e Romana, por via das obras clássicas) perpe-

tadas pelo saber medieval e mais tarde intensamente estudadas pelos humanistas do Renascimento. Não era portanto pensável a existência de um tempo em que o homem tivesse vivido sem deixar testemunhos escritos da sua presença.

Mas, e voltando às preocupações dos primeiros geólogos, apercebemo-nos de que nos finais do século XVIII se fazem progressos decisivos quanto à definição dos estratos geológicos e das espécies animais aí «sepultadas», constatando por um lado a sua semelhança com espécies vivas e por outro a não existência de tais formas animais na actualidade.

A juntar aos progressos das investigações do francês Barão George Cuvier (1769-1832), que concluiu da inexistência de um único acto de criação e da sucessão de «catástrofes» (dilúvios) antes da criação do homem e fauna modernas, temos os progressos científicos do inglês James Hutton (1762-1797) que afirma a exclusividade de processos naturais (e não divinos) na formação das diversas camadas da cruxa terrestre.

Noutra área do conhecimento a transformação de Erasmos Darwin (1731-1802) que postulou a transformação de uma espécie em outra, de Jean-Baptiste Lamarck (1744-1829) que definiu as mudanças que afectam as espécies como respostas a um ambiente, ele próprio também em mudança e de Charles Darwin (1809-1882, neto de Erasmos) que em 1859 publica a sua teoria, profundamente documentada, segundo a qual a adaptação das espécies animais surge da luta pela sobrevivência que fornece a certos indivíduos vantagens selectivas, estas descobertas, dizíamos, são no fundo o prenúncio duma época nova.

Criam-se as condições científicas necessárias para suportar uma nova teoria sobre a criação que discute e duvida das razões e dogmas divulgadas pelo cristianismo.

Mas não são apenas as ideias evolucionistas, que Charles Darwin generalizou ao ser humano, que aportam para uma nova visão da ideia da «criação» da humanidade: os factos também vão apoiar esta teoria.

Em 1828, na gruta de Bize, são encontrados em conjunto com esqueletos de animais já extintos, esqueletos humanos. Em 1833-34 na Bélgica, são publicados achados em silex em conjunto com ossadas humanas, de mamute e de rinoceronte. Numa gruta

de Kent, em Ingraterra cerca de 1858-59, descobrem-se instrumentos de silex juntamente com ossadas humanas e de espécies de animais extintas, seladas por uma camada de estalagmitas que assegurava a sua contemporaneidade. Em França (1858) Jacques Boucher de Perthes, recolhe em Abbeville, ao ar livre, inúmeros objectos em pedra talhada e em 1875 em Altamira, perto de Santander (Espanha) são descobertas grutas com pinturas rupestres.

Para finalizar este rol de achados apenas referir a descoberta em 1856 do crânio do Homo Neanderthal (perto de Dusseldorf), que foi primeiramente classificado como um homem actual doente mas que posteriormente (1864), Thomas Henry Huxley sugeriu ser uma forma antiga do Homem.

Os achados sucedem-se e não é mais possível, após a conjugação das inovações científicas com as descobertas materiais, destronar esta mentalidade nova de desconfiança perante os dogmas a as razões impostas que se começa a formar e está na origem do espírito científico actual.

Para satisfazer de provas estas teorias dão-se início a pesquisas arqueológicas em vários locais da Europa, em África (Sterkfontein, onde se descobriram ossadas de Australopithecus) e na Ásia (Choukoutien, Pequim, onde se descobriram restos do Sinantropos) a pré-história como ciência ganha assim o seu lugar no âmbito das ciências humanas.

...e na prática se formou a ciência.

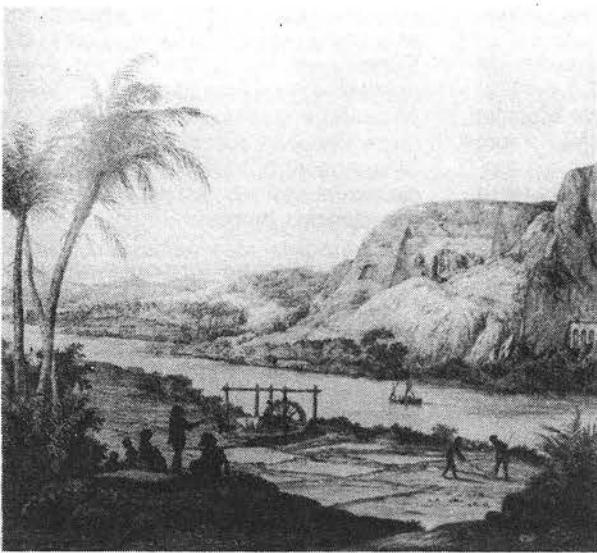
Outro sector a que esta época vem dar forte incremento é a prática da arqueologia de campo, não apenas na sequência da natural curiosidade e interesse dos antiquários mas também impulsionada pela procura de provas para o desenvolvimento de várias teorias científicas.

É o caso já referido das escavações em África, Ásia e Europa na busca de informações sobre o homem pré-histórico e também as intervenções de arqueólogos ingleses, franceses e alemães em locais ligados às antigas civilizações do próximo oriente, da África mediterrânea e da península indostânica.

Intervenções estas que tem a ver também com a expansão dos impérios europeus e a afirmação de uma supremacia científica, técnica e bélica das sociedades ocidentais sobre os povos dominados.

A necessidade económica e política de dominar outras fontes de riqueza (territórios e seus respectivos povos), força a civilização ocidental a um contacto com civilizações diferentes e culturas «estranghas» aos olhos europeus, que logo são apelidadas de «inferiores» e «atrasadas». Ao ser confrontado com mundos novos de costumes diferentes, o Ocidente vai tentar compreendê-los na intenção de melhor os dominar. Também o exótico não deixa de ter influência nas mentalidades europeias triunfantes e é assim que o seu sentido de posse como conquistadores incontestados, vai despojar as colónias de valores da sua tradição trazendo para a Europa grande quantidade de obras de arte pertencentes a antigos complexos habitacionais ou religiosos dessas civilizações desaparecidas para quem apenas algumas ruínas pareciam chamar à atenção.

No entanto, e voltando às primeiras grandes intervenções arqueológicas, elas foram influenciadas pelas antigas escrituras bíblicas, no sentido de as confirmar ou desmentir. As pesquisas iniciais no Egito têm como móbil os relatos do Antigo Testamento, mas o primeiro estudo «cientificamente» dirigido remonta ao tempo das invasões napoleónicas quando uma missão científica é enviada, de 1809 a 1828, para estudar os testemunhos, principalmente escritos, da antiga civilização egípcia.



A pedra de Roseta (2), descoberta em 1799, foi traduzida após diversas outras tentativas, por Jean-François Champollion.

O interesse pela civilização egípcia aumenta, e a Europa importa grandes quantidades de material, para prazer de particulares e de museus, alimentando uma vasta rede de violadores de túmulos e vendedores de peças.

Só em 1857 se cria um Serviço de Antiguidades Egípcias sob direcção de

Auguste Ferdinand Mariette e mais tarde (1880) de Gaston Maspero (1846-1910). Com Sir Flinders Petrie (1853-1942) iniciam-se os primeiros estudos sistemáticos de peças e contextos em vastas escavações onde os cuidados eram igualmente repartidos entre as estruturas, peças valiosas e outros achados de reduzido valor artístico mas igualmente importantes para o estudo da civilização egípcia.

Mas os finais do séc. XVIII e princípios do XIX não beneficiam apenas a arqueologia egípcia. Na Mesopotâmia e no Próximo Oriente, ao mesmo tempo que se iniciam os esforços para decifrar os registos escritos antigos, identificam-se e escavam-se grandes cidades de outrora, agora esquecidas e parcial ou totalmente subterrâneas – a cidade de Ur, mencionada na Bíblia como a «Ur dos Caldeus», foi encontrada em 1853. Inicia-se a tradução do «zendavesta», texto sagrado de Zoroastres. Porém, só no séc. XX se procederão a escavações sistemáticas sendo as da cidade de Ur dirigidas, a partir de 1922, por Sir Leonard Woolley.

Também a arqueologia nas margens do mar Egeu teve um grande desenvolvimento no séc. XIX, graças ao esforço duma figura que se tornou quase lendária na história da Arqueologia – Henrich Schliemann (1822-1887).

Após uma vida de luxo e triunfo económico, apaixona-se pela arqueo-

O Nilo numa gravura da época, vendo-se ao fundo, na rocha, o templo de Abu-Simbel



Henrich Schliemann (1822-1887)

era colonizada pelos povos europeus.

A preocupação com o «homem antigo da América» e as ditas civilizações pré-columbianas, leva a uma significativa corrente de pesquisa em que se podem citar algumas personalidades importantes como a de Thomas Jefferson (1743-1826) terceiro presidente dos E.U.A., que escavou em 1784 alguns «mounds» boreais (3), J.L. Stephens e Frederic Catherwood que descobriram na América Central e Sul, entre 1839 e 1842, várias localidades pertencentes à civilização maia.

Uma breve referência final aos trabalhos desenvolvidos na Ásia, na península do Indostão e na Oceânia.

Em 1863 foi criado o Instituto de Vigilância Arqueológica da Índia (Archaeological Survey of India) que iniciou esforços para a identificação de monumentos e reconhecimento das civilizações do vale do Indo, alguns deles escavados já no séc.XX.

Na China iniciam-se trabalhos arqueológicos em povoados pré-históricos identificando-se uma importante estação neolítica em Yang-Shao, cujo estudo ficou a cargo de uma equipa sueca chefiada por J.G. Andersson (1874-1960).

A Oceânia oferece interesses diferentes, e a pesquisa da ancestralidade da civilização dos actuais arborígenes, vai levar a curiosas inovações na interligação entre a Arqueologia e a Etnologia.

Após uma prática maior da arqueologia de campo, não só os dados sobre as civilizações que se pretende estudar são mais abundantes como a sua relação com as culturas a que pertencem se vislumbra mais fácil graças a novas informações que se recolhem, não apenas dos objectos mas através da leitura dos estratos arqueológicos e dos contextos em que se encontram.

É assim que os anos 20 do nosso século apresentam outro tipo de preocupações científicas que antes não verificávamos.

logia ao ler Homero e decide partir em busca das cidades desaparecidas da civilização grega. Embora se tenha celebrizado por ter encontrado a mítica Tróia, conta no seu currículum a identificação de quatro outras localidades importantes na mesma região mediterrânea.

Mas, enquanto tudo isto se passava na Ásia, África e Europa, o Novo Continente procurava também ele as tradições culturais da região que agora



Machu Picchu: testemunho de uma civilização desaparecida, da América Central.

O General Pitt Rivers, pioneiro nas modernas técnicas de escavação em Inglaterra, escreve:

«Os escavadores, por norma, só registam as coisas que lhes parecem importantes na altura, mas aparecem constantemente novos problemas. Todo o detalhe deve por isso ser registado ...»

Conjuntamente com esta necessidade de aperfeiçoamento nos métodos de recolha dos achados, abandona-se o estudo exclusivo da tipologia e dá-se lugar ao estudo do local como um todo. Da caça ao tesouro e à peça de arte para gaudio de particulares e museus, passa-se a um processo sistemático de recolha de material dando-se prioritária importância ao contexto em que está inserido.

Surgem correntes que procuram identificar as origens das culturas que se começam a definir pela comparação de resultados de trabalhos arqueológicos em regiões determinadas.

A Arqueologia como disciplina científica alarga o seu âmbito e aperfeiçoa o seu método à medida que são postos problemas à sua actividade e de acordo com as solicitações do estudo de culturas materiais concretas.

No espaço de um século as descobertas científicas e as inovações técnicas permitiram um desenvolvimento da ciência arqueológica não só no que respeita ao trabalho de campo mas principalmente no que toca aos conceitos e pressupostos teóricos que utiliza para a abordagem das civilizações pré-históricas (e não só).

A melhoria de métodos, práticos e teóricos significa um aproximação cada vez maior às civilizações cuja cultura nos chega através de testemunhos materiais de leitura difícil e tantas vezes ambígua.

Notas

- (1) *Pré-Grega e Romana, Grega e Romana.*
- (2) *Pedra em basalto descoberta por um oficial francês em Rachid - Roseta para os franceses - no Egipto, com inscrições em grego, hieróglifos e escrita demótica (escrita cursiva egípcia) que se encontra no Museu Britânico.*
- (3) *Mamoas, elevações de terra, construções tumulares deixados por uma civilização pré-columbiana conhecida pela designação de mound-builders.*

BIBLIOGRAFIA:

- Eydoux, Henri-Paul, «À procura dos mundos perdidos», Edições Melhoramentos, Ed. Universidade de S. Paulo, 1973, S. Paulo.
- Renfrew, Colin, «Before civilization», Cole. Pelikan, Penguin Books, 1976.
- Cambridge Encyclopedia of Archaeology, 1980, Cambridge.

SUMMARY:

This is the second of a serie of introductory articles about archaeological science. In this one it's referred, in general, his evolution since the XVIIIth century to our days.

SOMMAIRE:

Ceci est le deuxième article d'une série d'articles de caractère introductif sur la science archéologique. Il fait référence à grands traits de l'évolution de cette science depuis le XVIII^e siècle jusqu'à nos jours.

Cronologia Parcial da Arqueologia e Pré-História

- 1707 - O padre Sicard, jesuíta francês é encarregado de «fazer uma pesquisa exacta dos antigos monumentos do Egipto.»
- 1709 - O holandês Adrian Reland publica «A Palestina ilustrada pelos monumentos antigos.»
- 1754 - O padre Barthélémy decifra o dialecto palmeriano (cidade de Palmira) e dez anos mais tarde decifra o fenício graças a uma inscrição bilingue de Malta.
- 1799 - Descoberta da «Pedra de Roseta».
- 1802 - Georg Friederich Grotefend lança as bases para a decifração dos hieróglifos.
- 1809 - Publicação do 1.^º vol. da monumental «Descrição do Egipto» elaborada pelos especialistas da Comissão das Artes e Ciências instituída por Bonaparte.
- 1815 - Giovani Battista Belzoni, conhecido como violador de túmulos e vendedor de arte egípcia, descobre o Túmulo de Séti I, um dos mais belos hipogeus do Vale dos Reis.
- 1815 - Descoberta da câmara funerária de Quéfren, por Belzoni.
- 1820 - Belzoni expõe em Londres e Paris as suas «descobertas» no Egipto.
- 1822 - Champollion decifra os hieróglifos.
- 1838 - Edward Robinson, fundador da arqueologia bíblica, percorre a Palestina e identifica numerosos sítios.
- 1840 - Exploração de Delfos pelo arquitecto francês Laurent.
- 1842 - Emile Botta localiza Nínive.
- 1845 - Austen Henry Layard inicia as escavações de Nimrud, na Assíria.
- 1849 - Maxime du Camp e Gustave Flaubert realizam no Egipto a primeira «campanha fotográfica».
- 1851 - William Loftus escava em Susa, na Mesopotâmia.
- Victor Place, consul francês na Assíria, escava Corsabad e Nínive.
- 1853 - Taylor, consul inglês escava a cidade suméria de Ur.
- 1856 - Descoberta do sarcófago do rei Echmunazar, com que se inicia arqueologia fenícia.
- 1859 - Charles Darwin publica a sua teoria da evolução «A Origem das Espécies por meios da Seleção Natural».
- 1867 - Charles Warren escava em Jerusalém.
- 1868 - Heinrich Schliemann empreende a sua primeira viagem à Grécia e Ásia Menor.
- 1871 - Schliemann descobre Tróia (Hissarlic).
- 1871 - Schliemann descobre o cemitério real de Micenas.
- 1877 - Ernest de Sarzec, consul francês, escava Lagashe na Suméria.
- 1878 - Descoberta da necrópole de Cartago.
- 1884 - Schliemann escava Tirinto.
- 1886 - Schliemann escava em Cnossos, Creta.
- 1889 - Primeiras escavações americanas na Mesopotâmia em Nipur.
- 1891 - Flinders Petrie escava em Tell-el-Amarna, no Egipto.

O século XX traz a escavação sistemática dos sítios atrás referidos e a intervenção contínua de missões estrangeiras de arqueólogos que vão proceder a trabalhos de levantamento programado das regiões ocupadas pelas antigas civilizações. Parece-nos por isso pouco significativa a enumeração exaustiva dessas datas.

GARVÃO

Pretexto para visitar os bastidores de um museu.

Texto Jorge Raposo(*)
fotos Vitor Santos(*)

Se os métodos empregues pela Arqueologia de campo (prospecção, escavação, etc) são mal conhecidos do público em geral, mais o são as actividades complementares que ficam «para lá» da simples recolha de materiais.

De facto a Arqueologia é uma ciéncia pluridisciplinar que tem como objectivo conhecer o passado do Homem, constituindo a escavação uma das etapas de um moroso processo de investigação, porventura aquela de que o público mais facilmente se apercebe.

O tratamento, conservação do espólio que chegou até aos nossos dias como vestígio do quotidiano do homem que nos antecedeu, é uma parte fundamental dessa investigação. Importantíssimo para o estudo científico das jazidas escavadas e imprescindível para o aproveitamento museológico dos objectos recolhidos ganha ainda mais relevância nos casos em que o material se apresenta relativamente pouco fragmentado.

É essa uma das razões que nos conduz a Garvão, pequena vila alentejana que é presentemente um dos sítios arqueológicos mais em foco.

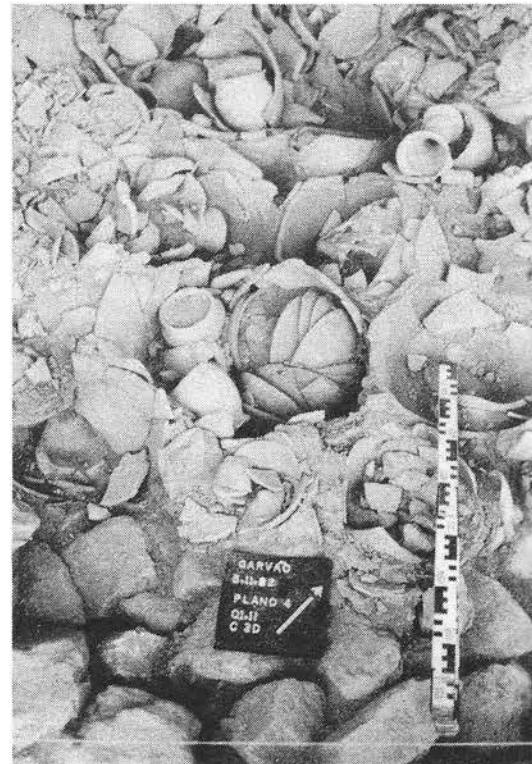
Dezenas de peças aí recolhidas foram já restauradas no Museu de Arqueologia e Etnografia da Assembleia Distrital de Setúbal, estrutura que a Sul do Tejo apoia, na medida do

possível, arqueólogos ou instituições que nesse domínio pedem colaboração. Muitas outras seguem idêntico percurso nas instalações dos Serviços Regionais Sul do Departamento de Arqueologia do IPPC.

Foi no entanto a Setúbal que nos dirigimos para uma agradável conversa com as doutoras Joaquina Soares e Luisa Ferrer Dias, respectivamente directora e técnica de restauro do referido museu (1).

MAS O QUE É AFINAL GARVÃO ?

Sítio arqueológico identificado no passado Verão na sequência da abertura de valas para saneamento básico, logo foi objecto de uma primeira campanha (a completar este



ano) orientada pelos arqueólogos Caetano Beirão, Carlos Tavares da Silva, Joaquina Soares e Mário Varela Gomes.

Segundo a Dra. Joaquina Soares, e ressalvando que tudo isto são apenas conclusões provisórias visto a estação não estar completamente escavada nem estudada, Garvão «é um depósito votivo de um possível santuário e cronologicamente situável entre a segunda metade do séc. III a.C. e a primeira metade do séc. II a.C.».

«Numa grande fossa oval, depositaram-se centenas de peças cerâmicas. Na base predominam os grandes vasos que normalmente contêm peças mais pequenas, facto que parece indicar ter havido um deliberado aproveitamento racional do espaço».

«O facto de grande parte dos recipientes surgirem empilhados, o que só seria possível desde que vazios, leva-nos a crer ser este um depósito secundário. Assim, a verdadeira oferenda seria o seu conteúdo e, uma vez consumido este em desconhecido ritual, proceder-se-ia à arrumação das vasilhas (justificando-se a falta de fragmentos de algumas delas, possivelmente perdidos pelo caminho)».

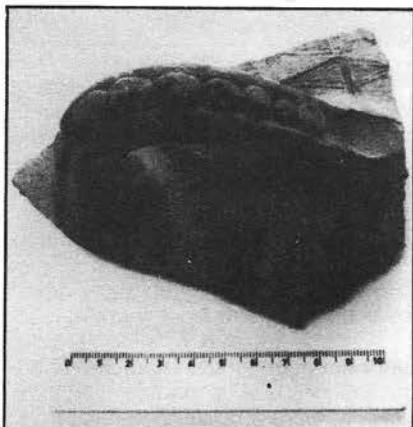
Completam o espólio desta estação alguns fragmentos de vidro, contas de colar e umas quantas pequenas placas de uma liga que se supõe ser prata extremamente impura.

Aqui cabe um parêntesis pois supõe-se terem sido elas a estar na origem de um assalto que guindou

Garvão à posição de «facto jornalístico» referido por quase todos os órgãos de comunicação social (televisão incluída).

«A riqueza de Garvão é científica, cultural e artística, sendo algumas das suas peças autênticas obras de arte do ponto de vista estético. Em termos monetários no entanto, os metais nobres estão muitíssimo mal representados. Aparecem umas pequenas placas com representações de olhos – são ex-votos oferecidos à divindade – numa liga em que supomos entrar a prata (as análises não estão ainda concluídas). A cobiça que provocam não tem correspondência prática pois devido ao seu fraco valor as ouivessas certamente não as comprariam. No fundo é o mito do ouro que está muito enraizado na nossa população – até nos concursos televisivos são ofertados escudos em ouro como se tivessem mais valor.»

Por certo foi isto que desanimados constataram os desafortunados larápios que tentaram o assalto da estação. Mais não conseguiram do que remexer parte do espólio, aqui sim prejudicando o seu subsequente estudo.



No entanto, imenso é o valor científico de Garvão. A nível de objectos de cerâmica «não se conhece em Portugal outro conjunto tão numeroso nem que tão significativamente ilustre o período normalmente chamado 2.ª Idade do Ferro. Espanhoso do ponto de vista da forma e da decoração: diversos são os tipos, alguns até agora completamente desconhecidos. Garvão será uma boa referência para datar outros achados pois, a sua longevidade foi curta.»

Desde a sua recolha no campo até à exposição numa vitrine de museu onde qualquer um de nós as poderá contemplar, muitas horas de trabalho são por estas peças consumidas. É pois o percurso desse espólio «espantoso» que agora nos propomos seguir.



NO CAMPO ...

A recolha e manuseamento do material está sujeita a regras que, a não serem cumpridas, comprometerão a validade dos resultados obtidos.

«A Arqueologia é uma ciência independente com o seu próprio método e objecto de estudo. Assim sendo, a escavação obedece a uma metodologia complexa onde camadas estratigráficas, estruturas existentes, etc, são rigorosamente analisadas num diálogo permanente arqueólogo/jazida. No fundo pretende-se obter respostas quanto à sua história – a jazida é desmontada para melhor ser compreendida. Isto passa por registos minuciosos que vão do estudo dos artefactos até aos contextos em que estes se inserem.

As peças recolhidas são localizadas tridimensionalmente e referidas a uma camada ou contexto tendo em vista a reconstituição paleoetnológica da jazida, fim último do arqueólogo.»

Depois de devidamente acondicionadas, as peças chegam mais ou menos fragmentadas ao laboratório de tratamento onde uma outra fase se desenvola.

Pela sua abundância o espólio cerâmico impõe escolhas e critérios de reconstituição.

«Até há poucos anos o critério seguido era o de reconstituir as peças raras – um museu era um depósito de «obras de arte».

Hoje em dia interessa-nos mais a peça vulgar, o utensílio que fazia parte do dia-a-dia das pessoas. A peça rara vale sobretudo pelo significado social dessa raridade e pelo seu carácter de bom indicador cronológico que lhe advém da sua efémera existência operante. Mas é fundamentalmente a vida quotidiana que pretendemos reconstituir».

NA OFICINA DE RESTAURO ...

Pelas mãos da Dra. Luisa Ferrer Dias passa grande parte dessa responsabilidade. Técnica de restauro do referido museu (... não, não sou técnica de restauro. Tenho apenas alguns anos de experiência na colagem e restauro de cerâmicas. Daí até técnica de restauro vai alguma distância ...), com ela conversamos tentando, em breves palavras, resumir o «atribulado» percurso que permite



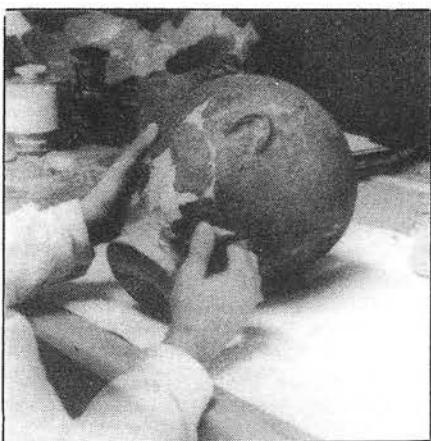
transformar simples «cacos» em lindas peças que regalam quem as vê.

Após lavagem e secagem (ao ar livre ou em estufas), a primeira coisa a fazer é marcar todos os fragmentos e proceder à sua inventariação. Em todos eles é colocado um pequeno número e algumas letras que identificam a estação de que são provenientes. Depois elabora-se o seu «bilhete de identidade» – em ficha própria regista-se o número de inventário de cada pedaço, proveniência, localização tridimensional, camada, nível e/ou conjunto, etc ... enfim, todas as informações que constituem a sua «história».

Eleminado qualquer risco de confusão, o material pode já ser livremente manuseado, começando aqui o que seria um belo passatempo para os amadores de puzzles, verdadeiro quebra-cabeças no caso de Garvão. Pela côn, textura da pasta cerâmica, decoração, etc, os fragmentos são separados procurando-se aqueles que «colam» uns nos outros, ou seja, que pertencem a uma mesma peça.

Dessa procura sistemática resulta a reconstituição possível em função dos pedaços recolhidos no campo, obtendo-se peças mais/ou menos completas.

E chega a vez da colagem eféctiva de todos os fragmentos encontrados.



«Apesar de estar ao alcance de qualquer um, é uma operação fundamental que exige muito cuidado e método, tendo segredos que só a prática ensina. O principal talvez seja a correcta dosagem da quantidade de cola a utilizar – se é pouca os fragmentos descolam, se é muita suja a peça ao escapar para fora da fractura ou, pior ainda, cria uma película entre os pedaços a colar que impede a sua perfeita união. Daí resulta que a peça vá alargando a ponto de já não se conseguirem encaixar os fragmentos ainda por colar. Neste caso só há uma solução ... desmanchar tudo o que se fez».

Peças há que se completam logo nesta fase, sinal de que todos os seus fragmentos foram recolhidos na escavação.

Infelizmente não é isso que em regra acontece. Na situação mais fácil faltam apenas alguns pedaços, bastando preencher um ou outro «buraco». Quanto às restantes, são passíveis de reconstituição todas as que apresentem um perfil completo, do fundo ao bordo, desde que exista a certeza da sua regularidade ao longo do perímetro (sem elementos desconhecidos como asas, bicos, decoração plástica, etc). Se persistem dúvidas quanto à forma de uma peça, melhor é não a restaurar já que «não inventar é a regra mais importante a ter em conta no restauro».

Os produtos usados para esse completar das peças em laboratório são-no um pouco em função das preferências do técnico mas também de variáveis como tipo de superfície que se pretende obter (polimento por ex.), estabilidade da peça, complexidade de acabamentos (relevos por ex.), etc.

No fundo não há um material óptimo todos tendo vantagens e inconvenientes pelo que, em cada caso concreto, haverá que optar pelo que se revele mais adequado.

«Em princípio usamos mais a Sintolit (poliéster). O gesso usa-se em reconstituições a partir de fragmentos muito pequenos onde são maiores as possibilidades de erro e há que diminuir os prejuízos em caso de destruição. Neste momento, estamos também a tentar algumas experiências com barro plástico e fibra de vidro».

Uma boa técnica de moldagem permite o refazer de toda uma peça às vezes a partir de pequeníssimos fragmentos – vimos, por exemplo, um prato com perto de 45 cm de diâmetro reconstituído com base em 3 a 4 cm de bordo.

Resta apenas («... é o mais moroso e aborrecido...») a lixagem que aproxime, em espessura e acabamento exterior, os pedaços acrescentados dos originais.

Completada a peça, atingimos um ponto a partir do qual não há critérios uniformes. «Há quem defende dever notar-se uma certa diferença entre o original e o acrescentado mas não duvido que, museologicamente, resulta um pouco inestético não aproximar pelo menos a côn em relação ao original. Fazê-lo até ao ponto de um leigo não distinguir a diferença é já discutível, pois torna-se um pouco fraudulento para o público que assim supõe estar a ver peças encontradas inteiras».

Tudo isto se agrava no caso de peças com decoração pintada. Aí a reconstituição dos desenhos é extremamente difícil pelo que só se faz com certeza absoluta (geométricos, etc). Perante a diversidade de critérios, um

técnico responsável tem como solução o uso do bom senso, tentando não «enganar» o público que vai apreciar o seu trabalho.

Em Portugal são poucos os locais onde se desenvolve este tipo de trabalho e diferentes os meios humanos e técnicos de que dispõem. O Museu Monográfico de Conímbriga, sob a direcção da Dra. Adilia Alarcão, tem sido a escola deste País em termos de tratamento e restauro de materiais arqueológicos. Aí decorre o 1.º Curso de Técnicos de Conservação e Restauro, recentemente criado e que se concluirá este ano.



Até aqui, a escola tem sido a prática e, «apesar de poucos, os bons técnicos portugueses não têm de que se envergonhar quando comparados os seus trabalhos com o que se faz no estrangeiro».

E diz-nos a terminar a Dra. Luisa Ferrer Dias: «Garvão é óptimo. É das coisas mais gratificantes para quem gosta de fazer um bom trabalho».

Esperamos que o leitor se ache agora um pouco mais informado sobre um assunto que, à partida, julgámos nebuloso para a maioria das pessoas.

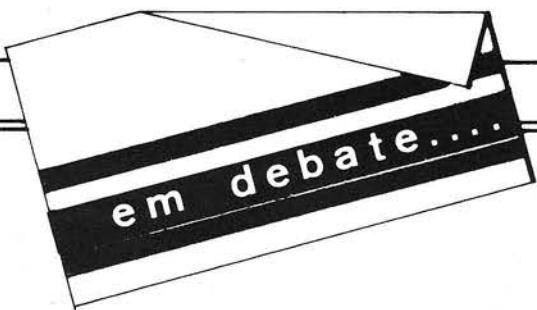
(1) – Presentemente, a Dra. Luisa Ferrer Dias não desempenha já as funções referidas aquando do registo desta reportagem, continuando no entanto a colaborar no restauro de materiais de Garvão, desta feita nos Serviços Regionais Sul do Dep. de Arqueologia do IPPC.

SUMMARY:

A journey into the Archaeological Museum of Setúbal to observe his activities concerning the repair of pottery, just now about one of the most important archaeological discoveries in Portugal – the votive deposit of Garvão (Second Iron Age: 250 BC-150 BC).

SOMMAIRE:

Visite à l'intérieur du Musée d'Archéologie de Setúbal et observation du travail de restauration des pièces de céramique provenant d'une des plus spectaculaires découvertes archéologiques au Portugal – le dépôt votif de Garvão (IIème Âge du Fer: 250 av.JC-150 av.JC).



OS DESCOBRIMENTOS E A «OUTRA BANDA»

Coordenação de Texto Jorge Raposo (*)



Tendo como propósito analisar a contribuição da margem Sul do estuário do Tejo para a Expansão e os Descobrimentos portugueses, suas implicações no desenvolvimento regional e a recuperação e aproveitamento social dos vestígios que até nós chegaram, organizou a revista «Al-Madian», uma mesa redonda para a qual convidou personalidades ligadas à investigação do tema em causa. Assim, tivemos connosco Luís Filipe Barreto (LFB), professor universitário; António Nabais (AN), responsável pelo Sector do Património Histórico-Cultural da Câmara Municipal do Seixal; José Guerra Soares (GS), professor do ensino secundário e Raúl Pereira de Sousa (RPS), investigador de história local.

Dessa conversa aqui fica um breve registo.



Comecemos com uma panorâmica do que representaram os Descobrimentos em termos de alterações económicas, sociais, culturais, etc, a nível nacional e em toda a Europa.

LFB: Creio que os Descobrimentos Europeus dos sécs. XV e XVI foram factores essenciais na mutação do mundo, até ao séc. XIII apenas conhecido em menos de 1/4.

No fim do Renascimento a Europa possui um tremendo banco de dados civilizacional fruto espiritual e material da sua invasão do mundo no que em história económica se chama «troca desigual». Os descobrimentos portugueses são pois um fenómeno internacional, correspondendo a uma Europa conquistadora — têm uma herança peninsular mediterrânea em termos tecnológicos e não só (principalmnte ligada a civilização islâmica) mas são internacionais a nível humano e de capital (tome-se por exemplo o peso empresarial dos italianos).

As implicações desta mutação são de uma profundidade total – como diz Fernando Pessoa, «...começava a nascer o moderno imperialismo europeu...»

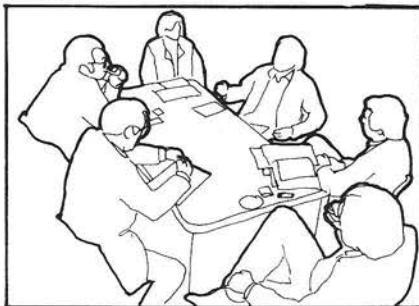
Talvez só agora começemos a perceber que, nos sécs. XV e XVI, se inaugurou um sistema que acelerou fortemente o desenvolvimento de uma civilização sobre outras com base em factores de aculturação/colonialismo em última instância, a imposição de uma *lógica civilizacional* a todo o Planeta.

Creio também serem os descobrimentos um fenómeno contemporâneo pois as forças por eles lançadas estão ainda presentes na ordem económica e cultural do mundo (só assim se compreendem os célebres problemas do dito «Terceiro Mundo» e os desequilíbrios Norte-Sul).

E qual a sua repercussão na vida portuguesa da época?

AN: Como é natural, motivou o desenvolvimento da construção naval e de uma série de outras actividades produtivas que lhe são acessórias: os textéis para o velame e outros acessórios, cordoaria, ferraria, indústria de artilharia, etc. A expansão portuguesa exigia atrás de si uma grande máquina industrial.

A necessidade de alimento para os marinheiros conduz a uma indústria moageira intensa, aumentando sensivelmente o número de moinhos de maré e de vento, e atingindo grandes dimensões o fabrico de «biscoito» nos fornos da Q^a da Machada (Vale de Zebro).



Esse desenvolvimento de certas actividades é concerteza generalizada...

LFB: Generalizado mesmo a nível europeu pois corresponde à especialização. Certas indústrias (principalmente ligadas à guerra) desenvolvem-se nas nações europeias como resposta aos seus problemas no resto do mundo. A indústria de guerra é na Inglaterra, e desde o séc. XVI, um sector de ponta que serve outros países, inclusivé adversários. É uma constante histórica...

Mas a nível de inovações temos muito mais. Na alimentação refira-se a batata, já integrada na alimentação penínsular do séc. XVI embora não o fosse em termos europeus. Podíamos falar também dos cereais, do chá, café, tabaco... daquilo a que hoje se chama droga, etc.

São nítidas grandes mutações a nível do que poderíamos chamar «civilização do quotidiano» – civilização dos costumes como diz N. Elias.

Por outro lado, não podemos esquecer as implicações demográficas do desenvolvimento industrial e dos descobrimentos (D. João de Castro fala em 16 a 17 mil homens no Oriente por volta de 1540). Produzem-se então na Europa e no Mundo grandes deslocamentos ou flutuações demográficas.

Há registos que permitem analisar essas alterações demográficas a nível regional?

AN: Recuando até à Idade Média e à presença Árabe, presume-se existir aqui um grande centro populacional – D. Afonso Henriques dá a Almada um foral em pé de igualdade com Lisboa, Alcácer do Sal, etc. Com a conquista a

população diminui e, pelos dados que temos, desde o recenseamento do séc XVI até às memórias paroquiais, nota-se que nessa época ela deveria ser muito escassa. Esta região funcionava mais como local de descanso e veraneio de senhores fidalgos que aqui caçavam e se protegiam das pestes. Importante eixo de circulação de pessoas e bens entre Lisboa e o Sul, ela também abastecia a capital com os seus produtos agrícolas e outros ligados à actividade moageira, lenha, etc. Tanto a actividade industrial como a comercial se limitavam à zona ribeirinha do Tejo.

GS: Inclusivé na zona dos estaleiros navais a população era muito reduzida.

Existirá alguma razão especial para isso?

RPS: Devido à falta de suportes para investigação, penso estarem mal estudados os movimentos migratórios internos. De mais concreto existe apenas o Numeramento de 1527.

Parece-me no entanto ter este processo dos descobrimentos provocado um decréscimo demográfico, em parte devido à migração para a Índia e Brasil. Internamente, terá também havido uma deslocação da agricultura para novas indústrias, para os centros de construção naval, de fundição, carpintaria, transportes, etc. Os locais onde a riqueza básica era a terra devem ter-se depauperado. Isto sem contar com as pestes que, dizimando às vezes populações inteiras em certas vilas e aldeias, levaram ao seu despovoamento.

Só uma prospecção sistemática e comparativa entre o séc. XV e os seguintes, tentando observar a evolução da propriedade e do seu rendimento, permitiria verificar essa transformação.

Que influência terão tido as pestes na demografia regional?

RPS: A população do termo de Almada está, ao longo de vários séculos, muito equilibrada com a média geral do país pelo que esses fenómenos não terão tido aqui incidências anormais.

GS: Em 1532, um ano depois do primeiro grande terramoto de Lisboa, o número de moradores da vila do Barreiro e seu termo era de 134.

Constata-se assim ser esta zona normalmente pouco habitada...

RPS: Sim, mas lembremos que de uma forma geral toda a costa era desértica. Os corsários com as suas incursões determinavam que as populações se concentrassem à roda de pequenas vilas geralmente defendidas por um fortim.

Foi também isso que fez dos areais da costa óptimo local de refúgio. Por exemplo, na Península de Troia e até Sines (área tremendamente desértica

até ao séc. XVIII) refugiaram-se imensos escravos negros, sobrevivendo até hoje alguns traços fisionómicos no que constitui um pequeno grupo étnico muito disperso.

Mas também algumas ordens religiosas aqui se instalaram...

AN: Algumas por herança, como por exemplo a dos Carmelitas a quem Nuno Álvares Pereira (na época o maior proprietário desta zona) doou grande parte das suas propriedades: toda a região ribeirinha de Corroios até à Amora, Arrentela e quase todo o Seixal estava aforado ao Convento do Carmo. É esta Ordem que continua a construir moinhos de maré. Em 1403, já Nuno Álvares Pereira tinha mandado edificar o de Corroios.

No final do séc. XV surgem os Jerónimos, beneficiários de algumas doações mas implantados principalmente através da compra da Q^a da Palmeira, na margem esquerda do esteiro de Coina (onde está hoje a Siderurgia Nacional).

Também no séc. XV aqui se encontram os Trinos, presentes no Moinho da Trindade, seguindo-se-lhes os Paulistas (possuidores de dois moinhos) e os Jesuítas, todos eles grandes proprietários e industriais da época, ocupando os melhores terrenos e pontos estratégicos junto ao rio.

GS: Ainda no século XVI, mais precisamente em 1542, a Ordem dos Franciscanos construiu, a instâncias de D. Francisco da Gama, 2.º conde da Vidigueira e filho do Almirante Vasco da Gama, o Convento de N^a Senhora dos Prazeres, em Palhais e mais tarde, em 1591, o Convento da Verderena.



RPS: Temos de estar atentos ao facto de, na região, não serem as estradas as principais vias de comunicação pois predominava a via fluvial. Lisboa abastecia-se de Abrantes para Sul através do Tejo e ainda por Alcochete, Coina e Seixal aproveitando a penetração longa dos esteiros. Alcochete era a principal via de acesso a Évora (grande celeiro). Coina estaria ainda na via romana que, partindo de Lagos e passando por Santiago de Cacém e Alcácer do Sal, nela terminaria.

AN: Esta zona foi importante ponto de passagem para produtos vindos do interior (Azeitão, Palmela, Coina, etc.) e a existência de uma estalagem entre Seixal e Coina atesta bem o grande movimento que nela existia.

O Seixal, apesar de pequeno núcleo habitacional (cerca de 30 vizinhos no início do séc. XVI), funcionou até meados do séc. XVIII como importante porto de escoamento devido ao seu esteiro ter sempre água. Por isso se fala, um pouco impropriamente, do vinho do Seixal, quando as zonas de vinha eram em Paio Pires, Arrentela e Amora, sendo o Seixal apenas o local de embarcadouro. Gaspar Frutuoso, no séc. XVI, por exemplo, diz do Seixal «...onde se exportava muito vinho para a Índia...».

Pontos de passagem importantes eram também Alcochete, Moita e Aldeia Galega (D. Manuel nasce em Alcochete durante uma passagem da família real), enquanto Almada funcionaria mais como centro administrativo onde o rei vinha com frequência, havendo até registos de documentação por ele aqui assinada.

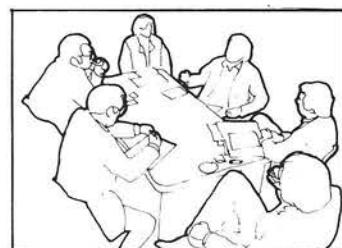
AN: Sei que no Seixal a produção diminuiu para menos de metade, dedicando-se as pessoas à exportação de uva, actividade de que há registo até ao século passado.

No entanto vários aforamentos do séc. XVI atestam que na região da Amora está praticamente tudo coberto de vinha, sendo natural o seu prolongamento até à Caparica. O vinho de Alcochete era também famoso (Gil Vicente elogia-o nos seus autos).

Em termos agrícolas é de salientar ainda o abastecimento de lenha (matéria prima fundamental para Lisboa dos Descobrimentos). Segundo Nicolau de Oliveira «...desta mesma chareca se tiram paus de sobreiros de que quase toda está povoada para as embarcações assim pequenas como grandes, quais são as naus da Índia, com muitas e grossa tábuas de pinheiro que há maior abundância, e

excelentes condições (até se diz «...Seixal muito bom pelos seixos para lastro dos barcos...»)

Põe-se a hipótese de Ribeira das Naus também poder ser o local hoje denominado Telha (próximo do Barreiro), onde teriam sido construídas algumas caravelas.



GS: É mesmo muito provável a existência de estaleiros navais na Teixeira já no tempo de D. Dinis, e António da Costa e Almeida refere ser o rio Coimbra utilizado para abrigar as esquadras no reinado de D. Fernando e seguintes pois o porto de Lisboa era demasiado aberto, não oferecendo condições aos navios.

Júlio de Castilho refere também a existência de uma inscrição numa antiga capela já destruída, assinalando o «baptismo dos galeões do Gama, assistindo el-rei D. Manuel ao lançamento deles ao Tejo».

RPS: Quanto à construção naval parece-me que, embora a grande matéria prima fosse o pinho, a madeira de carvalho (rara ou inexistentes nesta faixa Sul) era bastante utilizada. Isso implica não ser o Sul o exclusivo fornecedor de madeiras.

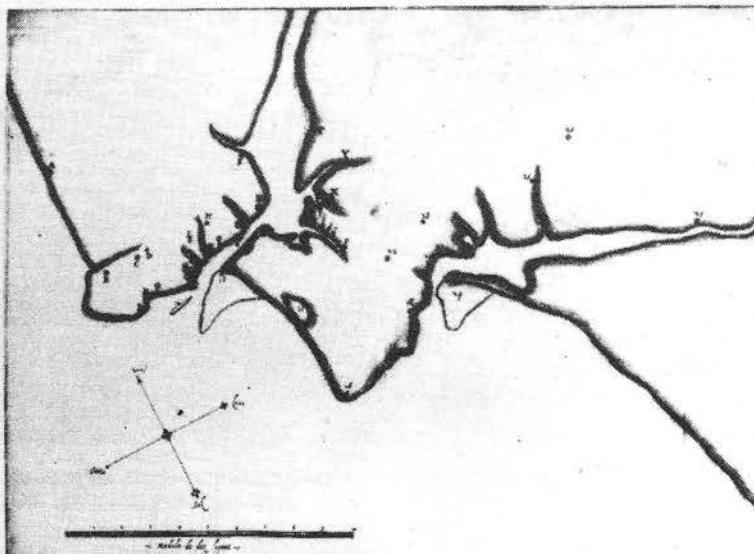
Outro factor a ter em conta é que as naus eram lançadas ao mar carregadas ou com lastro (vazias não tinham estabilidade), pelo que, predominantemente, deviam ser construídas simultaneamente perto das fontes das matérias primas e dos locais de abastecimento de mercadorias.

AN: Sim, convém salientar não ser a construção naval monopólio do estuário do Tejo. Construía-se no Sul do país, em Setúbal, Sesimbra, Viana do Castelo, Aveiro, etc.

LFB: Nesse aspecto, é espantoso serem os próprios documentos espanhóis do séc. XVI a reconhecer os portugueses como a vanguarda de toda a ciência náutica, em termos de construção naval, marinaria, cartografia, etc. Por exemplo os grandes corsários ingleses tinham pilotos portugueses, chegando a assaltar as nossas naus sem tocar na carga e apenas para raptar pilotos e obter mapas.

AN: As variadíssimas formas navais que se espalham de Norte a Sul do país demonstram bem a capacidade inovadora dos nossos construtores..

A actividade moageira era outra das grandes indústrias da época. O pão era indispensável à alimentação dos marinheiros bem como de Lisboa e dos seus muitos visitantes. Os moi-



Descrição do Rio de Lisboa e do de Setúbal - 1580-1588

RPS: Não sou muito dessa opinião. De facto, dos aforamentos dos sécs. XV e XVI fica-me a ideia de uma produção agrícola muito elevada nas quintas da zona de Almada. Recordo-me por exemplo que Fernão Lopes aforou aqui uma quinta com vinha por um preço muito alto para a época, mais devido à produtividade do terreno do que à sua extensão. A fama dos vinhos de Almada e Caparica, sua qualidade e grau alcoólico, terão certamente que ver com as características da região.

Porque decaiu esse tipo de produção agrícola?

RPS: A razão principal terá sido o forte ataque do óideo que, ao dizimar a maior parte das vinhas, extinguíu as castas existentes, não tendo as que se lhe seguiram a mesma qualidade.

vendem os direitos do carvão...»

A quantidade não evitou uma certa preocupação em não desbastar indiscriminadamente toda a zona, publicando-se vários alvarás proibindo a instalação de indústrias – a fábrica de vidros de Alcochete só excepcionalmente é admitida (séc. XVI) e a de Coimbra foi encerrada já no tempo do Marquês de Pombal, transferindo-se para a Marinha Grande.

Importante também foi o que ainda hoje chamam «cementerio da madeira», depósito instalado na Azinheira (perto do Seixal). A madeira era cortada na época de abate e depois marcada e enterrada naquela zona húmida e de salgadiço. Pelos dados existentes seria depois encaminhada para a ribeira das naus. Pequenas embarcações seriam no entanto construídas nos estaleiros do Seixal e Arrentela que tinham

nhos de maré eram já grandes edifícios.

GS: Com efeito, já no século XV existem referências aos Fornos de Vale do Zebro, ou Fornos d'el Rei, que teriam como função principal, o «fornecimento de biscoito para as armadas, naus da Índia, Conquistas e Fortalezas do Rei e do Ultramar».

E qual a importância de tanoaria?

RPS: O fenómeno da grande expansão da tanoaria em Almada está já desligado do séc. XVI, correspondendo sim à época em que Almada se torna exportadora e sobretudo armazémista de vinhos.

Nos sécs. XV e XVI essa actividade existia mas sem grande destaque. No entanto, há registos que indicam alguns tanoeiros como fazendo parte da Misericórdia de Almada.

Isto propõe-me uma outra reflexão: que mutações sofreu o homem português, sobretudo aquele que, enobrecido, se desligou da sua profissão agarrando os pequenos cargos administrativos, tornando-se «importante».

LFB: O problema que pôs é interessante pois na época dá-se a nobilitação de uma quantidade de homens que vêm de classes intermédias.

Ocupando os cargos administrativos do Império, eles têm papel importante no gerar de uma certa nobreza – também uma constante em termos de história europeia: não é a alta nobreza que cai na revolução francesa mas sim a pequena e média, ambas oriundas de uma geração de burguesia que, nos sécs. XV e XVI, tinha tomado o poder e apostado no campo os seus capitais.

Até à civilização industrial, as gerações de capitalismo têm como grande objectivo a nobilitação para além da riqueza – riqueza e nobreza não são opostas nas sociedades de antigo regime e por isso um nobre pode perfeitamente ser mercador. Por exemplo, Duarte Pacheco Pereira enriqueceu fortemente em S. João da Mina e, quando D. João III o destituiu, logo escreveu ao rei de Espanha oferecendo a sua vassalagem. Isto prova como uma concepção puramente senhorial, sem conceito de nação, pode implicar sem contradição uma noção mercantil do mundo em termos de lucratividade.

A nobilitação funcionou como prémio mas também como preservação da classe dominante através da incorporação de estratos sociais em ascensão, dominando a sua potencial concorrência.

Quer dizer que, a nível europeu, essa nova camada foi assimilada sem problemas de concorrência nem contradição?

LFB: Exacto. A expansão inglesa é exemplar nesse aspecto pois as barreiras praticamente desaparecem –



encontramos o nobre inglês acima de tudo como empresário.

Ora a nossa nobreza não é empresarialmente activa. Quando se fala em grandes casas, elas são-no apenas na medida em que se desenvolvem sob a protecção do aparelho de estado. A alta nobreza, através de um aparelho que hoje poderíamos chamar «burocrático/administrativo» e beneficiando da não existência de forças sociais alternativas, retira os seus lucros próprios desta situação. Penso que isso nos impede de saltar para o desenvolvimento industrial.

Enquanto em França, logo a partir do séc. XV, se encontram grandes famílias de capital, nobres ou não, na península elas estão articuladas com o Estado, não desenvolvendo acção concorrential.

Recuando um pouco, poderíamos tentar explicar isto na nossa origem como estados independentes e notando as diferenças em relação à restante Europa. O poder de Estado peninsular poderia estar baseado numa definição de território inexistente noutros locais.

Em última instância, é difícil «fotografar» dois séculos de história

quando estruturas económicas, agrárias, mentais, senhoriais, etc., têm uma muito longa duração.

Voltando à problemática da ascensão social através da nobilitação, dá-me a sensação de que, à custa dos descobrimentos, determinados estratos que poderíamos chamar «administrativos», homens de fila da grande nobreza, se incorporaram num movimento que poderá ter tido grandes repercussões no modelo de desenvolvimento social português.

Que expressão terá tido esse fenómeno na nossa zona ?

RPS: Novamente deparamos com a falta de indicadores. No entanto alguma documentação que nos ficou permite ver quem ocupa os lugares de influência e possui as propriedades.

Ora bem, na época os lugares influentes de que temos nota são os da Albergaria de S. Lázaro, Misericórdia de Almada e os poucos que poderiam ser ocupados na Câmara (vereadores, tabeliães, etc.). Para verificar uma certa variação não precisamos recuar muito: na própria Misericórdia, em 1555, as pessoas dividiam-se já em «de 1.º» e «de 2.º». Chamavam-se

mesmo assim. O Provedor é também necessariamente titular de nobreza.

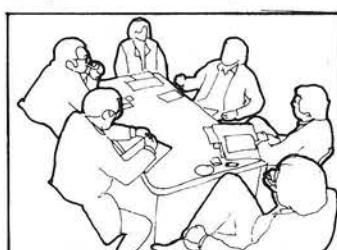
Nos documentos anteriores constavam maior número de pessoas sem título (proprietários e mestres de ofícios).

Penso que um certo enriquecimento regional levou algumas pessoas a posições de destaque com enobrecimento. Por exemplo, no séc. XVI surgem os primeiros morgados, o que atesta haver já um estrato económico e social com força suficiente para os criar.

Parece pois haver uma certa ascensão à pequena nobreza, naturalmente de enriquecidos com base no desempenho de cargos administrativos de confiança real. Isto é bem visível nos registos existentes.

LFB: Ao regressarem dos descobrimentos, escrivães de feitoria, feitores, etc, são muitas vezes premiados além de, quando suficientemente espertos, já se terem premiado a si próprios.

Há por exemplo o caso famoso de Tomé Pires que, no mesmo dia, envia de Malaca duas cartas: uma para a família onde diz «...estou rico...não preciso de nada...», outra para Afonso de Albuquerque dizendo «...estou na miséria...tem de me dar mais este e aquele cargo na feitoria de Malaca...». E era um dos quadros mais importantes e da confiança de Albuquerque, um homem fabuloso que deixou escrita aquela que é a primeira grande geografia económica do Oriente, feita no séc. XVI por um ocidental. Ao mesmo tempo que Duarte Barbosa escrevia o «Livro das Coisas da Índia», Tomé Pires elaborava a «Súmula Oriental», abrangendo o que na época era a costa ocidental da Índia (Moçambique) até ao país dos Léquios (denominação do Japão no início do séc. XVI).



Já agora, e contrariando o que é a visão tradicional (até porque a história, em muitos casos, faz-se não do passado mas daquilo que «passou» sobre o passado), as grandes potências, como a Inglaterra e a Holanda do séc. XIX, construiram uma certa história colonial menosprezando bastante os penínsulares. Ora é pelos portugueses e suas obras que toda a costa da China chega ao conhecimento dos ocidentais. Valorizamos hoje Marco Polo mas a China foi verdadeiramente conhecida através da obra de frei Gaspar da Cruz, autêntico best-seller,

através de Mendonza, após o séc. XVIII. Os livros de Tomé Pires e Duarte Barbosa são verdadeiros livros de cabeceira com constantes edições espanholas e italianas, revelando-se indispensáveis em termos de geografia económica: informavam sobre o número de habitantes, sua língua, produção da zona, circuitos comerciais, etc.

Através dos descobrimentos contribuímos para o sistema comercial e civilizacional da Europa com um gigantesco banco de dados informativo do qual lucram aqueles que mais podem.



Torre Velha: Porto Brandão.

RPS: Fernão Mendes Pinto é o exemplo de uma pessoa que aqui aparece e logo alcança, certamente por favor da nobreza, o lugar de Mamposteiro da Albergaria de S. Lázaro, único cargo importante e remunerado da Misericórdia que significava também ser ele juiz de Almada ou do seu termo. Daí até à nobreza era um pequeno passo. Não sei mesmo se não terá tido algum título pois para ser «cidadão de 1.º» não bastava a reputação de viajante ou comerciante, nem sequer a proteção de qualquer ordem religiosa.

LFB: Parece-me falsa a ideia de que, no final da sua vida, estaria numa situação degradante. Por exemplo o padre Wicki (jesuíta alemão) publica uma obra imensa – a «Documenta Índica», composta de várias cartas. Numa delas, já com Fernão Mendes radicado aqui em Almada e bastante idoso, os jesuítas vêm consultá-lo sobre táticas da Companhia, informações do Oriente, etc. Prova-se que continuava a ser um bom técnico colonial.

RPS: Uma lenda que corre em Almada diz ter sido ele convidado a fazer relato das suas experiências na Índia para Filipe II de Castela (I de Portugal) quando este aqui passou alguns dias. E na altura nem sequer era famoso como escritor pois a «Peregrinação» só muito mais tarde foi publicada.

LFB: A atenção que os Filipes dedicaram à estratégia colonial é quase exemplar se comparada com a dos nossos reis. Não conhecia o caso que citou do Fernão Mendes, mas conheço

o de Gabriel Soares de Sousa que produziu a grande obra do Brasil do séc. XVI – o «Tratado Descritivo do Brasil» de 1587, do qual subsistem meia dúzia de manuscritos em português e espanhol, sendo estes últimos muito mais completos (por isso obtém como prémio uma das primeiras entradas no Brasil em busca de ouro e com apoio real espanhol).

Também o Prof. Luís de Barros verificou que grande parte das informações sobre as descobertas que enviávamos para Roma, eram primeiro traduzidas para espanhol e encaminhadas para a corte do país vizinho

(que, no fundo, dominava Roma e o Papa).

Passando para outra fase, que perdurou dessa época até hoje? Vestígios arquitectónicos, referências bibliográficas...

RPS: Em termos de património arquitectónico, temos em Almada algo de representativo: Igreja de S. Tomás d'Aquino, capela mor da igreja de S. Tiago, capela de N. Sra da Conceição (talvez a mais típica) e possivelmente os restos do pelourinho que se encontram nos Capuchos.

Com uma certa segurança podemos indicar também a fachada da Igreja da Misericórdia (embora com reconstrução posterior) e talvez alguns aspectos neoclássicos da fachada da igreja de S. Tiago.

Quanto à arquitectura militar temos a Torre Velha (Porto Brandão), penso que em parte representativa dum transição entre as fortalezas portuguesas da Índia e as «fortalezas de Vauban», posteriormente celebrizadas pelos franceses.

A arquitectura civil é muito mais difícil de datar com rigor. As casas eram incaracterísticas, modestas, reconhecendo-se apenas uma porta, um cunhal de porta, etc...

Temos ainda imagens e pintura renascentista, esta com muita importância. É excepcional o retábulo de painéis existente na igreja da Misericórdia e que data de 1564. O seu autor é desconhecido, sabendo-se no entanto que levou 16.100 réis pelo trabalho (pago a prestações), o que constitui um preço muito bom para a época.

AN: Na zona do Seixal, à excepção da capela manuelina de Qt^a da Palmeira e um resto dos alicerces da Qt^a da Trindade, tudo o mais é arquitectura popular. Esta escassez é em grande parte resultante do terramoto de 1755 que, segundo as próprias memórias paroquiais, terá arrasado tudo.

Alhos Vedros e Alcochete serão locais onde mais vestígios terão subsistido (Misericórdia, igreja Matriz, pelourinho, moinhos de maré, salinas, etc.). Temos ainda os fornos de cal, cerâmica e do «biscoito».

GS: Poucos vestígios arquitectónicos existem no concelho do Barreiro. Restam alguns moinhos de maré bastante danificados, um pórtico manuelino na Igreja de Palhais, e fornos de cal também em Palhais.

Recentemente em escavações efectuadas na Mata da Machada, foram encontradas formas de biscoito, olaria popular e formas de depuração de açúcar, provavelmente destinadas à exportação para a Madeira e o Brasil.

RPS: Evidentemente refirimos apenas o que podemos atribuir com rigor aos sécs. XV e XVI. Estudos mais profundos poderiam por exemplo permitir encontrar quintas que constituam exemplares relativamente fiéis de explorações agrícolas da época.

Que aproveitamento se poderá fazer de todos esses vestígios na actualidade?

RPS: Em Almada o mais significativo é a capela de n^a Sr^a da Conceição, retábulo e fachada da igreja da Misericórdia e a capela mor da igreja de S.Tiago. A Torre Velha está de momento inacessível em zona vedada pela Lisnave, pelo que só a sua classificação como monumento nacional poderá resolver o problema.

Estes locais proporcionariam já uma boa visita através do nosso séc. XVI.

Em Vale Flor de Baixo existe também uma quinta com lagar, bem conservada, que deve aproximar-se bastante da época.

Continuando margem fora, poderíamos observar os moinhos de maré, terminando por exemplo na igreja de Alcochete, com fachada e portal manuelino que constituem talvez a melhor peça de época aqui na zona.

AN: Também a construção naval mantém a sua tradição artesanal através de alguns estaleiros de que o único que mantém as características antigas talvez seja o do Rosário, na Moita.

Excepto na introdução do berbequim eléctrico...

RPS: Sim, mas na verdade a ferramenta do calafate, carpinteiro de machado, tanoeiro, etc., poucas alterações sofreu. Com razoável certeza poderíamos reconstituir todo esse instrumental bem como algumas oficinas.

E registos bibliográficos?

LFB: Das três ou quatro descrições de Lisboa no séc. XVI destaca-se a de João Brandão de Buarcos, fonte onde vão «beber» Damião de Gois e André de Resende. Em termos de geografia portuguesa, a época não é muito rica, predominando as geografias asiáticas e americanas.

AN: Gaspar Frutuoso, na sua obra «Saudades da Terra», descreve muito bem todas as povoações ribeirinhas do Tejo. Também Garcia de Resende faz menção ao vinho da zona: «...se queres ouro ou coral, leva vinho de Almada ou Seixal...».

Importantes são ainda os forais manuelinos – desde o de Almada, Coina, Alhos Vedros até Aldeia Galega e Alcochete – e os livros de Baptismo, Casamentos e Óbitos de que temos no Arquivo Distrital registos desde o séc. XVI.

RPS Temos também os registo da Misericórdia e algumas posturas.

LFB: Encontram-se diversas Visitas aqui da zona...

AN: A igreja da Arrentela e a Câmara Municipal do Seixal possuem cada uma um exemplar de um livro de Visitas do séc. XVI.

Por exemplo, o livro de Visitas da Amora refere as actividades desenvolvidas na região, mencionando carpinteiros, moleiros, cavadores, mateiros, carreiros, homens do mar e lava-deiras. Curiosamente refere também que as pessoas se portavam mal na igreja, organizando jogos de bola e de laranja no adro enquanto o padre dizia missa.

RPS: Realmente não há registo de problemas com a Inquisição mas surgem frequentes notícias negativas do ponto de vista religioso.

LFF: E no entanto a Inquisição também se repercutiu nos descobrimentos. Apenas como exemplo, o prof. Luis Albuquerque refere um aspecto curioso relacionado com os nossos mapas. Para além do seu rigor, estes eram, em termos de cartografia, extremamente estéticos, com mulhe- res gregas, símbolo máximo de beleza na época, profusamente representadas. Com a Contra-Reforma essas figuras são substituídas por anjinhos com asas e de «rabo voltado»..

RPS: Passando assim a desconhecer-se o sexo dos anjos...

E na constatação deste candente problema cuja resolução se arrasta até aos nossos dias, se encerrou esta Mesa Redonda que, esperamos, tenha sido um passo mais no sentido do incentivo à investigação regional.

SUMMARY:

A round-table about the Portuguese Discoveries, mainly about our implications in a regional lever.

SOMMAIRE:

Table ronde sur les Découvertes Portugaises et leur répercussions au niveau régional.

MUSEU MUNICIPAL DO SEIXAL TORRE DA MARINHA

horário:

Segunda: 14-18 h.

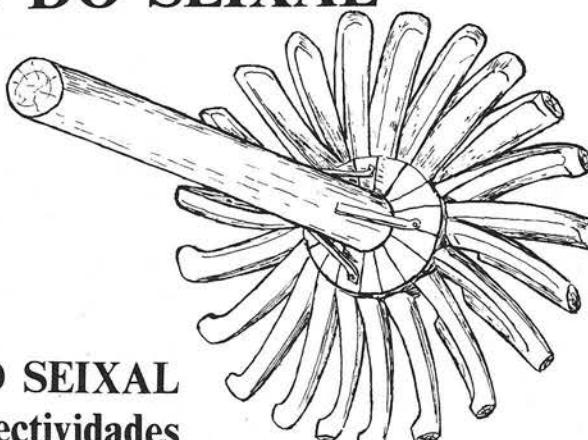
Terça a Sexta: 10-12 e 14-18 h.

Sábado: 14-18 h.

HISTÓRIA DO CONCELHO DO SEIXAL

1-cronologia 2-barcos típicos 3-colectividades

EDIÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DO SEIXAL



Rodízio de Moinho de Maré
exposto no Museu Municipal

IGREJA DE S. SEBASTIÃO

por Raul Pereira de Sousa (*)

Na bifurcação da azinhaga que de Almada se dirigia à Caparica com a azinhaga que ligava a vila ao campo de S. Simão (a actual Cova da Piedade) passando pelo Pombal, ergueu-se a Igreja de S. Sebastião (1).

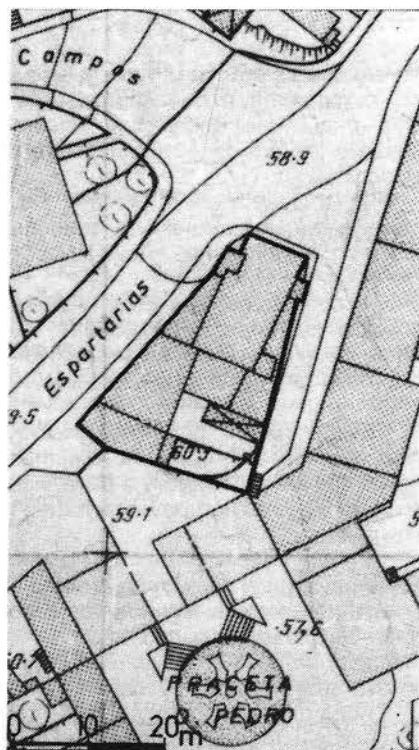
Foi edificada muito provavelmente no século XVI, talvez no reinado de D. Sebastião, a avaliar pelo orago escolhido. A primeira notícia que temos da igreja consta de um assento dos irmãos da Mesa da Misericórdia de Almada datado de 26 de Julho de 1587. Assina o documento, entre outros, o provedor Francisco d'Andrade, o conhecido cronista. Determinava o assento que, no Dia de Todos os Santos, se levassem a enterrar em lugar próprio, em campas mandadas abrir pelo provedor, as ossadas daqueles que haviam sido enterrados em vários lugares, nomeadamente as dos afogados que, em geral, eram enterra-

dos sem qualquer ceremonial algures ao longo das praias.

Entretanto, as ossadas seriam reunidas e, depois de devidamente referenciadas, seriam depositadas na Igreja de S. Sebastião, de onde, com um mínimo de dignidade e solenidade, seriam transportadas para as novas campas.

A quem pertenceria a igreja de S. Sebastião para assim se determinar com tanto à vontade? A Misericórdia não consta que pertencesse. Pertenceria já ao «povo de Almada» ou à sua Câmara ou estaria subordinada ao prior da igreja de Sant'Iago sobre a qual a Misericórdia tinha grande influência? Não o sabemos.

A segunda notícia de que dispomos é devida a frei Agostinho de Santa Maria que, no seu «Santuário Mariano» refere-se à igreja indicando que «pelos anos de 1669» fora nela



colocada por gentes de Lisboa uma imagem da Senhora dos Prazeres que «obra muitas maravilhas».

Da igreja primitiva quase nada deve restar. O edifício foi totalmente reconstruído desde os seus alicerces na primeira metade do século XVIII.

Numa provisão régia de 13 de Junho de 1729, D. João V autorizou o município a desviar do cabeção das sisas a verba necessária à reedificação. A mesma provisão reconhecia que o templo pertencia aos povos do concelho de Almada (e não ao Patriarcado de Lisboa).

Concluídas as obras autorizou o Patriarcado que na igreja fosse colocada, junto do altar mor do lado do evangelho, uma pedra na qual se inscrevera que a igreja pertencia ao povo de Almada. Do facto se lavrou auto no ano de 1733, por certo quando terminaram as obras.

Era também o município que sustentava o capelão a quem pagava 20.000 reis anuais para que dissesse missa aos domingos e dias santos. Mais tarde, satisfazendo reclamações dos municípios, foi o capelão aumentado em 40.000 reis impondo-se-lhe a obrigação de ensinar gramática latina e latinidade. O capelão habitava uma dependência da igreja (2).

O edifício sofreu grandes danos com o terramoto de 1755, como sucedeu a todas as igrejas de Almada. Abateu na sua maior parte, salvando-se talvez a fachada, embora com estragos.

Segundo noticiou a «Gazeta de Lisboa», em Agosto de 1758, os de-



votos de S. Sebastião, para obter os fundos necessários à reconstrução do templo promoveram na Piedade festas de touros, para o que improvisaram uma praça que decoraram vistosamente e fizeram divulgar a notícia em Lisboa.

Diz a Gazeta que a primeira tourada foi má, mas elogiou a segunda tendo o cavaleiro morto «nove furiosos touros» (3).

A reconstrução, no entanto só se concluiu muito depois, talvez em 1775. Tanto quanto pode observar-se o edifício deve ter conservado o aspecto de 1729.

Faziam então parte da propriedade não só a igreja como algumas casas que se encostavam a ela e, nas suas traseiras se agrupavam a roda de um pátio.

Consta que, ainda no século XVIII, haviam servido a recolhimento o que confere com a legenda «hoje he retiro de cuidados», com data de 1775, inscrita num painel de azulejos que esteve sobre a porta do pátio.

Após o triunfo da revolução liberal o município mudou de ideias quanto ao uso do imóvel e o lugar de capelão cujo provimento era sempre efectuado pela Câmara, foi extinto.

A partir de 1839, data em que o conjunto de construções sofreu obras, as casas passaram a servir de habitação a um numeroso grupo de inquilinos e a igreja como taberna, o que ainda se verifica nos nossos dias.

Finalmente, em 1904, completamente perdido o interesse pelo templo, a propriedade foi vendida pela câmara.

Cerca de 1955, as casas que formavam o pátio foram demolidas e o painel de azulejos com a inscrição já referida, datado de 1775 foi colocado pela câmara nos jardins do convento dos Capuchos, sem qualquer indicação da proveniência e numa situação inteiramente a despropósito.

Actualmente o edifício da igreja – paredes laterais e traseira – está encoberto parcialmente pelas casas que ainda restam. O piso térreo destas é já antigo (Século XVIII) e o piso elevado mais recente, com janelas do século XIX ou mesmo do século XX e não têm qualquer interesse sendo até recomendável a demolição para libertar a vista do templo.

A fachada da igreja conserva-se em razoável estado mas todo o edifício carece de reboco e pintura. Ao contrário da maioria das igrejas almadenses tem na fachada uma relativa riqueza de cantaria de boa pedra calcárea, salientando-se a portada de arco abatido e o janelão rodeado por duas largas volutas e encimado por um medalhão, com um feixe de setas esculpido, símbolo do martírio de S. Sebastião. O conjunto é característico do século XVIII, sóbrio e bem equilibrado.



É muito provável que a reconstrução após o terramoto de 1755 tenha aproveitado todos os elementos da fachada reconstruída em 1729, como provável é a fachada ter resistido. No interior da parede da fachada, do lado da epístola, conserva-se uma escada de caracol que daria talvez acesso aos sinos (em pórtico ou em torre sineira?) e, pelo tipo de construção deve datar do século XVI ou no máximo, do século XVII.

Desta forma, e com base no exame – embora superficial – das paredes actuais parece poder concluir-se:

- a reconstrução de 1729 alterou a fachada mas conservou algumas partes (escada) tendo talvez suprimido a torre ou torres sineiras;

- a fachada de 1729 resistiu ao terramoto de 1755, ou foi reposta;

- as grandes destruições de 1755 devem ter incidido sobre o corpo da igreja, com desabamento da abóbada.

Quanto ao interior pouco foi possível concluir do exame efectuado, uma vez que as construções no interior da igreja, incluindo a construção de um 1.º andar, dividindo a nave, não permitem um exame aprofundado nem uma visão de conjunto (4).

O templo era de uma só nave.

No portal observam-se ainda duas portas de ferro forjado, de excelente trabalho. São provavelmente o que resta de um conjunto gradeado onde faltam as grades fixas, laterais e superior.

Pela sua história, pela sua arquitectura e pela sua curiosa presença, a igreja de S. Sebastião é um bem a conservar e a aproveitar numa perspectiva de utilidade pública (5).

NOTAS:

(1) O topónimo Cova da Piedade generalizou-se a partir da construção da igreja consagrada à Senhora da Piedade, no século XVIII. Anteriormente o local foi chamado de Cova da Mutela (século XVII) e Campo de S. Simão (século XVI).

(2) A documentação constava dos arquivos do município conforme noticiou o jornal «O Liberal», número 17 de 19 de Julho de 1902.

A situação caótica actual do Arquivo Histórico Municipal não permite qualquer investigação.

(3) As notícias da «Gazeta de Lisboa» do ano de 1758 sobre as duas touradas são particularmente interessantes para o estudo das festas de touros no século XVIII bem assim dos costumes e vivências da época.

(4) O edifício e anexos está habitado por cerca de treze inquilinos. No piso térreo resultante da divisão da nave está, desde há dezenas de anos instalado um negócio de taberna. O estabelecimento é já uma curiosidade local e motivo de perplexidade para os turistas.

(5) Em 1982 por iniciativa do autor deste artigo, de Luis de Barros (do Centro de Arqueologia de Almada) e de Eduardo Costa, vereador do pelouro da Cultura foi pedida pela Câmara Municipal aos serviços oficiais competentes do Ministério da Cultura a classificação do imóvel, como edifício de interesse público.

SUMMARY:

Investigation work about S. Sebastian's church (Almada), probably built in the XVIth century that, for his history, architecture and curious presence, deserves a good profit on utility.

SOMMAIRE:

Travail de recherche sur l'Église de S. Sébastien, bâtiment construit probablement au XVIème siècle et qui par son histoire et son architecture et dans une perspective d'utilité publique mérite d'être mise en valeur.



MONUMENTO AOS QUARENTA MÁRTIRES (Quinta do Vale Rosal)

por Domingos Flora (*)



Perto do Vale Fetal, no concelho de Almada, situa-se a Quinta do Vale Rosal.

Segundo crónicas do Séc XVI, os Padres da Companhia de Jesus (1) tiveram na Caparica uma residência para retiros espirituais, com uma capela anexa.

Situava-se esta casa dentro de uma Granja a que foi dada o nome de Quinta do Vale Rosal, por lá terem cultivado um belo jardim onde a flor que mais abundava era a Rosa. Todo o terreno em redor da Quinta era estéril, seco e tosco, cheio e silvados e continuado de areais escavados, cercados de Zimbros, tojos e demais matos silvestres.

Como local deserto prestava-se para a vida contemplativa. O Beato Inácio de Azevedo e os seus trinta e nove companheiros fizeram na Quinta do Vale Rosal demorado retiro. A Quinta foi comprada a Afonso Botelho, Meirinho da Corte (2), no ano de 1559.

Quando Inácio de Azevedo e os seus companheiros seguiam a bordo da nau Santiago, como missionários para o Brasil, foram assassinados, próximo das Ilhas Canárias no dia 15 de Julho de 1570 por uma esquadra Francesa comandada por um chefe Calvinista (3).

A partir desta data, a Quinta do Vale Rosal passou a ser conhecida também por Quinta dos Quarenta Mártires.

A cerca de 100 metros, no cimo de um alto, ergue-se um cruzeiro com duas inscrições gravadas na base em memória desses servos de Deus que anos mais tarde seria derrubado por um violento temporal. Levantado algum tempo depois, foi uma vez mais

derrubado em 1910 e levantado de novo.

Actualmente o monumento está parcialmente destruído, votado ao abandono e aos actos de vandalismo, os quais «lucraram» em retirar do topo do monumento a base em chumbo onde o cruzeiro assentava.

Durante a realização da 2.ª fase do levantamento Arqueológico e Paleontológico do concelho de Almada, constatou-se não só o estado de degradação do monumento, como o da capela anexa à Quinta que sofreu obras de «restauro» e foi transformada em estábulo.

Nos 3 degraus que constituem a base do monumento e que, conjuntamente com este, se encontram em avançado estado de degradação, foram recolhidos fragmentos de azulejos Hispano-Árabes que, segundo se pensa, devem ter vindo da capela aquando das suas primeiras obras e foram aproveitados na sua reconstrução em 1910.

NOTAS

1 – Ordem religiosa fundada em 1540 por Inácio de Liola para a conversão dos heréticos e serviço da religião. Ordem mais militante que contemplativa, juntava aos três votos monásticos ordinários o voto de obediência ao papa. Muito fortemente hierarquizados, dividem-se em noviços, coadjutores espirituais, professores e eram governados por um geral. Foram introduzidos em Portugal em 1540 por D. João III, sendo expulsos em 1759 pelo Marquês de Pombal. A Ordem é suprimida em 1773 por Clemente XIV e restabelecida por Pio VII em 1814.

2 – Antigo magistrado que, por nomeação real, governava amplamente uma comarca ou um território.

3 – Sistema religioso diferente das outras religiões protestantes, fundado por João Calvino (1509-1564).

BIBLIOGRAFIA

Arcos, Conde dos; «Caparica através dos séculos»



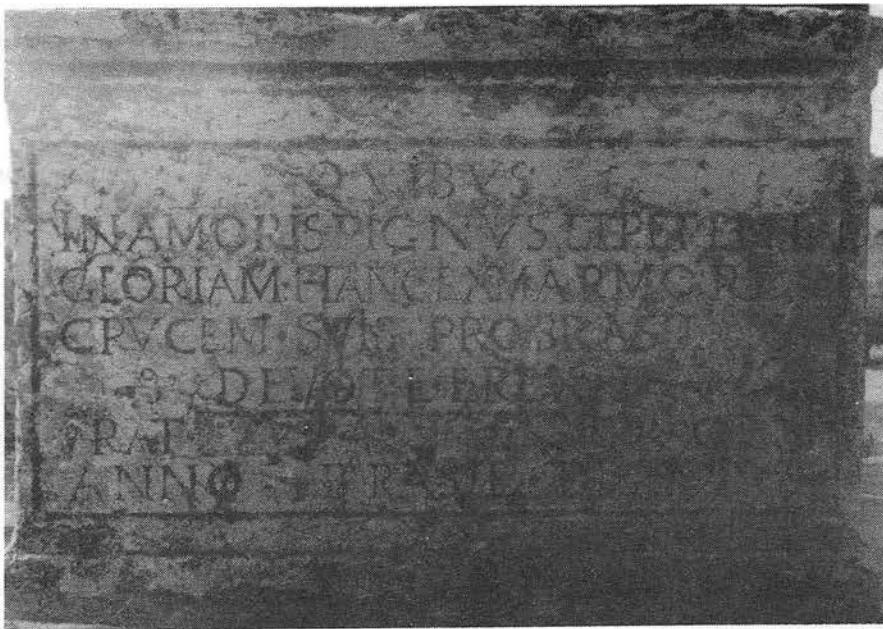
Inscrição 1.

Lista do nome dos Quarenta Martires

(Nacionalidade Portuguesa)

Naturalidade

Aleixo Delgado	Elvas
Álvaro Mendes	Elvas
Amaro Vaz	Porto
André Gonçalves	Viana do Alentejo
António Correia	Porto
António Fernandes	Montemor-o-Novo
António Soares	Trancoso
Bento de Castro	Chacim
Brás Ribeiro	Braga
Diogo de Andrade	Pedrogão
Diogo Pires	Nisa
Domingos Fernandes	Borba
Francisco Álvares	Covilhã
Franc. de Magalhaës	Alcácer do Sal
Gaspar Alvares	Porto
Gonçalo Henriques	Porto
Inácio de Azevedo	Porto (1528-1570)
João Adauto	Mirho
João Fernandes	Braga
João Fernandes	Lisboa
Luis Correia	Évora
Luis Rodrigues	Évora
Manuel Álvares	Estremoz
Manuel Fernandes	Celorico da Beira
Manuel Pacheco	Ceuta
Manuel Rodrigues	Alcochete
Marcos Caldeira	Vila da Feira
Nicolau Diniz	Bragança
Pedro Fontoura	Braga
Pedro Nunes	Fronteira
Simão da Costa	Porto
Simão Lopes	Ourém
(Nacionalidade Espanhola)	
Álvaro Baena	Villatobas
Estevão Zurovia	Biscaia
Fernão Sanches	Castela-a-Velha
Franc. Perez Goday	Torrijas
Gregório Escrivano	Logronho
João Mayorca	S. Jean P. Port
João de S. Martin	Yuncos
João de Safra	Jerez de Bad



Inscrição 2.

TRADUÇÃO DAS INSCRIÇÕES DO MONUMENTO
(1)
PÁRA VIAJANTE
ESTA CRUZ QUE TU VÉS É O MONUMENTO DE TANTA GLÓRIA
TEM TANTOS TRIUNFOS NA SUA FRENTE QUANTOS MÁRTIRES REFERE SOB OS VENCEDORES AUSPÍCIOS DESSA CRUZ
O PADRE INÁCIO DE AZEVEDO JUNTO AOS QUARENTA COMPANHEIROS CONSAGROU SEGUNDO O RITO ESTE TEMPLO A DEUS
ANO CVM D 1659
(2)
O PADRE, CHEIO DE AMOR E PARA PERPÉTUAR A GLÓRIA ERGUEU ESTA CRUZ DE MÁRMORE PARA OS SEUS BRASILEIROS
PADRE////////PROVINCIAL
ANO. BRASIL D 1659

SUMMARY:

A small work to prevent the complete degradation of a memorial monument to the «Fourty Martyries», priest of the Society of Jesus dead when they sailed as missionaries to Brazil.

SOMMAIRE:

Petit travail de sensibilisation pour éviter la total dégradation d'un monument à la mémoire des «Quarante Martyrs», pères missionnaires de la Compagnie de Jésus morts sur le chemin du Brésil.

OS HOMENS DE SESIMBRA NOS DESCOBRIMENTOS MARÍTIMOS PORTUGUESES

por José Pedro Xavier (*)

Sesimbra é desde as origens uma terra vocacionada e voltada para o mar. Porém, foi a partir da 2.ª metade do séc. XV que o homem começou a transpor, gradualmente, as muralhas do velho burgo (Castelo), descendo para a «Ribeira» – fixando-se nela até que deu origem à nova freguesia, cuja criação se impunha pelo número e actividade dos seus habitantes. Erecta no 2.º quartel do séc. XVI, ficou conhecida como freguesia de Santíago, esquecendo o nome com que inicialmente fora criada – «Ribeira».

No dizer do Dr. Jorge Preto (1) ... «Foi através da arrojada faina da

pesca que o homem sesimbrense iniciou os primeiros passos no templo místico do oceano».

Largos e fortes foram os passos dos sesimbrenses cujo único labor era o do mar. A importância destes homens era tão grande que barcos e caravelas de Sesimbra – cujos pescadores gozavam, desde D. João I, de largos privilégios reais – mercadejavam e pescavam ao largo da costa atlântica: em Vigo, Viana, Lisboa, Lagos, Huelva, Larache (no norte de África). Segundo notícias que chegaram até aos nossos dias, nos anos de 1565 e 1566, uma caravela de Marcos Dias, a «Nossa Senhora da Vitória», carregava trigo do Porto de Santa Maria, ao

sul de Espanha, para Mazagão. Ainda segundo a mesma fonte, naqueles anos estavam no referido porto outros sesimbrenses: António Lourenço, Henrique da Costa e Baltazar Preto. No ano de 1567 também, João Gomes, na sua caravela, «Nossa Senhora de Monte Sião», fazia iguais carregamentos.

No período áureo das descobertas, segundo o eruditó historiador sesimbrense Rafael Alves Monteiro, que à história local e nacional tem dado valiosos contributos, na sua comunicação ao Congresso Internacional dos Descobrimentos, indicou cerca de 250 Mestres, Pilotos e Capitães naturais de Sesimbra.

Também o falecido Joaquim Preto Guerra (Rumina), no seu opúsculo *Mareantes e Guerreiros de Sesimbra dos Sécs. XV, XVI e XVII*, refere que em 1562 «...nada menos de sessenta capitães e pilotos de Sesimbra, conduziam os seus navios por todos os mares conhecidos: seis da família dos Pretos e vários dos Farinha, Varelas, Vogados, Chaínhos, Francos, Amores, Olivais, Carnides, Anes, Cides, Delgados, Gagos, Alcaceres, Álvares, Me-

(*)Presidente do Centro de Estudo Culturais Raio de Luz

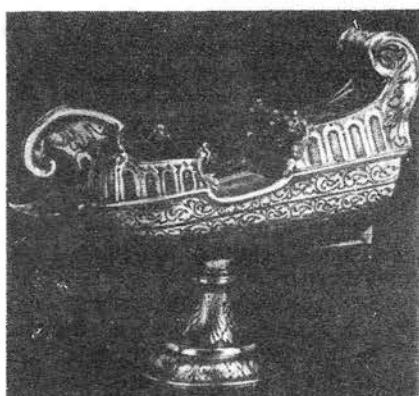
nas, Vieiras e alguns dos quais ainda hoje há descendentes nesta terra».

Imolando-se e redimindo, os Mareantes Sesimbrenses, sem esquecermos o grande navegador Português Sebastião Rodrigues Soromenho que redigiu durante a sua viagem o primeiro, minucioso e objectivo roteiro das costas ocidentais dos Estados Unidos, garantiram a sua sobrevivência numa vida ao serviço de Portugal numa aventura social e histórica.

Jaime Cortesão na sua obra *História dos Descobrimentos Portugueses* pág. 178, refere-se a Soromenho nos seguintes termos: «... é ainda Chapman a dizer: «Quantos lerem o seu roteiro hão-de reconhecer que ele nos

deixou uma excelente descrição das costas da Califórnia; e é quase sempre possível identificar os lugares por ele descritos, o que nem sempre se pode dizer doutros muito famosos navegadores».

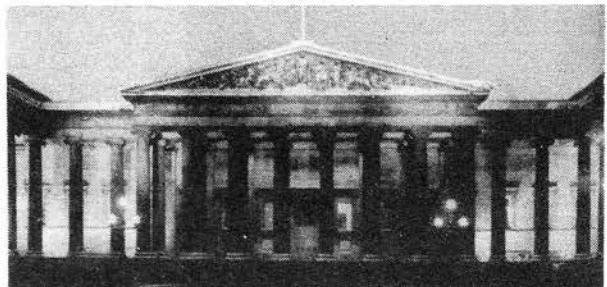
Tal como Soromenho que não esqueceu em testamento a Misericórdia da sua terra natal, muitos outros nos legaram uma herança de transcendente significado histórico-cultural. Seria fastidioso inumerarmos aqui muitos factos e valores. Contudo, referimos e reproduzimos uma valiosa peça de ourivesaria – naveta de prata do Século XVI, imitando uma caravela da época. Símbolo vivo duma era de grandeza e prosperidade.



Nota (1) Historiador, Heraldista e Cônsul Geral de Portugal em Dusseldorf

Breves notas sobre uma visita ao Museu Britânico

por Maria Lurdes Ribeiro*



Fundado por Sir Hans Sloane (1660-1753), um dos maiores colecionadores de todos os tempos, o Museu Britânico é, actualmente, um dos mais visitados do mundo, recebendo cerca de 4 milhões de visitantes por ano.

A primeira vista intimida um pouco com a sua fachada imponente de estilo neo-clássico e a profusão de colunas jónicas. Aberto de segunda a sábado das 10 às 17h, e aos domingos das 14.30h às 18h, a entrada é gratuita, fechando apenas nos dias 24, 25 e 26 de Dezembro, 1.º de Janeiro, sexta-feira santa e 1.º de Maio.

Conheço muito pouco Museus. Os que vi foi por obrigação, o que é sempre desagradável para mim, ou porque não havia mais nada para fazer e estava ali mesmo à mão ...

A ideia de museu estava associada, apesar de tudo, a espaços conscientes e racionais, persistentemente elaborados, a algo de penoso e desagradável, de frio e inóspito.

Nada me atraía nessas casas, espécies de enormes túmulos, silenciosamente adormecidos ou hibernantes. Com exceção do Museu Gulbenkian, o único que me despertava uma recordação luminosa era o de José Malhoa, nas Caldas da Rainha,

onde em tempos passava largas horas e, pelo prazer que me proporcionava, encurtava o tempo de espera, sempre difícil e longo.

Era com uma amalgama de pensamentos desta ordem que, numa manhã londrina de Novembro, cinzenta, chuvosa e fria, percorri os escassos metros da Great Russel Street que separavam o hotel onde estava do British Museum. *

A primeira surpresa começou ao aproximar-me do portão de entrada, pois uma pequena multidão, onde o elemento jovem era preponderante, se dirigia para o mesmo destino que eu. Palrando alegre e irreverentemente, com lápis, cadernos de apontamentos e saco de lanche na mão, acompan-

nhadas discretamente por professores com eles se confundindo sem problemas, fizemos bicha à porta para o «bag check», não fosse alguém levar qualquer objecto contundente e perigoso.

Ultrapassando esta barreira de elementar segurança, entro num museu fervilhante de vida, de à-vontade, de bem-estar. O átrio é enorme e no centro situam-se as informações onde meia dúzia de pessoas atendem quem delas necessita. Não me foi necessária qualquer ajuda pois as informações escritas que por todo o lado abundam eram suficientes.

Dirigi-me à loja de vendas do Museu onde comprei um guia, publicação que existe em várias línguas. Olhei os grandes expositores de postais, reproduções, slides, cópias de joalharia e outras bijugangas a preços exorbitantes se considerarmos que o meu poder de compra se baseava no escudo ...

O guia indicava-me que, se quisesse começar pela Arte Egípcia, deveria seguir para a esquerda. Assim fiz e o deslumbramento começou.

Iniciei a visita, sem prévia planifi-

*Licenciada em História, membro do CAA.

cação, pela galeria das esculturas egípcias. A base dessa exposição provém de uma colecção de antiguidades de importantes dimensões trazida pelos franceses em 1801 após a captação de Alexandria. Na entrada Sul encontra-se a Pedra da Roseta que constituiu elemento fundamental para a decifração dos hieróglifos. Junto dela, painéis informativos sobre a história da escrita.

A exposição principal começa com dois leões deitados de Amenófis III, de granito vermelho. As esculturas estão dispostas por ordem cronológica, indo de uma representação em alabastro de uma mulher de pé (2450 a.C.), até ao enorme sarcófago em granito de Nectanebo II, último faraó indígena egípcio (345 a.C.). Nesta galeria estão também numerosas estelas funerárias evotivas e vários elementos arquitectónicos provenientes de túmulos e templos donde se destacam as portas falsas, as mesas de oferendas, as colunas e os pequenos obeliscos.



Mumia egípcia, pré-dinástica, cerca de 3100 a.C.

Frente à entrada principal situa-se a Biblioteca e do lado direito as suas galerias onde se podem admirar manuscritos iluminados, históricos, musicais e literários das mais variadas procedências, além da Biblioteca do Rei e uma galeria de cartas geográficas. Como curiosidade, no dia em que visitei esta galeria, além de ter visto algumas admiráveis cartas portuguesas da era de Quinhentos, vi também uma mini-exposição sobre um barco de guerra do tempo de Henrique VIII, o Mary Rose, que estava a ser retirado do seu leito de lodo onde permanecera

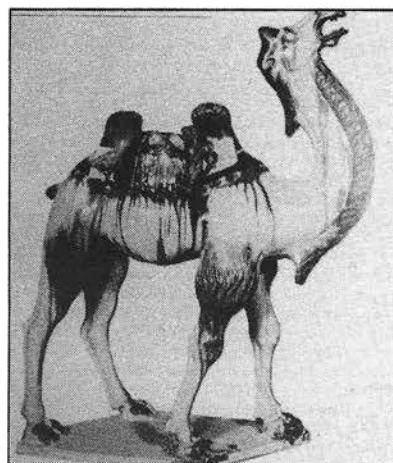
durante séculos e ao qual na noite anterior a televisão tinha dedicado uma reportagem. Este «estar sobre o acontecimento» espantou-me e quem estiver habituado a ir a qualquer das nossas bibliotecas ou museus perceberá porquê ...

Para chegar ao primeiro andar pode escolher-se uma grandiosa escadaria que parte da entrada principal, tendo a meio um painel constituído por baixos relevos de Arte Africana. Uma outra escadaria, ladeada por mosaicos romanos, principalmente da Ásia Menor e do Norte de África e representando cenas de caça, pesca e figuras mitológicas, conduz-nos também ao piso superior. Outra ainda, partindo da sala das Harpias, desce da galeria de Arte Greco-Romana para a sala de Bassae onde nos podemos extasiar com os frisos do templo de Apolo (aí se ilustra o combate entre gregos e centauros, a batalha de Héracles e os gregos contra as amazonas).

Voltei a encontrar-me com os antigos egípcios após subir por uma das referidas escadas. A primeira e segunda salas abrigam múmias e sarcófagos, máscaras funerárias e ataúdes de madeira, utensílios usados pelos embalsamadores e vasos contendo os órgãos internos dos mortos. Nesta última é obrigatório ver o corpo de «Ginger», seco pela areia e naturalmente conservado, morto há mais de cinco mil anos. Podem ver-se igualmente múmias de animais sagrados como gatos, crocodilos, falcões, gazelas e babuínos.

As salas seguintes são também dedicadas ao Egito sucedendo-se o corredor Copta, galerias sobre o próximo oriente, exposições sobre pré-história geral e anglo-romana, medieval e pós-medieval, arte oriental (Islão, China, Coreia e Japão), medalhas e moedas, estampas e desenhos.

O resumo que acabo de fazer dá uma muito pálida ideia do que é o Museu Britânico. Durante cinco dias por ele vagueei num deslumbramento proveniente da descoberta e concretização de muita coisa só conhecida através dos livros.



Estátua funerária chinesa. Dinastia Tang, séc. VIII.

Um aspecto que me impressionou foi a atenção prestada ao visitante, quer por informações orais, quer por folhas policopiadas existentes à entrada de cada uma das salas.

E, finalmente, é de entusiasmar o ambiente que rodeia todas aquelas manifestações do passado: os jovens que tudo percorriam, que tudo olhava, trocando opiniões, não em voz baixa própria para «velórios», mas num tom que, não incomodando os vizinhos, dava àquelas salas uma agitação que só tem um nome – vida; os guardas que, dirigindo-se aos mais novos, corrigiam as suas pequenas correrias de uma forma tão cívica que os miúdos não recalcitravam e obedeciam – simplesmente; as pessoas que, sentadas na cafeteria, descansando, conversavam informalmente entre si, mesmo que a língua representasse uma pequena barreira.

Quando, e se, voltar a Londres não deixarei de o visitar de novo. Por várias razões, mas sobretudo porque me senti bem, muito bem mesmo, dentro de um Museu.

SUMMARY:

The impressions of a portuguese in a visit to the British Museum.

SOMMAIRE:

Impressions d'une portugaise sur sa visite au Musée Britannique de Londres.

a partir do
próximo número:



MUSEU MUNICIPAL DO SEIXAL

por António Nabais (*)

O Museu Municipal do Seixal tem como objectivo principal a salvaguarda e valorização do património cultural e natural, sempre que possível «in situ» e em actividade, a fim de colocar à disposição da população local instrumentos críticos que facilitem a tomada de consciência dos seus valores culturais. Para a concretização deste objectivo foi necessário criar núcleos museológicos, que, além de garantirem a defesa do património global, apresentam um múltiplo interesse, de ordem científica, educativa e em geral cultural.

Como um museu regional, assim também o Museu Municipal do Seixal é essencialmente misto, fundamentando-se nas várias manifestações que rodeiam as duas grandes realidades: «meio e homem».

O âmbito deste museu circunscreve-se a todo o concelho do Seixal, que procurará representar na multiplicidade dos seus aspectos, assentando na sua realidade geográfica, histórica, sócio-económica e cultural.

O Museu Municipal do Seixal (polinucleado) é, presentemente, constituído pelos seguintes núcleos:

1. NÚCLEO SEDE.

Neste núcleo, que actualmente está situado na Torre da Marinha, em instalações provisórias (futuramente será instalado no edifício apalaçado da Quinta da Trindade) encontram-se os serviços administrativos, reservas, arquivos, biblioteca, auditório, sala de reuniões, oficina/armazém, Arquivo Histórico Municipal, Serviço Educativo, exposição permanente e exposições temporárias.

A exposição permanente está organizada de acordo com as coleções recolhidas e a investigação já efectuada sobre as espécies expostas.

O museu resulta do trabalho que a autarquia iniciou em 1979: numa 1.ª fase sensibilizando a população para o património cultural local, através de reuniões periódicas em todas as freguesias e da divulgação de textos explicativos dos valores culturais do concelho. Estas acções da autarquia, que foram concertadas, em colaboração estreita com as populações, depressa começaram a produzir frutos.

As peças começaram a surgir, o que tornou necessário arranjar um espaço para as exibir publicamente. A Câmara Municipal do Seixal atenta a esta participação das populações pôs à disposição um local para esse fim.

Há que referir que os materiais

são, na sua grande maioria, ofertas da população local, de empresas, colectividades, estaleiros navais, fábricas, quintas agrícolas, etc. O acervo do Museu é constituído por peças que testemunham actividades económicas, culturais, sociais e religiosas do concelho. Entretanto, há que salientar que as espécies expostas não são mais do que simples chamadas, a propósito das quais se dá uma explicação.

A exposição permanente está organizada de acordo com as seguintes secções, que apresentam os aspectos mais significativos da história do concelho do Seixal:

1. História e Geografia locais;
2. Etnologia (agricultura, pesca e filarmónicas);
3. Arqueologia Naval;
4. Arqueologia Industrial.

Justifica-se esta divisão, porque havia necessidade de evidenciar aspectos que tiveram grande peso na história das povoações que constituem o concelho do Seixal, nomeadamente a agricultura, a pesca e o transporte

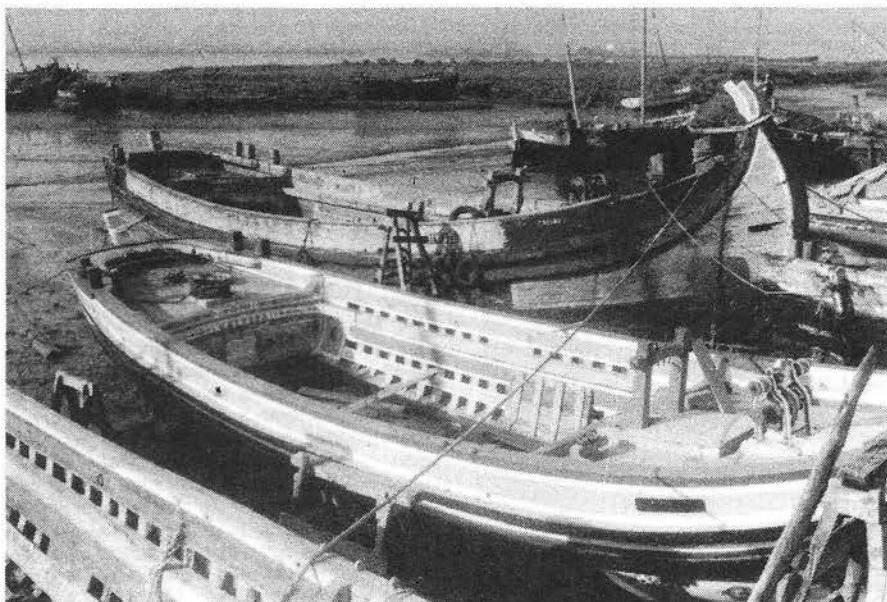
fluvial, e que hoje já praticamente não existem. Por outro lado, havia que destacar o sector industrial, que desde a Idade Média (fase pré-industrial) com a construção naval e a actividade moageira, caracterizou as povoações ribeirinhas do concelho.

De qualquer forma estas secções irão ter uma dimensão diferente com o desenvolvimento dos núcleos que se pretendem concretizar em todo o concelho, desde um estaleiro naval, os moinhos de maré, forno de cal, lagar de vinho, lagar de azeite, até aos núcleos antigos das povoações e das quintas; desde os portos antigos, até aos painéis de azulejos; aquedutos de água até às estações arqueológicas; desde a paisagem natural até à fábrica; desde a Igreja paroquial à ermida; desde o coreto à estação de caminho de ferro.

Enfim, pretende-se deste modo o aproveitamento do património global do concelho, onde toda a população possa participar activamente na construção do seu espaço e no desenvolvimento comunitário.

2. NÚCLEO NAVAL HISTÓRICO.

A existência, na área do Seixal, de vários esteiros, que formam braços do rio Tejo, que entram pela terra dentro, permitiu, desde tempos muito antigos (pelo menos desde a época romana) a ocupação da zona ribeirinha e o desenvolvimento de actividades, tais como, a construção naval



(instalação de estaleiros navais) e o tráfego fluvial (construção de portos e portinhos).

Portanto, no concelho do Seixal, onde se desenvolveu intensa actividade naval – tráfego fluvial e construção naval – com a presença de todos os barcos típicos do rio Tejo (muleta, bote da muleta, buque, enviada, falua, varino, fragata, bote, bateira, botes do pinho, catraio, barcos de água acima, meia-lua, etc.) justifica-se a criação de um NÚCLEO NAVAL HISTÓRICO.

Este núcleo será instalado num antigo estaleiro naval, de características artesanais, que se situa na Arrentela. Neste local, para além do estaleiro naval, que será preservado na sua totalidade, serão exibidos os seguintes materiais:

- embarcações típicas do rio Tejo que a Câmara Municipal adquiriu para ficarem como testemunhos da arte naval: fragata, varino, falua, dori e vouga.

- modelos de barcos, que são executados pelo carpinteiro de machado que trabalha permanentemente no Museu (estaleiro naval). Este artista, para além de executar miniaturas de barcos, ensina aos visitantes como se utiliza a madeira na arte da construção naval (presentemente está no edifício sede).

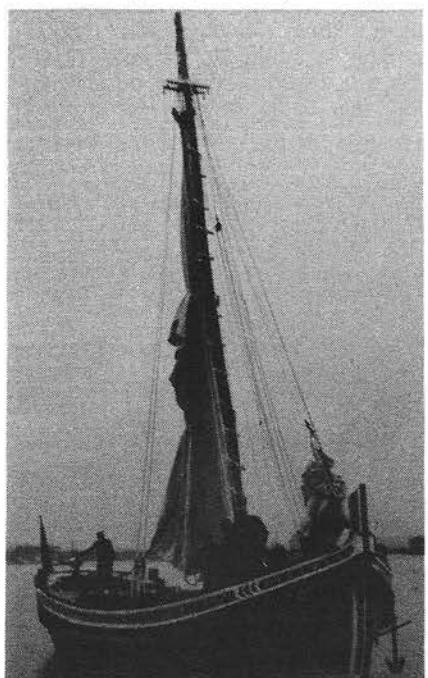
- desenhos e fotografias de embarcações típicas da região.

- ferramentas dos operários navais: carpinteiros de machado e calafates.

- materiais e equipamentos das embarcações e da construção naval.

- textos, que documentam a história naval da região.

Para além do contacto com o material exposto, será possível, na



falua, fazer visitas guiadas pelo rio Tejo, levando os visitantes aos Moinhos de Maré, que ficam nas margens dos esteiros.

3. NÚCLEO DOS MOINHOS DE MARÉ

«Car il ne faut point s'y tromper: invention antique le moulin à eau est médiéval par l'époque de sa véritable expansion».

(Marc Bloch)

No território do Concelho do Seixal existe ainda um excelente conjunto de dez moinhos de maré (até ao início da década de 70 deste século existiam 12), que documentam bem a intensa actividade moageira, com características pré-industriais, desenvolvida na região denominada «Outra Banda», desde a Idade Média até quase aos nossos dias.

Presentemente, a Câmara Municipal do Seixal possui três moinhos de maré: dois – o moinho de Corroios e o Moinho Novo dos Paulistas – foram adquiridos pela autarquia para serem transformados em núcleos museológicos, mantendo as características da moagem tradicional que aproveita a energia das marés; o terceiro moinho – o Moinho da Passagem – foi oferecido por um município à Câmara Municipal, querendo assim participar deste modo na salvaguarda e valorização do património cultural conceito.

O **Moinho de Corroios**, que ainda funciona, situa-se no fundo do esteiro do rio Tejo que se estende até Corroios. Neste local, em 1403 Nuno Álvares Pereira mandou construir o 1.º moinho de maré, que em 1404 doou, juntamente com os bens que possuía na região de Seixal, ao Convento do Carmo. Esta instituição religiosa, seguindo o exemplo de Nuno Álvares no que respeita ao desenvolvimento «industrial» da região, permitiu a edificação de outros engenhos nos territórios que possuía nas margens dos esteiros que se estendiam na área: o moinho da Raposa (Torre da Marinha), o moinho do Galvão, o moinho do Capitão, o moinho da Passagem e o moinho de Torre, em frente da vila do Seixal.

O aproveitamento museológico do moinho de Corroios prevê, para além da manutenção do moinho em funcionamento, a exibição de utensílios e de documentos referentes à actividade moageira. Igualmente será dado relevo especial à história do moinho, desde a sua edificação e doação ao Convento do Carmo, até às transformações e utilizações que foi sofrendo pelos vários proprietários, muito em especial os Carmelitas, ao longo dos séculos.

Portanto, este moinho terá espaços para a moagem, celeiro, exposições e habitação do moleiro. Outro espaço importante será a caldeira, que poderá funcionar novamente como viveiro de peixes.

O **Moinho da Passagem** que fica instalado em frente da vila do Seixal, num local onde estão erguidos mais três moinhos de maré, oferece boas condições para entrar no percurso que a falua faz, quando se realizam viagens de estudo nos esteiros do Seixal. Com efeito, este moinho, dada a sua situação estratégica, para além de garantir a moagem tradicional, terá um espaço reservado para apresentar aspectos históricos e técnicos de todos os moinhos de maré da região da «Outra Banda» e até mesmo do País.

O **Moinho Novo dos Paulistas** fica situado na Azinheira, junto do moinho Velho dos Paulistas e do moinho do Breyner.

O moinho Novo dos Paulistas abrange um espaço que compreende o edifício onde funciona a moagem e ficam os celeiros, a habitação do moleiro e a caldeira. Estes espaços oferecem excelentes condições para a moagem, exposição, serviço educativo, habitação do moleiro e viveiro de peixes.

O funcionamento destes núcleos numa primeira fase consistirá na amostra do estado em que a Autarquia recebeu os edifícios. Posteriormente, seguir-se-ão novas fases de recuperação e beneficiação dos moinhos, que poderão ser acompanhadas pelos visitantes.

4. OUTROS NÚCLEOS

Para além dos núcleos referidos, o Museu Municipal do Seixal, compreende ainda: **Antigo Forno de Cal, Lagar de Azeite, Lagar de Vinho, Antigos Portos, Núcleos Antigos das Povoações do Concelho, Estações Arqueológicas Romanas ...**

SUMMARY:

An article about a museum philosophie applied in the Municipal Museum of Seixal (a waterside village by the Tejo) an example of the autarchical pawning in the preservation of the historical and cultural patrimony.

SOMMAIRE:

Eclaircissement sur la philosophie museologique en application au Musée Municipal de Seixal (village riverain du Tage), exemple à considerer dans le cadre de la préservation du patrimoine historique-culturel.



- Ciências Sociais
- Filosofia
- Ficção científica
- Literatura em geral

Pç. do M.F.A. -

- Ap. 68 – Telf. 2752822

ANTROPOLOGIA

por Ana Paula Zacarias (*)

Antropologia – duas palavras gregas se juntaram para constituir esta nova palavra : **ANTHROPOS**, que significa Homem e **LOGOS**, cujo significado envolve a noção de Conhecer, Saber, Estudar.

Como disciplina sistemática de estudo ela é bastante recente, remontando apenas aos meados do séc. XIX. Todavia o seu objecto de estudo foi desde sempre motivo de reflexão – o homem debruça-se sobre si mesmo procurando encontrar respostas para as incomensuráveis questões acerca da sua existência, evolução, diversidade e futuro.

«Ciência do Homem».

«Homem» com letra maiúscula cuja realidade assenta em milhões de «homens-quotidianos» que somos cada um de nós, que vivemos num tempo e num lugar, que amamos e sofremos, que tomamos um café e compramos uma revista ali ao lado.

Como é possível uma ciência ter a pretensão de estudar 'tudo' acerca de 'todos nós'?

Que existe de comum entre mim e o João, entre nós e o povo árabe ou os arborígenes australianos que vivem do outro lado do mundo?

Que existe de comum entre mim e os meus avós, entre eles e os romanos ou os primeiros membros da espécie humana que habitaram a península Ibérica?

Não temos o mesmo aspecto físico, não falamos a mesma língua, não temos os mesmos líderes políticos, não trabalhamos com os mesmos instrumentos, vestimo-nos e alimentamo-nos de maneira diferente, os nossos deuses e as nossas crenças são outras.

Sim, decerto! Mas a diversidade não deve fazer-nos esquecer o que está subjacente a ela própria – a natureza comum dos factos comparáveis. Isto quer dizer que apesar da nossa diferença física, constituímos uma única espécie animal – o Homo Sapiens Sapiens. Todos falamos línguas diferentes, mas isso só acontece porque todos possuímos a capacidade de comunicar através da palavra.

Todos sentimos a diversidade dos costumes, das leis, dos valores, todos sentimos a diferença do «outro», mas sentimo-la precisamente porque todos temos uma Cultura – todos os grupos humanos pos-

(*)Licenciada em Antropologia, membro do CAA.

suem uma estrutura de suporte de que fazem parte aparelhos ligados à organização económica, social, política, religiosa, etc. Cultura, em sentido antropológico, que Taylor definiu como «o complexo unitário que inclui o conhecimento, a crença, a arte, a moral, as leis e todas as outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade».

Assim podemos falar na cultura ameríndia, na cultura Dogon, na cultura portuguesa, na cultura popular – culturas diferentes entre si mas expressão da cultura que se revela em qualquer sociedade.

Deste modo podemos afirmar que não existem graduações na escala do humano, quer delimitadas por parâmetros físicos quer intelectuais.

Todos os homens, porque o são, são «animais culturais».

Ora é precisamente essa unidade, que define o Homem como tal, que constitui a base dos estudos antropológicos, onde se abrem dois ramos fundamentais de especialização – **Antropologia Física** e **Antropologia Cultural**.

A primeira estuda o Homem somático, biológico, quer numa perspectiva diacrónica, evolutiva, quer numa perspectiva sincrónica estudando todos os elementos que podem servir para caracterizar e definir os diferentes grupos étnicos. Assim a Antropologia Física tanto se enquadra nas minuciosas

análises da Paleontologia Humana, como nas mais recentes investigações da Genética Molecular.

Quanto à Antropologia Cultural cabe-lhe o estudo da Cultura, dos seus elementos e factores de diversidade. Trata-se de descrever e analisar o conjunto das práticas e produções humanas socialmente adquiridas e transmitidas.

Dada a complexidade do seu objecto de estudo numerosas disciplinas antropológicas se foram diversificando. Entre elas podemos citar como exemplo:

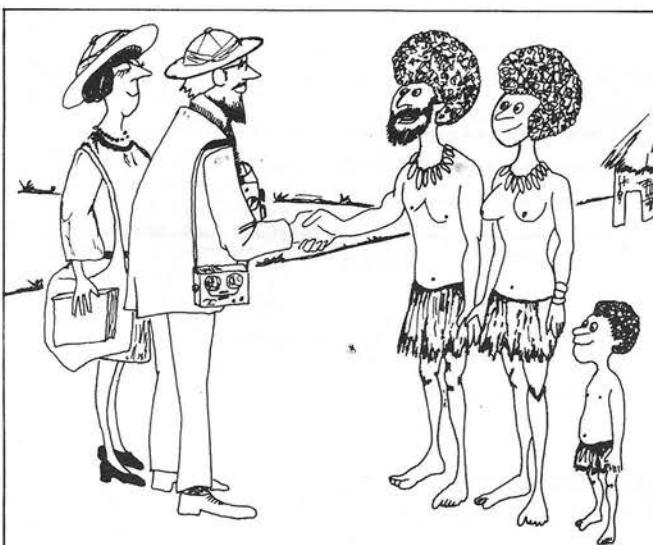
Antropologia Política – que tem por objecto, no dizer de Jean Copans, «a expressão institucional e ideológica da totalidade social. O estudo das formas de liderança, os diferentes aspectos do poder, da ordem e do direito, serão alguns aspectos sobre os quais versa este ramo da Antropologia.»

Antropologia Económica – que trata do funcionamento e da evolução dos sistemas económicos das sociedades, bem como das diferentes formas de produção, desde os sistemas de recollecção até às grandes economias de mercado.

Antropologia do Parentesco – que se preocupa com as diferentes formas de organização social assentes na família: relações entre os diferentes elementos do grupo familiar e destes entre si, formas de casamento e trocas matrimoniais, estabelecimento da paternidade, relações entre pais e filhos, marido e mulher, etc.

Antropologia religiosa – que estuda as formas de relação entre os homens e o Cosmos, a divindade, o sagrado, a linguagem da oração, os ritos religiosos e mágicos, os mitos e os deuses.

Não fazem ideia como é chato viver neste malrido lugar, à espera que os antropólogos apareçam.



Na medida em que visa, como temos vindo a expôr, uma compreensão global das sociedades, a Antropologia terá então de, num primeiro plano, estar apta a dar conta da diversidade das particularidades de funcionamento e organização de cada grupo humano, para depois, num segundo plano poder encontrar as estruturas básicas subjacentes a todas as sociedades humanas, elaborar uma teoria unificante das normas e das práticas, das produções materiais e intelectuais da humanidade.

Esta articulação entre o captar das diferenças e o carácter totalizante da Antropologia, a articulação entre o **Eu** e os **Outros** e a definição de um **Nós-Humanidade** tem vindo a reflectir-se naquilo que tem sido o percurso histórico desta ciéncia até hoje, da sua situação entre as disciplinas afins (História, Arqueologia, Sociologia, Filosofia, etc.) e reprecente-se na sua própria metodologia.

Não será de estranhar que uma das primeiras linhas dos estudos Antropológicos verse sobre as sociedades que pela sua cultura parecem estar mais distantes dos padrões da sociedade Ocidental em que vivemos. Mas se desde sempre nos sentimos fascinados pelo exótico, só desde os finais do século passado o estudo sistemático, com carácter científico, de outras sociedades que não a nossa, foi iniciado.

Inúmeros estudiosos, movidos pelos mais diversos ideais, atravessaram desertos e florestas em busca de « povos primitivos ». Surge em 1871 a « Royal Anthropological Institute ». Múltiplas escolas de pensamento se constituem propendo diferentes bases de análise e metodologias.

Falar do Homem e dos homens é falar de uma realidade em constante mutação que difficilmente se eximirá das perspectivas ideológicas vigentes em cada momento na sociedade a que pertence o antropólogo.

Mas os estudos antropológicos não se ficam apenas pelos « povos primitivos », eles desenvolvem-se também com a investigação de pequenas comunidades que, apesar de intregadas na nossa sociedade, continuam a manter uma certa identidade própria – comunidades de camponeses, de pastores, de pescadores, etc. Buscam-se as bases daquilo a que se tem chamado, cultura popular.

E finalmente quando parecemos cada vez mais caminhar para uma uniformização, mais ou menos padronizada, e quando paradoxalmente pequenas comunidades reivindicam o seu direito à diferença, a

sua própria identidade cultural, os antropólogos viram-se para as sociedades em que nasceram e cresceram e aplicaram os mesmos métodos de estudo, a mesma visão, olhando o seu espaço e o seu tempo de um modo não superior, mas apenas como um entre outros que é necessário analizar com vista à compreensão dos processos e da dinâmica cultural.

Assim surgem estudos de **Antropologia Urbana**, enquanto antropólogos da religião se viram para a análise dos recentes movimentos messianicos na América Latina e outros analizam as bases culturais da integração europeia.

Dissemos também que esta preocupação de compreender a totalidade dos processos culturais se repreende ao nível do método antropológico.

Em que consiste então o trabalho do Antropólogo?

A sua primeira tarefa será observar e descrever os objectos, os factos, os comportamentos, as crenças, os ritos de uma determinada comunidade e tentar compreender a sua globalidade e o porquê da sua diferença. O levantamento deste material far-se-á mediante inquéritos, observação no terreno, durante uma estadia, mais ou menos prolongada, entre a comunidade que se pretende estudar e a elaboração de um caderno de campo onde são cuidadosamente anotadas as observações feitas.

É costume designar esta fase do trabalho pela palavra **Etnografia**. Serão, por exemplo, de carácter etnográfico os estudos monográficos sobre a Trafaria, sobre os instrumentos agrícolas alentejanos, sobre os oleiros de

Almada ou sobre as festas de S. João da Ramalha.

A Etnografia observa e descreve as particularidades de uma certa cultura. Mas, para que exista ciência propriamente dita é necessário ultrapassar a fase descritiva. Assim num segundo momento procede-se à análise de todo o material existente sobre o assunto em estudo e elabora-se um conjunto de questões que tendam a explicar o porquê deste ou daquele ritual, costume, etc. Trata-se finalmente de estabelecer comparações entre as soluções culturais de diferentes grupos étnicos, mais ou menos afastado no tempo e no espaço, e daí tirar conclusões, que nos evidenciam a estrutura de suporte de certa instituição, ritual ou crença.

Esta segunda parte do trabalho é normalmente designada por **Etnologia**. Assim da

Etnografia (**Etno**=costume; **Grafia**=descrição) passamos à **Etnologia** (**Logia**=conhecimento).

É comum assimilar-se a este último conceito o de **Antropologia Cultural**, mais usado nos países de língua inglesa.

A ciência antropológica engloba assim a Etnografia, a Etnologia, ou Antropologia Cultural, e a Antropologia Física.

Sui generis ciência esta que tanto se preocupa com a forma como tomamos o nosso café, como com o hábito de oferecer prendas no Natal, com os trabalhos quotidianos do pescador, com o património cultural duma região, com a dinâmica geral dos processos culturais, com a definição do que é ser Homem.

Antropologia – «Ciência do Homem» – «Ciência dos Homens».

notícias

(continuação da pág. 56)

MUSEU MUNICIPAL DE ALMADA

Foi aprovada pela Assembleia Municipal em Março último, uma proposta da Câmara Municipal de Almada no sentido de se criarem, no âmbito do quadro da Câmara, dois lugares de técnicos de museografia. Este importante passo para a implantação do Museu Municipal vem ao encontro das aspirações do CAA, entidade que

durante os últimos anos tem alertado, das mais variadas formas, para a necessidade dum Museu local, indispensável à defesa e divulgação do Património concelhio.

Esperemos que o preenchimento dos lugares se efectue o mais depressa possível e que possamos já em próximo número indicar o programa de actividades do Museu

V.S.

PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO MAIS POBRE

Mais um local arqueológico se pode juntar à longa lista dos destruídos pela incúria humana. Desta vez foi em Almada e o alvo foram as estações Paleolítica da Ponta do Cabadelo e Calcolítica do Miradouro dos Capuchos. A primeira, descoberta por Breuil e Zbyszewski nos anos 40, teve desde sempre lugar nos manuais sobre pré-história devido às características do seu material lítico. A segunda, descoberta pelo C.A.A. revelou ser um importante apoio para a compreensão do Calcolítico da região de Lisboa. A destruição teve lugar já este ano, quando em local

próximo se procedeu à escavação de terrenos para a construção duma estação elevatória de água. As terras resultantes dos trabalhos foram transportadas para o local onde se situavam as referidas estações arqueológicas.

Mais importante do que apontar responsabilidades será prever futuras destruições, cabendo à autarquia ou quem a represente, a responsabilidade directa na defesa do património concelhio. No entanto, o C.A.A. está a diligenciar no sentido de que o local seja considerado de valor histórico, preservando assim o que resta deste importante sítio

VS

al-madada

Queiram considerar-me assinante da revista AL-MADAN pelo período de um ano, (2 números), para o que envio

cheque n.º _____ s/o banco _____

vale do correio n.º _____

nome _____

profissão _____ idade _____

morada _____

localidade _____ telefone _____

código postal _____

assinatura _____

Condições válidas no Continente:

assinatura anual (2 números) – 170\$00

Condições especiais para sócios do CAA:

assinatura anual (2 números) – 135\$00

para não danificar a revista pode fotocopiar este cupão.

pedidos para:

Centro de Arqueologia de Almada
Apartado 103 (Torcatas)
2800 ALMADA CODEX

HISTÓRIA DO CONCELHO DO SEIXAL

«A riqueza de um povo, de um concelho, de um país não se mede apenas pela satisfação das carências mais imediatas mas também pelo conhecimento e preservação do seu património histórico-cultural»

Eufrásio Filipe Garcêz José, presidente da Câmara Municipal do Seixal in «História do Concelho do Seixal», 1 – Cronologia, p.7.

Gostaríamos de saber os autarcas deste país subscritos do parágrafo acima transcrita sobretudo porque não se trata, neste caso, de uma mera declaração de intenções mas de um pressuposto teórico que quotidianamente se tenta levar à prática.

Os três livros que em seguida apresentamos, o trabalho que antecedeu a sua publicação bem como outras iniciativas que agora aqui não cabe referir, são a prova de que mais importante do que a crise económica que afecta o país e se reflecte gravemente na gestão autárquica, é a ausência de vontade política, o total alheamento em relação aos problemas culturais relegados sempre para plano secundário. E o que é ainda mais raro, a «vontade de fazer» andou de mão dada com a competência e honestidade, como o demonstra o trabalho até agora realizado por António Nabais, autor das obras em causa e responsável pelo Sector de Património Histórico-Cultural dos Serviços Culturais da CMS.

É com certeza discutível a orientação seguida no que diz respeito ao tratamento e publicação da informação histórica, sacrificando uma pesquisa e análise mais profunda e exaustiva à divulgação do que já se conhece.

Independentemente das opções que se fizeram ou venham a fazer, o que consideramos realmente importante e exemplar é que uma autarquia que se vê a braços com graves problemas como o saneamento, a habitação, etc, próprios de um aglomerado urbano em expansão acelerada, se sinta responsável, com o que isso implica em termos financeiros, por tudo quanto diga respeito ao conhecimento e preservação da memória colectiva dos seus munícipes, contribuindo para que este se reconheçam como grupo e como povo.

Aqui fica a referência aos três volumes da «História do Concelho do Seixal» até agora publicados.



1 – Cronologia – «Esta cronologia pretende oferecer uma leitura breve de alguns aspectos históricos do concelho do Seixal, situados no contexto histórico do país. [...] Divide-se em dois capítulos. O primeiro integra o período que vai desde a fundação de Portugal até à fundação do concelho (1836). [...] O segundo abrange os anos que vão desde a fundação do concelho a 1974.



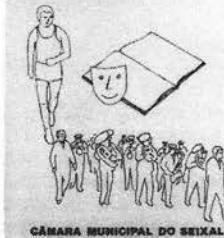
2 – Barcos – «Este pequeno trabalho sobre a actividade fluvial desenvolvida nas povoações ribeirinhas do concelho do Seixal tem como objectivo oferecer alguns aspectos históricos acerca dos transportes náuticos, da pesca, da construção naval e do desporto náutico».

Não se trata como afirmou o autor de um estudo técnico da construção naval, antes se pretende dar a conhecer «... aspectos históricos de uma actividade que desempenhou um papel importante na eco-

nomia local». Este trabalho, que consideramos, se nos é permitido um juízo de valor, o melhor de entre os três, apresenta-nos uma bela coleção de estampas, algumas das quais inéditas, e um interessante apêndice documental.

HISTÓRIA DO CONCELHO DO SEIXAL

3-Elementos para a história das colectividades



3 – Elementos para a história das colectividades – Com base em textos das próprias colectividades «os dados agora divulgados neste livro, permitem dar uma pista importante para futuros trabalhos de investigação sobre o movimento associativo no concelho do Seixal». [...] «É a partir de 1848 que associação popular, as ideias societárias se desenvolvem em Portugal. Nesse mesmo ano surgiu no Seixal a primeira colectividade – a Sociedade Timbre Seixalense – constituída, quase na sua totalidade, por operários da construção naval [...]». «As colectividades de cultura e recreio desempenharam um papel importante na vida das populações do concelho, quer nos campos da música e da cultura popular quer nas áreas dos desportos amadores e recreio».

Cada colectividade dá aqui a conhecer, sobretudo aos seus conterrâneos, a sua história falando também dos problemas do presente e de projectos futuros. Esperamos que este livro possa de algum modo servir para reavivar o associativismo de base que luta para sobreviver numa sociedade onde, cada vez mais, a competição substitui a solidariedade e a solidão o encontro.

ANA LUISA

REVISTA «VÉRTICE»

Foi editado o número 452 de «Vértice», revista de Cultura e Arte.

De periodicidade actualmente bimestral, esta revista conta já com 40 anos de existência. Deste interessante número, salientamos os artigos que se relacionam com Património e História Local:

«Construção e recuperação», (Arq. Álvaro Siza);

«A defesa do património cultural. Uma experiência no Concelho do Seixal», (António Nabais);

«O azulejo em Portugal. Alguns problemas do seu estudo e conservação» (José Meco) e

«Defender o património: contraditório consenso?», (Herlander Tomáz, Mª José Gonçalves e Maria Manuel Leitão Marques).

Interessante também a rubrica «Revista das revistas», que refere as revistas culturais regionais, quase sempre esquecidas.

G.D.

INFORMAÇÃO ARQUEOLÓGICA 2

Saiu já, por iniciativa do Departamento de Arqueologia do IPPC, o número 2 de «Informação Arqueológica», referente a 1979. Segundo o seu director, Dr. António Carlos Silva, está para breve a saída dos números correspondentes aos anos de 1980 e 81, prevendo-se «com uma certa dose de optimismo» que, a partir deste ano, a sua periodicidade possa ser alterada.

«Procuraremos assim salvaguardar a actualidade da informação, tornando esta publicação numa fonte documental útil, não só para os especialistas mas sobretudo para todos aqueles que, quer nos organismos estatais, quer nas autarquias ou nas associações de defesa do património, se preocupam com a problemática arqueológica».

Pedidos para: Departamento de Arqueologia do IPPC

Edifício do Museu Nacional de Arqueologia
Praça do Império
1400 LISBOA

JR

LEIRIA – é urgente defendê-la

«A evidência de que os valores culturais da nossa região estão a desaparecer, levou um grupo de pessoas a fundarem a Assembleia Cultural de Leiria ...».

Assim se apresenta esta Associação em artigo da responsabilidade da sua direcção e publicado no número 1 do seu «Boletim» (Out/82).

Através deste Boletim tomamos contacto, de forma simples mas interessante, como a história, etnografia e património desta região. Pena é que possa chegar a tão poucos, como se infere da sua tiragem, pois que, como qualquer visitante minímalmente atento pode concluir, Leiria bem precisa de quem a defende.

AL



AS RELIGIÕES DA PRÉ-HISTÓRIA

De especulações gratuitas a estudos científicos bem fundamentados, muito se tem escrito sobre as culturas e civilizações daqueles que nunca nos «dirigiram uma palavra!» Que nunca nos deixaram nada de escrito.

Os seus testemunhos são raros, ou pelo menos escassos em relação aquilo que foi o seu quotidiano, pelo que o investigador se vê forçado a recorrer à imaginação no sentido de pesquisar todas as vias de acesso à mentalidade dessas civilizações desaparecidas.

A comunicação é no entanto difícil e arriscada. Muitas hipóteses se sugerem tendo em conta analogias com sociedades actuais com um grau de desenvolvimento tecnológico semelhante aos povos pré-históricos. Porém não teremos nunca possibilidade de nos asegurarmos de que essas conjecturas estão correctas.

O estudo aqui referido é uma das melhores (e primeiras) tentativas científicas de abordagem dos problemas da simbologia da religião pré-histórica, tornando em linha de conta não apenas dados quantitativos em relação às formas pictóricas da arte rupestre, mas também informações quanto à sucessão e contexto das mesmas formas.

Falar de arqueologia é falar de civilizações que necessitam duma forma especial de aproximação para que sejam conhecidas. Falar da religião dos povos pré-históricos é uma forma de chamar à atenção para um outro processo de estudo que tenta lançar um pouco mais de luz sobre a vida destes «respeitáveis antepassados desconhecidos».

Precedido de um texto oportuno de Victor Gonçalves, que possibilita uma melhor e mais fácil abordagem à temática tratada no livro, «As Religiões da Pré-História» faz parte dum rol abundante de escritos necessários ao estudante e ao curioso das sociedades e culturas pré-históricas, escritos esses na sua maioria ainda não editados em língua portuguesa.

L.G.

«FICHEIRO EPIGRÁFICO»

Publicaram-se em 1982 quatro fascículos deste suplemento da revista «Conimbriga», que visa dar a conhecer as inscrições romanas inéditas da Península Ibérica, e que mereceu o melhor acolhimento por parte dos epigrafistas estrangeiros.

Saíram já em 1983 os volumes 5 e 6, estando em preparação os volumes 7 e 8, que também já se encontram completos.

«Ficheiro Epigráfico» não tem periodicidade regular, sendo a sua publicação feita à medida que o material for recebido pelos responsáveis, José d'Encarnação e Manuela Alves Dias, professores de Epigrafia das faculdades de Letras de Coimbra e Lisboa, respectivamente, e membros da Comissão Portuguesa para o Novo Suplemento do CIL II.

I.d'E



ABRANTES (CADERNOS PARA A HISTÓRIA DO MUNICÍPIO)

Mão amiga fez chegar ao nosso conhecimento o exemplar n.º 1 da edição de «Abrantes-cadernos para a História do Município».

Tendo como preocupação dominante a história local, esta publicação apresenta uma boa recolha de documentos históricos – «o Livro de Posturas da vila de Abrantes de 1515» e «Regimento dos oficiais mecânicos de Abrantes» – de importância para o estudo sócio-económico de Abrantes.

Além de ensaios sobre história contemporânea – «A cultura em Abrantes desde a queda do Antigo Regime até à actualidade» –, estudos sobre epigrafia e azulejaria – «Catálogo da Epigrafia Romana de Abrantes» e «Os azulejos das fachadas de Abrantes» –, dedica algum do seu espaço ao que consideramos importantíssimo ao nível de história regional, a recolha de depoimentos simples e directos daqueles que viveram a «história» e que a tentam reproduzir através duma visão pessoal, sujeita a correções, mas que também deve ser to-

mada em conta como elemento vivo que representa – «Entrevista com Ramiro dos Santos Gualter».

Editedo pela A.D.E.P.R.A. (Associação para a Defesa e Estudo do Património da Região de Abrantes) com a tiragem de 500 exemplares, e com uma periodicidade que vai obedecer às possibilidades financeiras mais do que às vontades, este número de Setembro de 1982 justifica a esperança de que outras organizações sigam o exemplo, fazendo de 1983 um ano mais profíquo no registo de estudos de história local

L.G.



em cavaqueiras amenas, prolongadas pelas horas quentes de noites calmas, animando ruas estreitas que mais não eram que «salas-de-estar» deste povo lisboeta.

Enfim, um pouco de «saudosismo positivo». Um passeio às raízes duma capital que tem a sua história por contar, para ser contada a pouco e pouco, e não esquecer.

Por isso nos parece uma forma a incentivar na tentativa de tornar do domínio público a história colectiva e os modos de como pode ser feita.

L.G.



RELATO DE LISBOA POPULAR - 1900

Numa época em que «ver» representa 80% das nossas formas de aprendizagem, o «Retrato de Lisboa Popular-1900» traz aos olhos dos lisboetas (e não só) e de uma forma agradável e rigorosa, a Lisboa «que já foi», onde hoje se trabalha e vive apressadamente.

No século XX, a história não pode menosprezar o documento fotográfico. Seguro ou duvidoso, mas quase sempre interessante quando visto a algumas décadas de distância, ele constitui uma preciosa fonte de informação.

Em inúmeros instantâneos, na sua maioria inéditos, aqui se fixa o esforço anónimo de quem participou activamente em acontecimentos importantes da nossa história colectiva, ou apenas viveu essa época. Resgatam-se ao desconhecimento pela realidade da fotografia que roubou a uma classe privilegiada o direito exclusivo à posteridade.

Intencionalmente provocado, o afastamento da «figura conhecida», dá origem a que seja o povo, o actor principal da «viagem» que nos é proporcionada por uma Lisboa que não mais existe – em que a vida na rua era uma extensão da vida íntima de cada casa, onde os vizinhos não eram «respeitáveis desconhecidos» e tudo os unia

CADERNOS DE ARQUEOLOGIA E ARTE

Posssegue a bom ritmo a publicação desta coleção, destinada aos grupos amadores de Arqueologia e Arte, editada pelos institutos de Arqueologia e História da Arte da Universidade de Coimbra.

Depois de *Introdução ao Estudo da Epigrafia Latina* (1979), e da *Introdução ao Estudo da História e do Património Locais*, de Jorge Alarcão (1982), é a vez de *Apontamentos de Epigrafia Portuguesa*, de J.M. Cordeiro de Sousa, 4.ª edição dum excelente manual há muito tempo esgotado.

O n.º 4 da coleção será *Introdução ao Estudo da Etnografia*, de Alberto Correia

I.d'E



1.º CONGRESSO INTERNACIONAL DE PALEONTOLOGIA HUMANA

por Luís Raposo (*)

Decorreu em Nice (França), entre 16 e 21 de Outubro do ano passado, o 1.º Congresso Internacional de Paleontologia Humana, em que o signatário, juntamente com o Dr. José Mateus, teve ocasião de participar em representação do Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia. Organizado nos mesmos termos e pela mesma equipa que já em 1976 organizou o IX Congresso da UISPP, tendo à frente os professores Henry e Marie-Antoinette de Lumley, este congresso permitiu reunir pela primeira vez à escala mundial um vastíssimo leque de especialistas na temática genérica das «origens e evolução do Homem».

Paralelamente às sessões plenárias do Congresso, que se desenrolaram por secções cujos períodos de trabalho se não sobrepusem, teve lugar um colóquio internacional do CNRS, intitulado «L'Homo erectus et la place de l'Homme de Tautavel parmi les Hominidés fossiles». Realizaram-se excursões durante (Lazaret, Terra Amata) e depois do congresso (Vallonnet, Grimaldi, Arago, Srina, Banolas, etc.) Foi ainda inaugurada na abertura do congresso uma exposição subordinada ao título «Origine et Évolution de l'Homme», da qual se editou um livro de apoio, idêntico na sua conceção e aspecto gráfico ao que acompanha a exposição que na mesma altura e sob a direcção da mesma equipa se encontrava já aberta ao público em Paris («Les Premiers Habitants de l'Europe»).

Não é fácil fazer um relato do que foi este congresso. Muito menos o é fazer um balanço crítico do mesmo. De facto, para além da imensa vastidão dos campos de pesquisa cobertos pela temática geral do congresso, foram inúmeras e por vezes contraditórias as perspectivas originais apresentadas. Para os comuns observadores não ativos, nos

quais os poucos portugueses presentes se incluiam por infelizmente nos situarmos ainda (e durante quanto tempo?) «à margem» de todas aquelas problemáticas, ficou patente o carácter precário de todas as sistematizações que sobre a origem e evolução do Homem é uso ter por assentes. Acresce que também nestes domínios as «sensibilidades» pessoais ou de escola desempenham um papel que não é de desprezar e do qual dificilmente nos apercebemos.

Procurando, em termos necessariamente subjectivos, fazer uma síntese das comunicações e problemáticas mais discutidas e interessantes (quase sempre não inteiramente inéditas), parece-nos possível chamar a atenção para os seguintes aspectos:

– a importância dada aos factores biológicos em geral e aos



Imagen da sessão inaugural do Congresso. No uso da palavra o Prof. H. Lumley

factores genéticos em particular na individualização taxonómica e, portanto, na definição de «humanidade» – aspecto a que foi dada honra de tratamento numa sessão solene inaugural, sendo referido por P. Tobias («Evolution du cerveau des Hominidés fossiles») e sucessivamente retomado por P. Lazar («La naissance prénaturée, un lien entre la station debout et le volume crânien?») e J. Gronchy («L'evolution chromosomique et l'origine de l'Homme»).

– a revalorização e estabelecimento muito precoce da marcha bípede como critério e característica dos hominídeos. Foi muito discutida a este propósito, em particular, uma primeira reconstituição em volume do esqueleto da «Lucy» (*Australopithecus afarensis*), onde se apontava claramente para um bipedismo «de tipo especial» (Johanson).

– a difícil sistematização da fase «pré-erectus», onde, como é já conhecido pela literatura a que temos acesso, as diferenças notadas têm para uns valores específicos ou sub-específicos e para outros valores genéricos, qualquer deles quer em termos sincrónicos, quer em termos diacrónicos evolutivos, dando portanto origem a um vasto desdobramento de hipótese. No congresso, porém, foi retomada com algum ênfase, por J. Chaline («dúvida metódica?»), a hipótese de um dimorfismo sexual entre, senão todas, pelo menos as principais formas de australopitecíneos (*africanus* e *robustus*).

– o esvaziamento quase total de conteúdo a que tem sido progressivamente conduzido o *Homo habilis*, praticamente «ausente» em Nice e, de resto, figurando nas suas formas melhor definidas já como um ramo lateral na árvore evolutiva estabelecida pelos organizadores do congresso.

– o alargamento notável do estádio «erectus», o qual por via disso perde algum do seu valor taxonómico estrito. De facto, ao mesmo tempo que M.-A. de Lumley, tendo embora chamado a atenção para a enorme longevidade deste taxão (desde 1,5 milhão de anos em Kobi Fora, até cerca de 100 mil anos na Europa ocidental) e para o seu notável polimorfismo, estabelecia um inventário em seu entender satisfatório para a definição de uma espécie abrangente, ao mesmo tempo que um conjunto de investigadores franceses assim procedia, outros, especialmente anglo-americano, consideravam a existência de diversidades tão marcantes entre os vários grupos «erectus» (de Java, da China, do SE e Sul de África, do Norte de África, da Europa Oriental e Central e da Europa Ocidental) que os levavam a terem posições diferentes numa árvore poligenética humana (Y. Bodin, por exemplo, ao analisar a articulação temporo-mandibular, chegou a considerar que apenas os



Escultura de A. Bordes, reconstituindo o *Homo Erectus Tautavelensis* (patente na exposição anexa ao Congresso)

(*) Arqueólogo do Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia



Exposição sobre as Origens e Evolução do Homem. Painel referente aos *Australopithecus robustus*

erectus africanos se situam na linha geral conducente ao Homem moderno). Esta questão do *Homo erectus* revelou-se assim, até pela importância (excessiva?) atribuída ao colóquio sobre o «Homem de Tautável» num tema central de discussão. Pela parte da equipa dirigida por M.-A. de Lumley, estratégicamente orientada nesse sentido, ficou patente a convicção da unidade específica dos *Homo erectus*, a tal ponto que aquela investigadora chegou a afirmar considerar hoje os «anteneandertalianos» (termo de recurso – diria –, por si criado) como verdadeiros *erectus* europeus ocidentais (*tautavelensis*). Opinião que esteve, porém, longe de colher unanimidade.

– relativamente ao estádio *neanderthalensis*, nada de muito inovador foi produzido no essencial pareceu ganhar terreno a consideração sem saída, sendo até duvidoso que tal estádio se encontre fora daquele quadro geográfico limitado (incluído na Palestina, onde inicialmente terão sido descritos, talvez erradamente). J. Piteau, em defesa desta tese, chamou a atenção para o facto de tal ponto que J. Jelinek, no seguimento de interrogações que já fizera anteriormente, chega a perguntar se não serão os *erectus* também *sapiens*. Se consideraram hoje como arcantropianos (*erectus*) os caracteres «neandertaloides» dos sapiens primitivos da Palestina. Assim, tal como parece provado em relação aos aborígenes australianos, tudo aponta para uma raiz directa da espécie *sapiens* na *erectus*, a tal ponto que J. Jelinek, no seguimento de interrogações que já fizera anteriormente, chega a perguntar se não serão os *erectus* também *sapiens*.

À parte as questões de fundo atrás sumariadas (não foram por nós retidas as referentes às fases *sapiens sapiens*), deve referir-se outro tipo de polémicas menores, das quais a mais significativa terá sido a do «Homem de Petralona», pelo acalorado debate que originou

entre os investigadores gregos (N. e A. Poulianos, defensores de uma cronologia antiga para aquele fóssil – 700.000B.P.) e os anglo-americanos (Henning, Schwartz, Liritzis, etc., defensores, com diversas nuances, de uma cronologia mais recente – em média, à volta de 200.000B.P.).

Entre as recentes descobertas relatadas no congresso, merece especial referência a de um acampamento paleolítico italiano (La Pineta, Isernia), datado de 730.000B.P. (datação pelo método do potássio-argón), excepcionalmente rico quer em fauna, quer em artefactos líticos (revelando uma indústria de pequenas dimensões), quer em estruturas de habitat. Tratar-se-á do mais antigo e talvez mais importante solo de ocupação até hoje conhecido na Europa.

Por nos ser particularmente interessante, são também de referir as descobertas de *Homo erectus* em Espanha, particularmente as de Atapuerca (Burgos), apresentadas por E. Aguirre: duas mandíbulas, sendo uma quase completa, dentes e fragmentos de parietais. Trata-se de um local com um preenchimento kárstico extremamente desenvolvido, que por certo nos reservará ainda surpresas insuspeitadas.

Paralelamente às sessões do Congresso e Colóquio sobre o «Homem de Tautável», esteve, como já dissemos, patente ao público uma exposição sobre o tema «Origines et Evolution de l'Homme». Esta exposição, sem dúvida muito superior, quer em termos de concepção, quer em termos de documentação exposta, à que a mesma equipa organizara no Museu do Homem, em Paris, revelou-se um elemento central no próprio desenvolvimento dos trabalhos do congresso. Ela apresentava, antes de tudo, uma coleção muito completa de réplicas dos fósseis de todos os homínideos, pongídeos e outros primatas fósseis e actuais. No entanto, a sua apresentação era completada por uma muito bem elaborada documentação de apoio diversa (fotografia dos locais de origem, exemplares do contexto arqueológico, diagramas explicativos, quadros luminosos, etc.) e por uma concepção expositiva muito original: blocos/painéis fechados sobre si próprios, justapostos lateralmente, dispondo cada um de diferentes planos de apresentação de material, suportados por uma estrutura metálica discreta e articulável, iluminados superiormente por sistemas de luz dirigida ou ambiente, situados entre a moldura envolvente exterior (desprovida de qualquer vidro) e a superfície do fundo, de côntra-índica em todos os painéis. Como complemento da exposição foi tam-

bém exposta uma escultura de A. Bordes, representando a reconstituição do «Homem de Tautável».

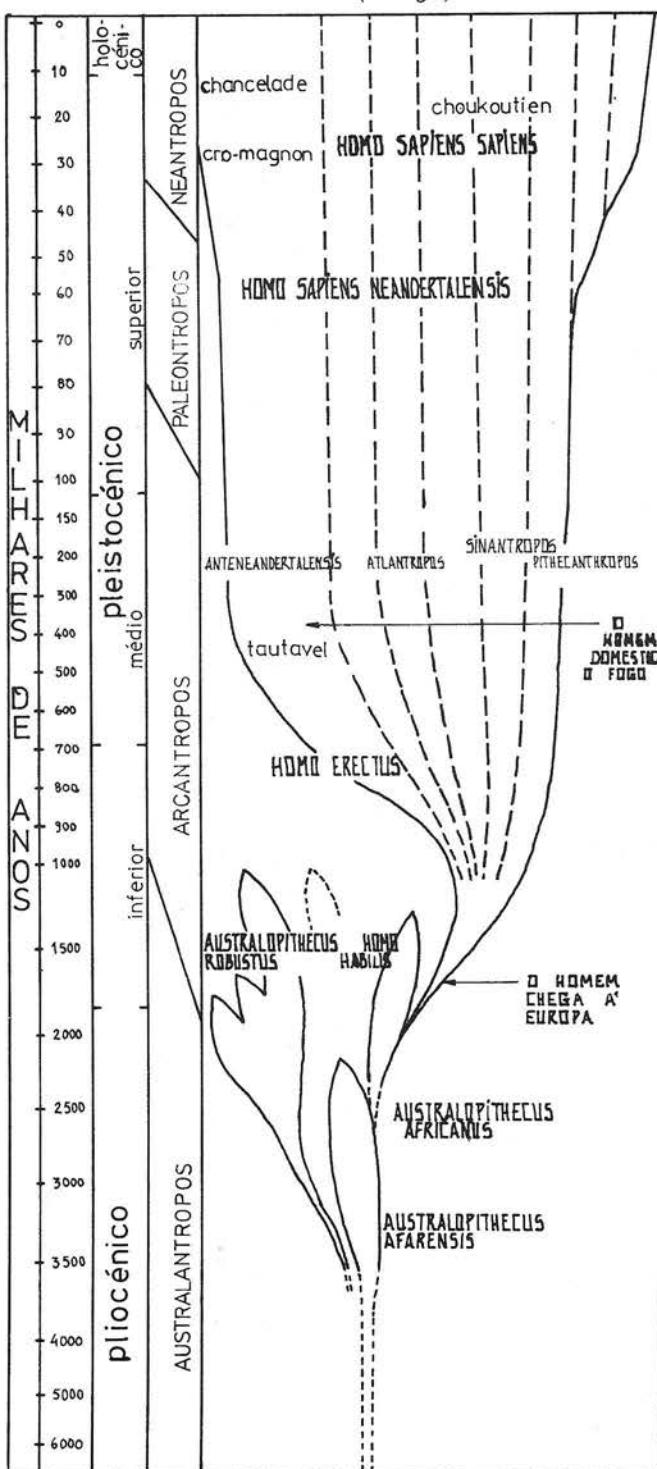
Enfim, o 1.º Congresso Internacional de Paleontologia Humana foi sem dúvida a mais importante reunião científica do género até hoje realizada. A inesperada ausência de certos investigadores (principalmente da equipa de Olduvai) e um certo lançamento promocional da organização, terão desequilibrado o seu conteúdo, mas subsiste a sua grande importância, especialmente para os ouvintes marginais, mais atentos, que naquele *forum* nós fomos

SUMMARY:

A brief report and critical balance of the First International Congress of Human Paleontology (Nice), by one of participants representing the National Museum of Archeology (Portugal).

SOMMAIRE:

Bref compte rendu et bilan critique du 1er Congrès International de Paleontologie Humaine par un de ses participants en représentation du Musée National d'Archeologie (Portugal).



Primeiras Jornadas de Arqueologia Urbana na Cidade de Saragoça

Por Clementino Amaro (*)

As Primeiras Jornadas de Arqueologia Urbana realizar-se-ram na cidade de Saragoça de 14 a 16 de Janeiro último. Constaram de quatro sessões de trabalho, incluindo a última uma visita guiada ao palácio muçulmano e a três escavações em curso na cidade.

De uma forma geral as comunicações reflectiram uma mesma preocupação; a salvaguarda dos «cascos velhos» das cidades históricas. As iniciativas tomadas ou em curso, com apoio (ou falta deste), por parte das autarquias locais e (ou) governo central, são também problemas comuns.

Os arqueólogos, grupos e associações locais de arqueologia que actuam em várias cidades de raiz romana e até pré-romana, vivem dificuldades de variada ordem: problemas de controle das obras nas zonas históricas; falta de cumprimento de prazos para a realização de prospecções previas; concessão de licenças de construção na zona histórica; falta de pessoal especializado em número suficiente para ocorrer a todas as solicitações de sondagens previas; falta de verbas e de estruturas de apoio. Este avolumar de dificuldades resulta, em grande parte, de quatro factores: desenvolvimento brusco das cidades nos últimos 25 anos e consequente desfiguramento do traçado antigo das cidades; inflação dos terrenos urbanos; necessidade de revitalização das zonas históricas; falta de profissionalização da actividade arqueológica.

Estas dificuldades não são vividas de igual modo em todos os municípios, havendo até alguns onde a coordenação de esforços é exemplar como é o caso de Saragoça, de que falaremos mais adiante, Málaga, Cádiz, Sevilha, entre outros. Em Sevilha, no plano urbano, partilham o delegado de arqueologia, o arquitecto, o proprietário e a população, sendo o controle cultural feito pelo Ministério da Cultura. Em Itálica (Sevilha) os fundos paralelos são patrocinados pelo Ministério da Cultura, Museu Provincial e o Município. Em Málaga a Câmara fornece à escavação, mão-de-obra e material, muni-

cípio onde já é viável pôr em prática uma arqueologia preventiva no planeamento urbanístico. Há casos concretos em que os proprietários de terrenos apoiam com homens e máquinas a escavação de emergência.

A este propósito foi salientado a vantagem do proprietário saber previamente que o terreno é de construção condicionada. Caminha-se para uma conciliação entre construtores e promotores de defesa de património.

— Trabalhar com equipas alargadas, integrando efectivos humanos com idoneidade científica a fim de diminuir ao mínimo razoável o tempo de embargo das obras.

O projecto-lei do Património Artístico, presente nas Cortes desde 1980 para discussão, no articulado 63.1, capítulo VI, onde alude às escavações arqueológicas, virá garantir aos arqueólogos uma actuação mais eficaz de acordo com os objectivos e necessidades atrás descritos.

rios são órgãos privilegiados na defesa do património em geral, já que são eles que concedem as licenças de construção, aspecto este várias vezes realçado nas Jornadas. Outro factor concorrente para uma eficaz actuação é a necessidade de profissionais competentes, e a profissionalização da actividade arqueológica. Vantajoso, igualmente, em muitos casos, a presença de trabalhadores preparados (operários de escavação arqueológica). Foi sugerida a presença numa escavação de 1/3 de operários indiferenciados, 1/3 de técnicos auxiliares e 1/3 de técnicos de escavação. Torna-se assim viável planos a curto, médio e longo prazo, aumentando a eficácia e a rentabilidade.

Em presença de uma cidade histórica, sempre que se proceda ao seu planeamento urbanístico, é necessária a colaboração do urbanista, do engenheiro e do arqueólogo. Este aspecto foi realçado pelo Conselho da Europa em 1979, para protecção de um património insubstituível a nível cultural e imobiliário, dispondo-se para tal o pessoal especializado necessário.

Que sentido têm os restos arqueológicos dentro das cidades?

D. António Almagro Gorgea apresentou uma importante comunicação intitulada «Paisagens urbanas de carácter arqueológico, conservação e adequação». Começou por equacionar as seguintes questões:

Que sentido têm os restos arqueológicos dentro das cidades?

Porquê conservar, restaurar e integrar as ruínas arqueológicas?

Em resposta, referiu:

— Para uma melhor leitura histórica da cidade.

— Compreender a cidade de forma mais completa e mais actual.

— Como memória colectiva e de identidade.

A integração de conjuntos arqueológicos no tecido urbano torna-se problemática quando se trata de pequenos restos dispersos, devido ao seu pequeno valor artístico, ao passo que elementos singulares e coerentes são fáceis de integrar no edifício a construir. O en-



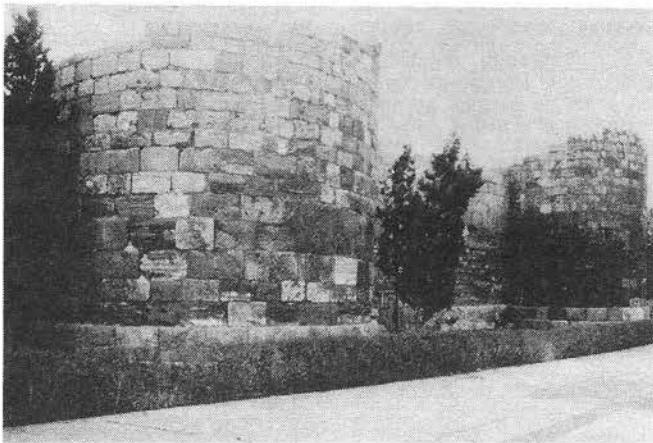
Município de Saragoça onde decorreram as Jornadas Arqueológicas edifício actual mas de inspiração quinhentista.

Consta do seguinte:

«Naquelas zonas em que seja presumível a existência de cidades antigas, castros, povoados, necrópoles, monumentos funerários, etc, antes de autorizar qualquer tipo de escavação ou construção, deverão realizar-se sondagens prévias e as necessárias pesquisas arqueológicas, incluindo escavações arqueológicas suficientemente amplas, para garantir plenamente que não existe o menor perigo de dano do Património Arqueológico Nacional. Todas as autorizações dadas por qualquer autoridade regional, municipal ou local deverão ajustar-se a esta disposição. Os trabalhos prévios necessários serão objecto de um convénio concreto em cada caso entre os serviços técnicos oficiais e os respectivos proprietários».

Como se constata os Municí-

quadramento de um monumento é possível dando um aspecto antigo às novas construções com elementos, com estética e uma altura que não afecte o monumento. A constituição de parques arqueológicos integrados na teia da cidade, permitem uma visão mais adequada e uma melhor compreensão das ruínas.



Troço de muralha romana com torreões circulares.

A preservação dos restos arqueológicos é afectada por intempéries, política local à margem das técnicas, contaminação da atmosfera e acção bem intencionada, inconsciente ou vandálica do homem. O remédio pode estar num adequado comportamento cívico, adequada ordenação da visita, adequadas medidas das autorizações e esclarecimento dos indivíduos.

Técnicas de restauro das estruturas

1. Aumentar-se a sua capacidade de resistência nos elementos estruturais, reforçando com outros elementos e novas estruturas auxiliares.

No restauro devem ser utilizados materiais similares mas com cinta de distinção entre novo e antigo ou uso de material de tonalidade ou tratamento distintos. A cinta poderá ser em matéria plástica separando as partes nova e antiga, permitindo que em qualquer altura se possa retirar a nova. Há que pôr em prática a mesma técnica construtiva.

O restauro deve obedecer a dois princípios: equilíbrio e processo reversível.

2. Todo o restauro terá uma base fortemente científica; assente em bases reais e não hipotéticas, sempre justificado e com registo adequado do estado primitivo.

Alguns aspectos que devem presidir no restauro:

- Adequado levantamento planimétrico antes do restauro.
- Suficiente qualidade esté-

tica. Um restauro feio destrói um legado antigo.

– Certos monumentos podem retomar a sua função primitiva ou outra, devidamente adequada. Esta situação vai mantê-los sempre bem conservados.

– Reforço das zonas de circulação de pessoas; pequenos

mente imprescindível que exista a necessária coordenação e participação na elaboração dos planos dos organismos com competência: Municípios, organismos responsáveis de planeamento urbanístico e organismos competentes na proteção dos bens culturais.

Terceira: Esta coordenação deverá concretizar-se de forma imediata com a convocatória de reuniões aos distintos níveis territoriais dos organismos anteriormente citados.

Quarta: O planeamento deve prever as formas de intervenção na proteção do património arqueológico nas quais se tenderá tanto a uma coordenação entre os organismos como a uma maior descentralização na gestão e execução dos mesmos.

Quinta: O plano contemplará as formas que possibilitem a consolidação, manutenção e integração caso a caso, nas tramas urbanas dos restos arqueológicos descobertos.

Sexta: Solicita-se dos Municípios que promovam a difusão no seu município da importância dos restos arqueológicos

restauros pontuais são imprescindíveis.

– O restauro deve ter também como finalidade a compreensão do monumento pelos visitantes. A ruína deve estimular a capacidade de imaginação.

O restauro é uma solução de compromisso entre o antigo e moderno e tendo em vista que nenhum monumento é igual. O restauro é um mal menor, o que exige, na sua execução, um equilíbrio inteligente.

Conclusões das Jornadas

As Jornadas propriamente ditas terminaram com a leitura e a aprovação das conclusões abaixo transcritas. Realce-se o destaque dado ao papel dos municípios no processo de proteção do património urbano.

«**Primeira:** Fazemos uma chamada de atenção a todos os Municípios para que participem activamente na conservação do Património Arqueológico.

Como consequência os Municípios no planeamento urbanístico, que é o seu instrumento directo de intervenção no plano urbano, devem incluir como um dos seus objectivos a defesa e conservação do património arqueológico, através das distintas entidades de planeamento de acordo com a legislação vigente.

Segunda: Para um adequado concretização deste planeamento urbanístico que proteja o património arqueológico considera-se absoluta-

Convénio entre o Município e o Museu Provincial

Deixámos para o fim a referência ao Convénio celebrado em 18 de Dezembro de 1981 entre o Município de Saragoça e a Direcção Geral do Património Artístico, Arquivos e Museus, para a realização de escavações arqueológicas na cidade de Saragoça. Este convénio foi várias vezes referido nas Jornadas como um marco e como exemplo a seguir na defesa do património urbano.

As cláusulas assinadas e aqui apresentadas em excertos, estipulam o seguinte:

Primeira – Realização dos trabalhos

A. Plano de trabalho – Será estabelecido conjuntamente pelas partes contratantes, ou seus representantes, tendendo a estabelecer uma ordem cronológica (...) em função das licenças urbanísticas e dos interesses históricos-artísticos e culturais.

B. Pessoal – Um número igual de pessoas experientes e habilitadas serão nomeadas por cada uma das partes.

C. Meios mecânicos – Os meios mecânicos precisos



Trabalhos arqueológicos de recuperação do fosso do palácio muçulmano.

considerando-os um bem cultural imprescindível para conhecer melhor a sua própria história.

Sétima: Expressamos a nossa gratidão ao Município de Saragoça pela iniciativa tomada e pela sua hospitalidade, rogando-lhe que faça chegar aos organismos competentes estas conclusões, assim como o resto do Municípios do país».

Após a sessão de encerramento, seguiu-se a visita guiada a três locais onde se desenvolvem trabalhos arqueológicos: termas da calle solar de San Juan e San Pedro; cloaca e apoios da calle de D. Jaime I; fosso do palácio muçulmano. Este palácio, ampliado mais tarde pelos Reis Católicos foi igualmente visitado.

para a realização dos trabalhos (pá escavadora e camionetas, fundamentalmente) serão contratados em cada caso, por acordo das partes em função.

D. Restos recuperados – Quando os restos arqueológicos recuperados são de carácter móvel (ou sendo imóveis, não se conservam *in situ*) a sua conservação e exposição, será da responsabilidade do Museu Provincial de Belas Artes Y Arqueología de Saragoça, salvo se se aconselha outra medida que será negociada.

Segunda – Financiamento

As escavações arqueológicas serão financiadas conjuntamente e em partes iguais pelas partes contratantes, tanto pessoal de todas as especialidades, meios mecânicos e outras despesas.

Terceira – Exposições e Publicações

Considera-se conveniente por ambas as partes, os correspondentes acordos para realizar periódicamente exposições dos restos móveis recuperados e publicações arqueológicas.

Quarta – Utilização cultural dos restos imóveis conservados «in situ»

Estabelecer-se-á, com carácter geral e mediante o procedimento jurídico-administrativo que se considere mais adequado, a classificação de «visitável» para todos aqueles restos arqueológicos imóveis conservados «in situ», cujas características e importância histórico-artística e cultural os achem susceptíveis de ser habitualmente visitados pelo público em geral e fundamentalmente por escolares e estudantes».

Estas medidas são justificadas no Preâmbulo nos seguintes termos:

«Com o objectivo de reduzir ao mínimo possível a afecção e os condicionamentos prejudiciais assim como obter a dinamização adequada para uma

prática eficaz das actuações arqueológicas, considera-se necessário estabelecer medidas administrativas de prevenção e planos anuais de escavações arqueológicas. O Serviço de Escavações Arqueológicas da Câmara Municipal de Saragoça, controlará sistemáticamente, baseando-se no trâmite das correspondentes licenças urbanísticas, o emprazamento dos terrenos de construção em que devem realizar-se prospecções arqueológicas prévias, utilizando para tal os procedimentos previstos nas medidas administrativas de prevenção que actualmente estão submetidos a tramite e aprovação municipal».

Refira-se, como remate, que este convénio permite manter, a nível municipal, números invejáveis: 5 arqueólogos, 10 operários e 1 auxiliar administrativo.

Como epílogo citemos um apelo feito no decurso das Jornadas; necessidade de um importantíssimo labor didáctico porque de uma forma geral as pessoas não entendem o fenômeno de arqueologia.



Cloaca (esgoto) da cidade romana e apoios de uma hipotética Basílica paleocristã.

SUMMARY:

A brief appreciation to the principals conclusions in the international Congress about Archeologie in the Actual Cities, which recently took place in Zaragoza (Spain).

SOMMAIRE:

Brèves considerations sur les principales conclusions tirées pendant le congrès international d'archéologie dans les villes actuelles, congrès récemment réalisé à Zaragoza (Espagne).



MAIO/83

12 a 14, França, 7.º Colóquio da Associação Francesa da Idade do Ferro.

Temas da região de Chalon-sur-Saône. Para informações: M. Bonn动员
Section d'Archeologie du Musée Denon
11, rue Ph.-Guide
71100 Chalon-sur-Saône France

MAIO/83

25, França, Paris, Evolução das Estruturas Monumentais do Neolítico será tema de debate organizado pela Sociedade Pré-Histórica Francesa no Instituto de Arte e Arqueologia. Endereço:

3, rue Michelet
75006 PARIS
FRANCE.

JUNHO/83

6 a 8, EUA, Raleigh, 6.ª Conferência Internacional de Computadores e Ciências Humanas, realizado sob os auspícios da Associação para Computadores e Ciências Humanas. Para informações: ICCH 83
Department of English

P.O.Box 5308
North Carolina State University
Raleigh, NC 27650
USA

JUNHO/JULHO/83
27 a 9, França, Informática e Matemática Aplicadas à Arqueologia, seminário organizado pela Escola Europeia de Verão e com o apoio de alguns organismos oficiais. Para informações:
CNRS – Centre de Recherches Archéologiques
Sophia Antipolis
06565 VALBONNE CEDEX.
FRANCE

JULHO/83
10 a 15, Inglaterra, Oxford, Colóquio de Arqueologia Celta. Contactos:
Dr. Ellis Evans
Jesus College, Examination School
High Street
Oxford OX1 2JA ENGLAND

JULHO/83
18 a 23, França, Lyon, 1.º Congresso Internacional de Paleoecologia sob a égide da Associação Paleontológica Internacional. Para informações: Secrétariat du Congrès
Université Claude Bernard
Département du 11 de Novembre
F-69622 Villeurbanne Cedex
FRANCE

JULHO/AGOSTO/83
24 a 2, Inglaterra, Londres, 13.º Conferência Geral do ICOM. Para informações:

American Express
Group Sales Office
6 Haymarket
SW1 4BS, LONDON
ENGLAND

AGOSTO/83
14 a 25, Canadá, Quebec e Vancouver, 11.º Congresso Internacional de Ciências Antropológicas e Etnológicas. Para informações:

Executive Secretary, XIth IC-AES
Department of Anthropology and Sociology
6303 N.W. Marine Drive
The University of British Columbia
Vancouver, BC, Canadá V6T 2B2

SETEMBRO/83
12 a 17, Espanha, Madrid, 10.º Congresso Internacional de Estratigrafia e Geologia do Carbonífero. Cooperação dos Serviços Geológicos de Portugal e Universidade do Porto. Para informações:

Comité Organizador del X Congr. Int. del Carbonífero
Instituto Geológico y Minero de España
Rios Rosas, 23, Madrid (3)
ESPAÑA

SETEMBRO/83
19 a 24, Espanha, Galiza, 6.ª Reunião do Grupo Espanhol de Trabalho do Quaternário

que terá como tema principal «Ecologia e Paleoecologia do Quaternário». A reunião decorrerá em Santiago de Compostela e Vigo e estão previstas excursões na Galiza e no Minho. Colaboração da Universidade do Minho. Para informações:

GETC, VI Reunión 1983
División de Ciencias (Geología)
Universidad de Santiago
Vigo, Colegio Universitario
Aptdo. 874, Vigo, Galicia
ESPAÑA

SETEMBRO/83

25 a 30, França, Bordéus, 1.º Simpósio Internacional de Arqueologia Africana e Ciências Naturais Aplicadas à Arqueologia. Para informações: Prof. Max Schoecker
CRIA – Maison des Sciences de l'Homme
Domaine Universitaire
33405 TALENCE CEDEX
FRANCE

SETEMBRO/83

26 a 30, Itália, Veneza e Aquileia, Conservação in situ de Chão e Paredes em Mosaico. Organização do ICCROM e da Direcção Italiana de Belas Artes.

Para informações:
Gaël de Guichen
ICCROM
Via di San Michele 13
00153 ROMA
ITALIA

SETEMBRO/83

Grécia, Atenas, 12.º Congresso Internacional de Arqueologia Clássica com o tema «A Grécia Clássica (V e VI a.c.) e o Mundo Antigo». Para informações:

Secrétariat du XIIème Congrès International d'Archéologie Classique
Ministère de la Culture et des Sciences
Direction Générale des Antiquités
Aristeion 14, Athènes
GRECE

OUTUBRO/83

1 a 9, Portugal, Aveiro, 1.º Congresso Nacional de Geologia, organizado pela SGP e Departamento de Geociências da Universidade de Aveiro. Repartir-se-á pelas seguintes secções:

- I - Processos e produtos geológicos
- II - Métodos e técnicas em Geociências
- III - Síntese geológica
- IV - Geologia aplicada
- V - Ensino das Geociências

Durante o congresso estão programadas diversas excursões. Para informações:

Departamento de Geociências
Universidade de Aveiro
3800 AVEIRO
PORTUGAL

OUTUBRO/83

14 a 16, França, Valbonne, 2.º Encontro de Arqueo-Ictiologia. Para informações:

Jean Desse
Iléme Recontre d'Archéo-Icthyologie
CRA du CNRS
Sophia - Antipolis
06565 VALBONNE CEDEX
FRANCE

OUTUBRO/83

2.ª Quinzena, França, Lyon, 2.º Congresso de Arqueologia do Sudeste, organizado pela Direcção das Antiguidades Históricas de Rhône-Alpes, com o tema «Arquitectura Doméstica no Ocidente Romano»

NOVEMBRO/83

10 a 12, Portugal, Porto, Colóquio Inter-Universitário de

Arqueologia do Noroeste,

organizado em homenagem a Rui Serpa Pinto (1907-1933) pelo 50.º aniversário do seu falecimento. Terá duas secções: pré-história/proto-história e romanização. Para informações:

Instituto de Arqueologia
Faculdade de Letras
4100 PORTO
PORTUGAL

DEZEMBRO/83

14, França, Paris, A Arte Pré-Histórica no Mundo será tema de debate organizado pela Sociedade Pré-Histórica Francesa no Instituto de Arte e Arqueologia. Endereço:

3, rue Michelet
75006 PARIS
FRANCE

AGOSTO/84

4 a 14, URSS, Moscovo, 27.º Congresso Internacional de Geologia. Para informações:

N. Boganon
27th 165 Lithosphere Institute
22 Staromonetny Per.
109180 MOSCOW
CCCP

PRIMAVERA/84

Holanda, Amesterdão, Seminário Internacional do Manejo de Dados em Colóquios Arqueológicos. Para informações:

Dr. L.H. Van Wijngaarden-Batien
Instituut Voon Prae-en Protohistorie
Singel 453, 1012 WP AMSTERDAM
HOLAND

AGOSTO/SETEMBRO/84

27 a 1, Irlanda, Dublin, 8.º Congresso da Federação Internacional das Sociedades de Estudos Clássicos. Para informações:

Prof. G. Watson
Royal Irish Academy
19, Dawson Street
Dublin 2
IRELAND

Seleção de Vitor Santos

COMEMORAÇÕES DO 10.º ANIVERSÁRIO DO CAA

De 5 a 14 de Novembro de 1982, o Centro de Arqueologia de Almada comemorou o seu décimo aniversário. Com as limitações inerentes à sua capacidade económica e organizativa, montou-se todo um projeto, ambicioso para alguns, mas que na prática se cumpriu na íntegra.

Como elemento central tivemos a 2.ª EXPO de Arqueologia do Concelho de Almada.

Dedicando a sua primeira parte à evolução histórica do concelho de Almada, integrada globalmente na evolução geral da espécie humana e do planeta que habitamos e exemplificada através de vestígios recolhidos na região, a exposição era depois completada como uma panorâmica do património concelhio, dando também uma visão da história e métodos arqueológicos, bem como da actividade desenvolvida pelo CAA ao longo dos seus dez anos de existência.

Despertando enorme interesse junto dos estabelecimentos de ensino locais – 60 turmas, cerca de 1500 alunos enquadrados em visitas de estudo – pensamos poder dizer-se que é francamente positivo o seu balanço, o que é também atestado pelo facto de, já em 1983, ela ser solicitada para diversos locais do Distrito.

Como iniciativas paralelas tivemos uma feira do livro (com

obras cuja temática ia da Arqueologia à História Local, passando pela Geologia, Paleontologia, etc), um ciclo de cinema (26 filmes foram vistos por cerca de 2000 pessoas em sessões diárias, nocturnas e diurnas, funcionando estas últimas quase ininterruptamente de forma a acompanhar as visitas de estudo), uma sessão de música experimental (através da percussão, Américo Cardoso levou-nos até ao «quotidiano» do homem pré-histórico e sua vida em comunidade), o lançamento do número experimental de «Al-Madan» (um esforço agora continuado no exemplar que vos está em mão) e a realização de diversos debates.

«A Arqueologia que temos, a Arqueologia que queremos», «Museus, que função social?», e «(Re)Pensar o Património» foram três dos temas em foco.

Arqueólogos, representantes de estruturas museológicas, partidos políticos, Associações de Defesa do Património, investigadores, etc, contribuiram com a sua presença para o estabelecimento de francas e abertas trocas de opiniões entre pessoas e organismos, alguns deles em contacto pela primeira vez.

Pela sua importância apresentamos, em traços muito gerais, um sumário das principais questões neles levantadas.

Do primeiro, e como não podia deixar de ser, ressaltou como evidência ser a Arqueologia portuguesa extremamente condicionada pelo estado geral do País.

Assim sendo, a não definição de uma política cultural que justifique socialmente o trabalho dos arqueólogos traz como consequências, entre outras, as péssimas condições de trabalho a que estes são sujeitos, difficilmente suportáveis por qualquer outro técnico, a quase nula formação arqueológica em Portugal (quer a nível de arqueólogos, quer de pessoal au-

xiliar) e, por fim, a impossibilidade de profissionalização resultante da legislação restritiva de admissões na função pública.

A falta de estruturas e de solidariedade e colaboração entre as existentes, a delapidação de meios técnicos resultante da pouca inter-disciplinaridade que se faz sentir no nosso país, a deficiente (ou nula) organização profissional dos arqueólogos e ainda a incompreensão de muitas autarquias, foram também apontadas como causas impeditivas de definição de programas de fundo, indispensa-



sáveis ao desenvolvimento harmónico da Arqueologia nacional.

Como perspectivas a curto prazo, referiu-se a necessidade de maior apoio às estruturas existentes (museus, serviços regionais, centros de arqueologia, etc), bem como a definição de políticas regionais através da sensibilização das autarquias para a criação dos seus próprios serviços de arqueologia e da implementação efectiva dos Conselhos Regionais de Arqueologia (até agora apenas «no papel» devido a algumas alíneas referentes à sua composição se terem perdido, depois de aprovadas, entre o gabinete do Secretário de Estado e a Imprensa Nacional).

Um maior empenhamento das Universidades no apoio a projectos de investigação e a criação de um movimento associativo dos arqueólogos portugueses que os torno intervenientes junto do Poder Central e Local, são também necessidades imediatas.

Por fim, a defesa do Património arqueológico e sua recuperação socio-turística e a divulgação pública dos resultados da acção arqueológica em Portugal, foram considerados como prioridades no sentido da aceitação social do papel do arqueólogo.

A nível museológico, experiências diferentes foram serenamente confrontadas concluindo-se que, seja o museu nacional, regional, municipal ou monográfico, são semelhantes os problemas e a forma de os encarar.

Foi defendida a importância dos museus como «memória» social e não apenas como local de exposição de peças desgarradas, referindo-se a tendência cada vez maior para estruturas poli-nucleadas, reproduzindo contextos enquadrantes dos objectos e consequentemente aspectos parciais da vida de uma região. São de salientar os casos de Benavente e do Seixal que,

pelas suas características, muito se aproximam do que seria de desejar na cidade de Almada.

A existência de laboratórios regionais de tratamento e restauro, apoiando tecnicamente os diversos museus de determinada região, foi considerada indispensável para um racional aproveitamento dos escassos recursos hoje em dia disponíveis.

No fundo, o que de mais importante se poderá tirar deste debate, é a conclusão de que, independentemente da sua denominação e características, um Museu, desde que bem enquadrado e apoiado, será sempre um foco de dinamização cultural, contribuindo para manter viva a memória colectiva das populações.

Por último, quanto ao terceiro dos debates referido, e partindo genericamente de questões como noção de Património e sua evolução ao longo do tempo, papel dos «mass-média» como elementos de aculturação massiva, compatibilização entre modelo de desenvolvimento económico e herança cultural, etc, cedo se generalizou a convicção de que não basta a preservação do património existente – é necessário recriá-lo quotidianamente, transformando a herança cultural recebida de forma a entregá-la viva em termos colectivos à sociedade futura.

A incapacidade do Poder Central, as limitações por este impostas ao Poder Local e a falta de quadros tecnicamente qualificados são alguns dos factores conducentes ao actual «estado de coisas», sendo referida a necessidade de coordenação e reforço do movimento associativo a nível nacional, bem como da acção pedagógica junto das escolas.

Realçou-se a forte tradição associativa da zona de Almada, chamando-se no entanto a atenção para o seu evidente declínio.

Foi patente a urgência de coordenação de tarefas entre as várias associações regionais.

10 ANOS A DESCOBERTA DO PASSADO



nais, aumentando, o debate entre estas e a Autarquia, veiculando-se até a ideia de realização de um Seminário sobre Almada, onde técnicos, associações culturais, autarquias, etc, debatessem em conjunto a complexidade das situações que hoje se põem neste espaço em que habitamos.

Pensamos assim poder dizer que o Centro de Arqueologia de Almada comemorou dignamente o seu décimo aniversário. É com algum orgulho que

verificamos ter o esforço intenso de alguns meses, num empenhamento que implicou centenas de horas de trabalho, resultado de forma prestigiante para a nossa Associação.

Não podemos deixar de expressar aqui o nosso agradecimento a todos quantos connosco colaboraram (e muitos foram), contribuindo assim para que tudo isto fosse possível.

Jorge Raposo

1.º PLENÁRIO DE MUSEUS DO DISTRITO DE SETÚBAL

Convocado pelo Museu de Arqueologia e Etnografia da Assembleia Distrital de Setúbal e estando presentes delegados de museus municipais, C.A. de Almada (devido à não existência de Museu local) e Grupo de Trabalhos Arqueológicos do G.A.S. (pelo apoio dado às estruturas museológicas distritais), decorreu em 28 de Janeiro último, no edifício do referido museu, o 1.º Plenário de Museus do Distrito de Setúbal.

Após brevíssimas palavras de encorajamento dirigidas pelo Sr. Governador Civil aos presentes, tiveram início os trabalhos destinados essencialmente à inventariação de carências, disponibilidades e apoios mutuamente sentidos e superáveis em prol dum benefício comum.

Era a seguinte a Ordem de Trabalhos: 1 – Carências dos Museus do Distrito; 2 – Formas de cooperação nos domínios científico e cultural; 3 – Defesa do Património Arqueológico e Histórico-artístico.

Foram intervenientes, além de Joaquim Soares, anfitrião do encontro, Maria Amália Guerreiro, pelo Museu de Santiago do Cacém, Fernando Gomes, pelo Museu Municipal Pedro

Nunes, de Alcácer do Sal, João Coelho Pinhal pelo Museu Municipal de Sesimbra, António Nabais pelo Museu Municipal do Seixal, Fernando António pelo Museu do Convento de Jesus (Setúbal), Luís Gouveia pelo C.A.A. e Carlos Tavares da Silva pelo G.T.A. do G.A.S..

Verificou-se de início uma identidade de pontos de vista quanto às necessidades fundamentais e principais preocupações: a exiguidade e ou inadequação das instalações onde actualmente funcionam, a existência de materiais arqueológicos dispersos por casas e colecções particulares, materiais pertencentes a antigas escavações cujos dados de identificação se perderam, etc.

Foi também unânime a necessidade de um apoio técnico e científico do M.A.E. no sentido de uniformizar certas práticas de catalogação e ordenamento de materiais, assim como a utilização da experiência do mesmo Museu para um melhor apresentação pedagógica das peças de valor museológico.

Situado numa zona em profunda alteração, o M.M. de Santiago do Cacém solicitou apoio para estudo e exposição



do material armazenado nas suas instalações, manifestando também esperança de que, ainda no decorrer deste ano, a C.M. de Santiago proceda a trabalhos de melhoramento das actuais instalações.

Também em Álcacer do Sal, as instalações são um problema difícil de resolver. Antigas, húmidas e exíguas, aguarda-se a sua «transplantação» para o edifício do Convento de Araceli (onde serão necessárias obras de adaptação), que se afigura como a solução ideal. Outra das dificuldades com que se depara este Museu é a falta de uma viatura autónoma que possibilite a recolha de materiais dispersos pelo concelho, actividade que mesmo assim tem prosseguido com o apoio limitadíssimo de que dispõe a edilidade local.

Nova dinâmica apresenta o Museu de Sesimbra, criado na década de 60 pelo Dr. Cunha Serrão, numa atitude altruísta, que encontra actualmente apoios mais seguros dos órgãos autárquicos. Ao mesmo tempo que se tenta a sua reinstalação em edifício apropriado – a Casa do Bispo (propriedade camarária) – não esquecendo porém o ideal que seria o seu funcionamento no Forte de Santiago (pertença da Guarda Fiscal), tenta-se uma inventariação de todo o espólio e também a recolha de material disperso por casas particulares. Foi garantido por parte do M.A.E. o apoio na exposição e organização de material do museu logo que resolvidos alguns problemas internos, no que diz respeito à actividade de alguns colaboradores, exteriores ao próprio museu.

Velho museu «jovem» a braços com dificuldades espaciais, económicas e institucionais, o Convento de Jesus, em Setúbal apresenta-se no ano 83 com perspectivas animadoras. Fu-

turo museu de arte dos séc XV a XIX, o seu espaço interno será estruturado de forma a possibilitar a exposição de azulejos, moedas, livros, material arqueológico, etc., que fazem já parte do espólio e da história do próprio museu. Salas de exposições temporárias e variadas actividades de dinamização estão também projectadas para este ano em que se prevê o esclarecimento da dependência institucional do Museu em relação ao I.P.P.C.

Unidade polinucleada de criação recente mas extremamente dinâmica, o M.M. do Seixal é o exemplo vivo de como numa zona de crescimento populacional moderno, se consegue motivar a constituição de um museu local em torno das actividades industriais tradicionais. Após os primeiros trabalhos de sensibilização, a constituição física do Museu deixou de ser obra da instituição autárquica para ficar nas mãos do colectivo dos habitantes que, altruísticamente, oferecem peças para o museu. Prevê-se para breve a reinstalação do seu núcleo principal na Qt. da Trindade e o aproveitamento das instalações de um estaleiro naval oferecido, para o núcleo naval onde estarão patentes os barcos típicos do Tejo, já reconstituídos. A manutenção destas instalações e dos barcos afigura-se difícil pelo que se encara com apreensão a continuidade de tais encargos económicos.

Com funções e interesses um pouco diversos, o M.A.E. da Assembleia Distrital debate-se com problemas no nível da contratação de pessoal auxiliar e técnicos, condicionando assim o apoio que poderia prestar às instituições que o solicitam.

Sofrendo também de falta de espaço, pretende poder contar ainda este ano com a utilização

da parte ocupada por uma empresa comercial no andar terreo do edifício.

Revelando problemas diversos se bem que dentro da mesma área de preocupações, o Centro de Arqueologia de Almada e o Grupo de Trabalhos Arqueológicos do Gabinete da Área de Sines expuseram aos presentes as suas carências e disponibilidades.

Como organização de salvaguarda e defesa do património, o C.A.A. vem, de há 10 anos a esta parte, recolhendo material, sinalizando zonas de interesse arqueológico, edifícios e áreas de protecção, sensibilizando a população para os problemas de conservação do património, mas sem que se materializem os seus esforços para a criação de um museu local. O Plenário reconheceu a urgência da criação de tal museu, considerando que o C.A.A. deverá participar activamente nesse processo.

O G.T.A. prontificou-se, na sua área de actividade e em estreita colaboração com o M.A.E., a apoiar as instituições que dele necessitem.

Generalizou-se depois uma discussão aberta sobre as formas de cooperação efectiva que cada organismo poderia oferecer em benefício de todos. Aparelhos de reprodução fotográfica, estufa de espurgo para livros, e o espaço editorial da revista «Al-Madan» foram alguns dos apoios postos à disposição de todos.

Medidas de protecção extensivas a todos os museus foram também objecto de discussão sugerindo-se o pedido de subsídio ao I.P.P.C. para a instalação de sistemas anti-roubo e anti-incêndio.

Na intenção de estimular o contacto e cooperação foi aprovada a edição semestral e conjunta de um boletim de ligação inter-museus onde pudessem ser divulgadas as iniciati-

vas, carências e a filosofia museológica a aplicar nas diversas situações.

Por fim foi proposta a vedação e salvaguarda de algumas estações mais importantes do distrito, tarefas solicitadas às autarquias e ao I.P.P.C.

Na intenção de tornar conhecido o património arqueológico distrital foi proposta a edição de uma pagela turístico-cultural informando sobre o espólio, especialidade e horário dos diversos museus e estruturas afins.

Finalizando este breve resumo, impõem-se algumas considerações gerais sobre o significado e amplitude desta reunião.

Exemplo inédito no nosso panorama cultural este 1.º Plenário dos Museus do Distrito de Setúbal reflecte a consciência que os organizadores e participantes têm, da necessidade de unificar os esforços de modo a tornar mais eficiente a salvaguarda e divulgação do património regional.

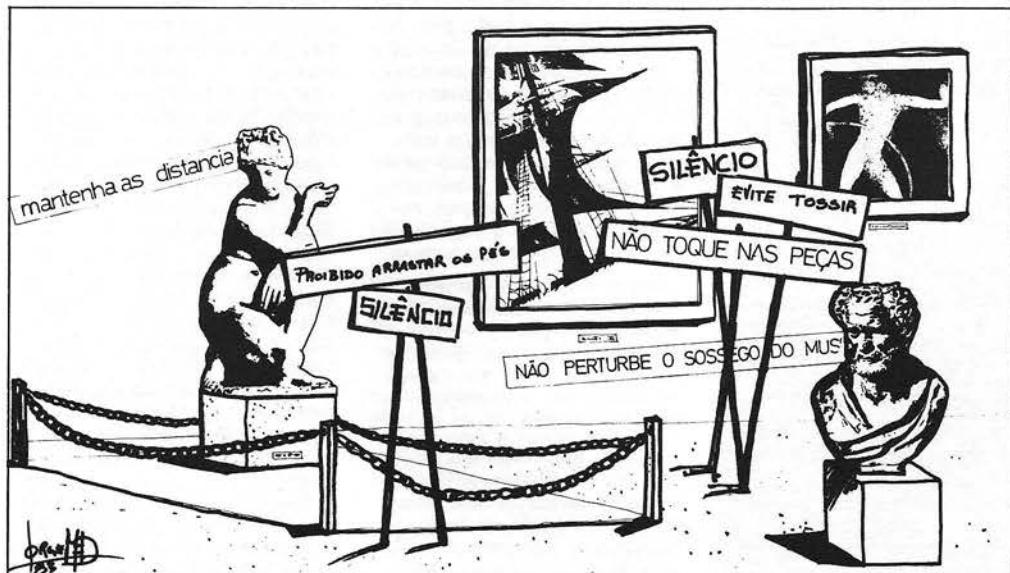
Num país de inúmeras riquezas históricas, a sociedade portuguesa do séc. XX ainda não perspectivou com seriedade o futuro de todos estes testemunhos que são a raiz de um povo, o factor de união duma comunidade heterogénea que deve encontrar no passado o exemplo e o ânimo para soluções futuras (de que andamos bem precisados).

Face aos poucos meios humanos e financeiros disponíveis para cuidar do património local, só na união de esforços e na apresentação de propostas e realizações concretas se poderá sensibilizar o Poder Central e os organismos competentes para a actividade de reabilitação e aproveitamento dos nossos valores culturais, uma das únicas riquezas verdadeiramente sólidas de um país.

Sem querer transformar em exemplo a reunião que aqui foi assunto, não resistimos a sugerir a proliferação de idênticos encontros distritais.

Pensamos em breve trazer para o espaço desta revista, em rubrica apropriada, notícias e informações mais detalhadas sobre cada unidade museológica aqui referida

L. G.



PLENÁRIO DE ARQUEÓLOGOS DA ZONA SUL

Realizou-se no passado dia 27 de Janeiro, a pedido do Director dos Serviços Regionais de Arqueologia - Zona Sul, Dr. Caetano Beirão, o primeiro plenário de arqueologia da zona sul, tendo em vista a discussão e aprovação da Comissão Consultiva Regional de Arqueologia (CCRA), de acordo com o estipulado no Decreto-Lei 403/80 que criou os Serviços Regionais de Arqueologia.

Começou o plenário com a informação, dada pelo Director dos Serviços Regionais, da forma como iriam ser distribuídas, em termos percentuais, as verbas a atribuir ao Departamento de Arqueologia, o que gerou alguma discussão. Do total das verbas 16% seriam atribuídas a trabalhos de emergência (cerca de 5.280 contos), 35% ao plano nacional de trabalhos arqueológicos, de responsabilidade dos arqueólogos (11.500 contos) e os restantes 49% das verbas seriam então atribuídas para as actividades da responsabilidade dos serviços.

De um modo geral os arqueólogos concordaram com a tentativa de disciplinar os gastos, contudo acharam que estavam atribuídas ao Departamento de Arqueologia demasiadas tarefas e verbas. Em especial pôs-se em causa o facto da carta arqueológica, que tem sido levada a cabo um pouco por esse País por associações amadoras e grupos de arqueólogos, ser da exclusiva responsabilidade do D.A. do IPPC.

Após o debate destas questões passou-se a discutir o ponto principal desta reunião: a criação da Comissão Consultiva Regional de Arqueologia da Zona Sul (CCRA).

Depois de se definirem os métodos de eleição e tipos de representatividade, assentou-se que deveriam fazer parte da CCRA seis instituições e três arqueólogos que não fizessem parte dessas instituições, organizações e personalidades a escolher dentre as que se dedicam à ciência arqueológica no sul do País.

Apresentadas as listas de instituições e após várias votações chegou-se à lista final que continha as seguintes instituições pela ordem como foram apresentadas:

Centro de Arqueologia de Almada, Museu de Arqueologia e Etnografia da Assembleia Distrital de Setúbal, Universidade de Faro, Universidade de Évora, Unidade de Arqueologia da Universidade de Lisboa, Campo Arqueológico de Mértola, Universidade de Lisboa (Departamento de História),

Universidade Livre de Lisboa, Grupo dos Amigos de Montemor-o-Novo e Museu Nacional de Arqueologia.

Após esta votação, completou-se a eleição da CCRA que ficou assim constituída: Museu de Arqueologia e Etnografia da Assembleia Distrital de Setúbal, Universidade de Faro, Universidade de Évora, Unidade de Arqueologia da Universidade de Lisboa, Campo Arqueológico de Mértola, Universidade de Lisboa (Departamento de História), Dr. José da Encarnação, Arqº Mário Varela Gomes e Drª Helena Frade.

Após a eleição foram ainda informados os arqueólogos presentes das verbas PIDAC do OGE destinadas à arqueologia.

Assim em termos de verbas teremos o seguinte:

DESPESAS CORRENTES	
Departamento de Arqueologia	2.030c.
Serviços Regionais (Norte)	1.820c.
Serviços Regionais (Sul)	1.150c.
Vedações:	
Abrigo do Carlão	100c.
Alcalar	100c.
Arqueologia subaquática	500c.
Laboratório de C-14	2.000c.
P.N.T.A.	1.200c.
Emergência	200c.
TOTAL	19.200c.
DESPESAS DE CAPITAL	
Serviços Regionais (Norte)	100c.
Serviços Regionais (Sul)	700c.
Carta arqueológica:	
Levantamento bibliográfico	800c.
Zona Centro	800c.
Zona Norte	1000c.
Zona Sul	400c.
TOTAL	3.800c.

Quanto a este aspecto falou-se apenas na escassez da verba de reforço para os trabalhos de emergência e da grande disparidade de verbas entre a Zona Norte e a Zona Sul, tendo em conta a maior quantidade de trabalho desenvolvido no sul.

Resumindo foi uma experiência interessante este primeiro encontro de arqueólogos que trabalham na Zona Sul, ficando a promessa que a este outros se seguirão.

LB

OS DESCOBRIMENTOS E A MARGEM SUL DO ESTUÁRIO DO TEJO

Alguns organismos da região denominada «Outra Banda», nomeadamente autarquias, associações de defesa do património cultural, escolas e colectividades, decidiram apoiar realizações culturais que tivessem como objectivo levar a população local ao conhecimento da sua história na época dos Descobrimentos. Esta iniciativa, de âmbito local, aproveita a sensibilização em torno da história portuguesa do séc. XVI e da Expansão provocada pela realização de uma Exposição Inter-

nacional sobre o tema, centralizada em Lisboa.

Dado que toda a «Outra Banda» (Almada, Seixal, Barreiro, Moita, Montijo e Alcochete) esteve inserida no processo da Expansão Portuguesa, não só porque ficava em frente da capital do Reino, mas também porque ofereceu um valioso contributo para tal empresa nacional, possui vestígios desse período histórico que merecem ser realçados e divulgados à população local.

Deste modo, a iniciativa cultural que se vai realizar contempla fundamentalmente a história local, dando instrumentos à população para que, numa forma participativa, descubra os testemunhos históricos da época da Expansão Portuguesa existentes na região que se estende desde a Caparica até à Ribeira das Enguias. Estes testemunhos são variadíssimos mas os mais significativos vão para as actividades económicas: desde os moinhos de maré, marinhas de sal, estaleiros navais, indústria vidreira, fornos de cerâmica, agricultura, pesca, fornos de biscoito, até ao transporte de lenhas e tojo para os fornos de Lisboa, o transporte de produtos agrícolas para abastecimento da capital, o fornecimento de madeiras para a construção naval, o abrigo natural para as embarcações; desde a edificação de quintas e portos, até à presença de personagens ligadas à empresa das Descobertas e de Reis, nobres e religiosos que fugiam às pestes que atacavam Lisboa; desde a construção de igrejas, ermida, fortalezas, até aos documentos escritos.

Estes vestígios oferecem materiais importantes para a apresentação das Descobertas na sua verdadeira dimensão, dando assim relevo aos factores económicos e sociais (a

existência dos operários da construção naval carpinteiros de machado e calafates, do trabalhador rural, do lenhador, do mateiro, do pescador, do moleiro, do tanoeiro, etc; os instrumentos dos ofícios, os meios de transporte fluviais e terrestres, etc) e ao desenvolvimento cultural.

Estes aspectos são normalmente esquecidos em preferência dos heróis, «artistas», reis e fidalgos (vida da corte, festas reais) e à sua sumptuosidade. Portanto, há o interesse de só se exibirem materiais ligados a estes personagens. Esta visão de «história tradicional não encontra repercussão no grande público, não constitui factor da sua cultura e não é resposta às suas necessidades intelectuais. Peso morto que esmagá os homens e lhes tira as forças de agir, espesso manto que lhes oculta os problemas que são de facto seus» (Vitorino Magalhães Godinho).

O programa das iniciativas culturais que se vão realizar nos concelhos da zona ribeirinha da margem Sul do estuário do Tejo, vai desde exposições subordinadas ao tema dos Descobrimentos e organizadas pelas escolas, câmaras e associações, com apresentação de materiais representativos das actividades produtivas da região, documentos escritos e fotográficos, até a visitas guiadas a locais onde se registam vestígios da época da Expansão Portuguesa, colóquios e divulgação de textos.

Estas iniciativas inserem-se numa dinâmica cultural que existe na região e que só é possível concretizar com a participação da população, das autarquias, escolas, colectividades, associações de defesa do património cultural ...

ANTÓNIO NABAIS

Barco típico reconstruído.



ESCAVAÇÕES NO CONCELHO DE MARVÃO

A Necrópole do Monte da Herdade dos Pombais

Numa zona arqueologicamente rica, onde a Ammaia, perto da povoação de S. Salvador da Aramenha, é um nome por demais conhecido e sublinhado como lugar vital na dominação romana (ainda que inexplicado cientificamente), a Necrópole do Monte da Herdade dos Pombais surge como mais um contributo para o es-



Foto 2: pormenor do espólio ósseo e vaso de cerâmica na sepultura 8, já totalmente escavada.

tudo da cultura e da civilização de uma população em determinado momento histórico.

O Monte da Herdade dos Pombais situa-se no Distrito de Portalegre, Concelho de Marvão, a 10 km de Santo António das Areias, na margem esquerda do rio Sever, que corre a cerca de 300 metros, estendendo-se-lhe, Norte, terras de Espanha.

A primeira campanha de escavações realizada no local, em Setembro de 1982, veio pôr a descoberto, a escassos centímetros da superfície, estruturas de uma necrópole de inumação, do período romano tardio.

Foram registadas e escavadas doze sepulturas, todas elas formadas por grandes lajes de xisto, paralelepípedicas, de orientação W. NW - E. SE, encontrando-se algumas delas ainda seladas, com as tampas *in situ*, enquanto outras revelavam evidentes sinais de violação, deliberada em muitos dos casos. O espólio ósseo é bastante significativo e veio confirmar a existência de mais que um enterramento em cada sepultura, facto já verificado noutras necrópoles da época, na região (1). Do mobiliário registrado salientem-se uma bilha de cerâmica comum, de pasta acastanhada, grosseira e um cálice de vidro, sem pé localizados, respectivamente, aos pés da sepultura 10 e ao lado



Foto 1: aspecto da escavação na sepultura 8, onde são já visíveis parte de um crânio e um maxilar superior.

esquerdo da cabeceira da sepultura 9. Os pregos, que apareceram em abundância, algumas vezes *in situ*, evidenciam a utilização de caixões ou paixões.

Do restante espólio recolhido, que inclui fragmentos inúmeros de cerâmica comum, de 'Terra Sigillata' Hispânicas e Clara, alguns de vidro, de bronze e de ferro, há a destacar várias moedas de bronze.

As estruturas murais e grande quantidade de material de construção, fragmentos de cerâmica comum, 'Terra Sigillata' Itálica, Hispânicas, Clara C, Clara D e Paredes Finas, encontrados na área da necrópole e proximidades, apontam para a existência de uma villa rústica a estudar futuramente.

Através do espólio ósseo, presentemente em estudo (2), pensamos vir a obter algumas informações interessantes de

carácter bio-antropológico que, juntamente com a análise dos restantes materiais, permitirão uma melhor compreensão deste conjunto arqueológico e, por conseguinte, um maior conhecimento do 'modus vivendi' das populações da época em questão.

Podemos desde já afirmar que, como era aliás de esperar, os dados antropométricos dos esqueletos recolhidos se sobrepõem àqueles que definem o Homem português actual

Isabel Fernandes

Notas

(1) – Viana, Abel e Dias de Deus, António – «Necropolis de la Torre das Arcas» – in Archivo Espanhol de Arqueología, Madrid, 1955

(2) – O estudo do espólio ósseo está a ser efectuado em colaboração com o prof. Caria Mendes, da Universidade de Lisboa.

INTERVENÇÕES ARQUEOLÓGICAS NA ÁREA URBANA DE TOMAR

O C.E.P.P.R.T. (1) tem norteado nestes últimos tempos a sua acção arqueológica na margem esquerda do Nabão (Fig. 1); a sua equipa técnica (2) tem efectuado com regularidade operações de salvamento e de reconhecimento arqueológicos, em vários pontos da cidade. Citamos a título de exemplo a Avenida Alameda 1 de Março que, devido às obras de construção civil e de saneamento básico, tem fornecido muito material romano (3).

No verão efectuam-se nas zonas tidas de interesse arqueológico escavações com a duração máxima de um mês. São o caso das estações romana e medieval da Rua Carlos Campeão (Fig. 2-3) e S.ta Maria do Olival (Fig. 4). Na primeira, cujos trabalhos decorreram de 16

de Agosto a 1 de Setembro de 1982, puseram-se a descoberto estruturas correspondentes a 3 fases distintas de ocupação humana: uma, a mais antiga à 2.ª Idade do Ferro, a intermédia à época romana e as mais recentes ao período medieval (Fig. 2).

Da primeira ocupação humana só restam os alicerces que são formados por pedras bastante irregulares (Fig. 2-3). Datam-nos, os múltiplos fragmentos de cerâmica comum, de produção indígena (4) e duas fibulas anulares hispânicas (séc. IVa. C.-la.c.).

A fase intermédia, ou seja, a que corresponde à época romana é largamente representada pelo encadeamento de muros que ocupam quase toda a área exumada (Fig. 2). A

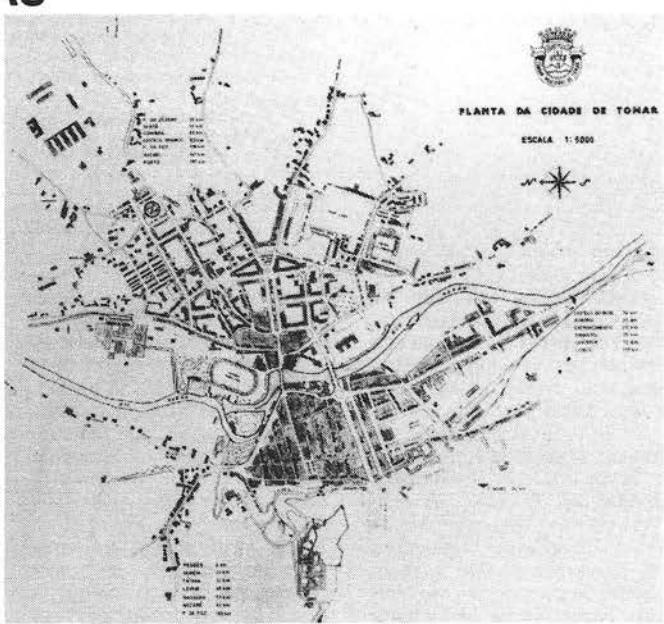


Fig. 1

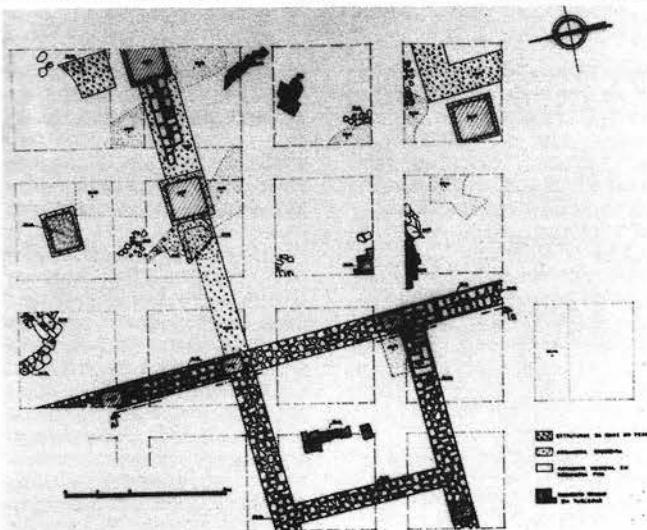


Fig. 2

dimensão e a forma destes alicerces pressupõem a existência de um edifício monumental (Fig. 2-3) datado do séc. Id. C. Confirmam-no, os diversos fragmentos de sigillata sudgálica e paredes finas, aqui, recolhidos.

Por outro lado, os cortes estratigráficos e, consequentemente, os materiais arqueológicos achados no nível de ocupação mais recente, apontam para a reutilização das estruturas romanas nos finais do Baixo Império, ou já em pleno período medieval (Fig. 2). O local a partir de certa altura

(séc. IX-XV) tornou-se numa zona de enterramentos de inumação.

A sul desta zona arqueológica, fica o cemitério medieval localizado na área de influência da igreja de S.ta Maria do Olival (Fig. 4). No adro desta igreja, puseram-se a descoberto de 19 a 31 de Julho de 1982 (5) três sepulturas, sendo duas em caixa de pedra com tampa, e a outra, apenas, de lajes laterais sem tampa (Fig. 4). Estas caixas tumulares foram, de certo modo, sacrificadas pela camada de enchimento que as envolvia. É assim, que numa

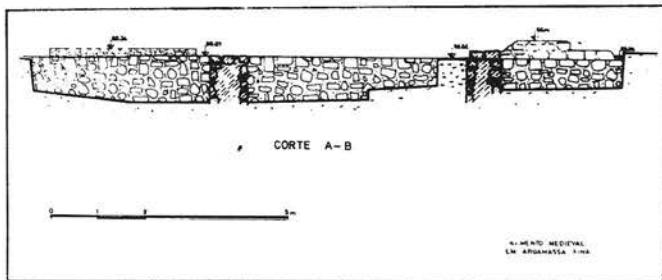


Fig. 3

Acerca da EXPOSIÇÃO «BARCOS DO TEJO», realizada em Março passado na Biblioteca Municipal de Almada.

«O desenvolvimento da navegação fluvial no estuário do Tejo levou, desde tempos muito recuados, à construção de embarcações bastante variadas. A variedade dos barcos deve-se não só à função que exerciam, mas também ao estilo próprio dos estaleiros e povoados. Cada povoação ribeirinha possuía as suas embarcações típicas do trânsito fluvial ou de pesca. Existiam os BARCOS CACILHEIROS, BARCA de ALDEIA GALEGA (MONTIJO), para transporte de madeira, FRAGATA DE ALCOCHETE



(transporte de madeira e mercadorias), BARCOS DOS MOINHOS (transportavam dos Moinhos de maré da Outra Banda, as farinhas para Lisboa), BARCOS DE RIBATEJO (transporte de provisões

profundidade de 50 cms, tiveram sido recolhidos diversos materiais do Baixo Império e do período medieval. Salientamos, apenas, as várias moedas portuguesas (séc. XIII-XVII) e os pequenos alfinetes de bronze, próprios para prender o sudário.

Estes trabalhos serão retomados (6) só na época de verão, não contando, desde já, com as sucessivas operações de salvamento ou de reconhecimento arqueológico, levados a efeito pela equipa do C.E.P.P.R.T.

Salete da Ponte

NOTAS

(1) Centro de Estudos e Proteção do Património da Região de Tomar.

(2) Esta equipa é basicamente constituída por Carlos

Batata, Paulo Arsénio e Victor Silva. A este grupo associam-se os arqueólogos Beleza Moreira e S. da Ponte.

(3) cf. Salete da Ponte e Victor Silva, *Recuperação de alguns achados arqueológicos de Tomar - C.E.P.P.R.T.*, «Boletim Cultural e Informativo da C.M.T., 1982, n.º 4, p. 181-188 (p. 182-183, fig. 3 a 6).

(4) cf. Salete da Ponte, *Introdução ao Projecto para a Carta Arqueológica de Tomar*, «Boletim Cultural e Informativo da C.M.T., 1982, n.º 3, p. 113-121 (p. 119, fig. 5). Neste artigo publica-se um vaso da 2.ª Idade do Ferro achado em sondagens anteriores.

(5) Estas escavações estão a cargo do arqueólogo Beleza Moreira.

(6) Os trabalhos na Rua Carlos Campeão e S.ta Maria do Olival serão retomados neste ano pela equipa referida na nota 2 e respectivos arqueólogos.

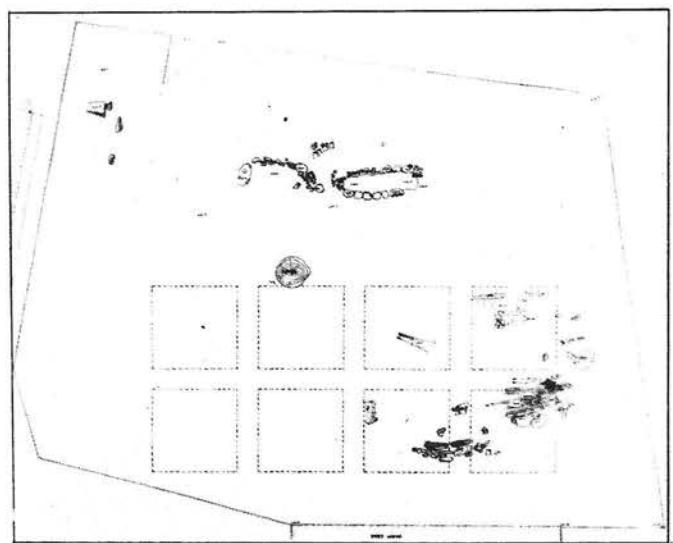


Fig. 4

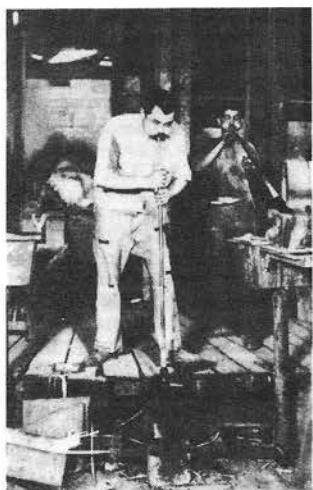
para a capital), BATÉIS DE ÁGUA ACIMA (produtos para Lisboa), BATERIA DE PORTO BRANDÃO (transporte de pedras, areia...), BARCO DOS MOIOS (transporte de sal), FREGATAS (mercadorias), FA-LUA e CATRAIO (passageiros e mercadorias), CAIQUES, LANCHAS DO ALTO MAR, MULETA (pesca), SAVEIRO DA COSTA E DO TEJO (pesca)...»

Da introdução ao catálogo da exposição.

Parece-nos que não é necessário realçar o evidente interesse desta «mini» exposição que a Biblioteca Municipal mostrou ao público na sua sala de exposições.

O que julgamos necessário é propor uma segunda abordagem do tema, em maior escala. Isto porque, mostrar aos almadenses, especialmente aos mais novos, como se vivia nestas terras há 50, 100 ou 500 anos é extremamente importante para que eles apreendam a identidade da terra onde vivem. Enquanto esperamos pelo Museu da Cidade, (ver notícia) este tipo de actividades, pensamos nós, vai estimular os apetites e desenvolver o gosto pela procura e descoberta do passado, criando em torno da ideia museu, não só a expectativa mas, esperemos, participação activa.

J.M.D



Um garrafeiro soprando uma garrafa e um ajudante formando o «bolbo».

CAMPO ARQUEOLÓGICO DA AMORA

A Câmara Municipal do Seixal deliberou apoiar as escavações no âmbito da Arqueologia Industrial, que se irão realizar no próximo Verão, na área da antiga Fábrica de Vidros da Amora, sob a direcção da Associação de Arqueologia Industrial da Região de Lisboa.

Esta iniciativa cultural, que se realiza pela primeira vez em Portugal, dará continuidade aos trabalhos preparatórios, que no Verão de 1982, foram efectuados no Campo Arqueológico da Amora pela Associação de Arqueologia Industrial da Região de Lisboa com colaboração da Câmara Municipal do Seixal.

A Fábrica de Vidros da Amora, situada na antiga Quinta dos Lobatos, à beira do rio Judeu, foi fundada em 1888 por José L. da Silva Gomes e Jayme Gilman e manteve-se em laboração até ao final da 2ª década deste século.

A Fábrica destinava-se, em especial, ao fabrico de garrafas e garrafões (alguns exemplares encontram-se expostos no Museu Municipal do Seixal) cuja produção anual chegou a ultrapassar os 14 milhões de garrafas. A população operária distribuía-se entre técnicos estrangeiros (alemães) e portugueses, e no número destes incluiam-se muitas crianças e mulheres, como nos testemunham documentos da época, nomeadamente fotografias e operários ainda vivos.

O estudo completo deste estabelecimento fabril oferecerá valiosos elementos para a história da indústria em Portugal. Para a efectivação desse estudo, torna-se fundamental o recurso à Arqueologia Industrial, que, com a sua metodologia, oferecerá novos elementos aos historiadores. O trabalho de

campo permitirá a descoberta, o registo e o estudo dos vestígios materiais, os quais virão completar as lacunas e omissões que as fontes tradicionais – manuscritas e impressas, gravuras e fotografias, mapas e plantas, estatísticas, catálogos, orais, etc. – habitualmente apresentam ao investigador.

Esta 1.ª experiência de campo, no âmbito da Arqueologia Industrial virá, certamente, abrir as portas a uma área da investigação histórica, que é fundamental para se fazer a história da indústria e a própria história em geral.

AN

O PALEOLÍTICO DO TEJO SUPERIOR PORTUGUÊS E RESPECTIVA REDE LATERAL

Trabalho a executar em 1983:

1.º Local: Foz do Enxarrique (Porto do Tejo, Vila Velha de Ródão)

Tipo de estação: horizonte arqueológico único, «en place», muito rico em artefactos, associado a fenómenos de concreções calcárias. Tratar-se-á de um paleo-solo no duplo sentido arqueológico e pedológico (observação a confirmar).

Período: Paleolítico médio. «Mustierense»

Responsáveis: António Carlos Silva e Luís Raposo

Datas: de 1-9-1983 até 30-10-1983

Tipo de intervenção projectada: escavação limitada; leitura lito-estratigráfica de perfis; recolha de amostras; construção de estruturas de protecção

Equipa a constituir: 10 elementos. Encontram-se abertas as inscrições para alguns destes lugares, sendo condições de preferência: ter já alguma experiência em escavações paleolíticas; ter interesse por uma especialização naquele período, iniciando uma colaboração regular futuramente; ter experiência em arqueologia geral

Condições gerais de trabalho: estadia paga; alimentação em restaurante, dormida em sistema de acampamento ou acantonamento

2.º Local: toda a área de Vila Velha de Ródão

Tipo de intervenção projectada: relançamento do estudo do Quaternário da região, incluindo a cartografia geral de outras formações anteriores e o estudo geológico detalhado das estações paleolíticas já detectadas. Especificamente em relação ao Quaternário, definição e caracterização de: depósitos escalonados antigos, terraços, depósitos de vertente e coluvões, aluvões actuais

Responsáveis gerais: António Carlos Silva e Luís Raposo

Responsável directo: Jesus Jordá Pardo (geólogo quaternista espanhol)

Datas: de 1-9-1983 até 15-10-1983

Equipa a constituir: 4 elementos, sendo 2 espanhóis e 2 portugueses. Encontra-se aberta a inscrição para um destes lugares, sendo condições de preferência: ter já uma razoável preparação em geologia do Quaternário; ter interesse em prosseguir este tipo de estudos.

Condições gerais de trabalho: idênticas às anteriores.

Contactos: Museu Nacional de Arqueologia

L.R.

GRUTA DO CALDEIRÃO (Penedreira, Tomar)

Realizar-se-á de 1 de Agosto a 15 de Setembro a campanha de 1983 nesta estação pré-histórica. Está prevista a continuação dos trabalhos na sala onde se vêm realizando desde 1980, e onde foram já identificadas ocupações humanas desde o Paleolítico Superior até aos nossos dias (nomeadamente dois estratos do Neolítico antigo, um deles com cerâmica cardial), com especial incidência, este ano, nos níveis pliocénicos; e a abertura de uma sondagem na zona de entrada da gruta.

Os interessados em participar nos trabalhos (só serão aceites participações por um mínimo de 8 dias) deverão comunicar com o responsável até ao fim do mês de Maio para o seguinte endereço:

JOÃO ZILHÃO
Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia
Praça do Império
1400 Lisboa

JZ

ESCAVACÕES DO CAA: Verão/83

Planeado pelo CAA, pretende iniciar-se no corrente ano um projecto de estudos sobre «Al-

mada Medieval/Moderna» que englobará, além de recolha documental, a realização de alguns trabalhos arqueológicos, a incidir em três locais que nos parecem importantes para a prossecução do projecto em causa.

Assim, propõem-se intervenções na zona da Igreja de S.Tiago, parte velha de Almada onde foram já identificadas peças e estruturas Árabes e Medievais aquando de obras camarárias para instalação de canalizações. Na Igreja da Misericórdia os trabalhos pretendem continuar a intervenção realizada no ano passado, na altura em que se procediam a obras de melhoramento do hospital de Almada. Foi então descoberto espólio interessante e correspondente a anteriores utilizações do espaço onde hoje se situa a Igreja. Pensam alguns investigadores que a antiga Igreja de Santa Maria do Castelo, destruída quando do terramoto de 1755, se situaria nesta zona.

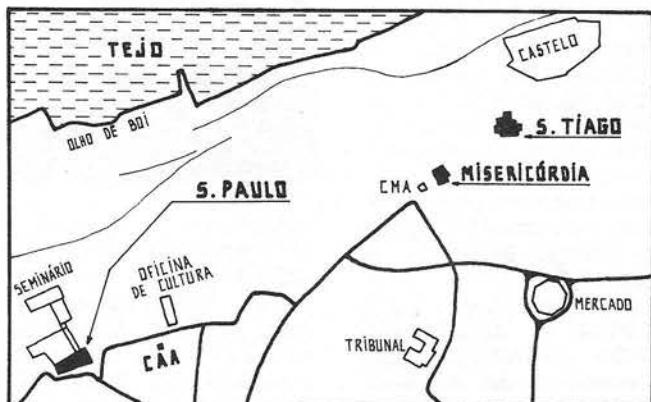
Relacionada também com o mesmo projecto será a escavação no adro do Seminário de S.Paulo onde já em 1976 foram descobertas várias ossadas humanas pertencentes a enterramentos que datam dos sécs. XV a XVIII.

Pensamos ser este um bom continuar da actividade arqueológica no Concelho pelo que foi já feito um primeiro contacto junto das autarquias no sentido do apoio a esta iniciativa.

Além da participação técnica dos membros do CAA, recorreremos a especialistas de história local e arqueologia, estando também prevista a integração de estudantes do Concelho nas equipas de escavação.

Os trabalhos, que se preveem para os meses de Verão, estão totalmente dependentes da concessão de autorização, solicitada em devido tempo ao Departamento de Arqueologia do IPPC.

LG e LB



ACTIVIDADES DO MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOGRAFIA DO DISTRITO DE SETÚBAL

Ilha do Pessegueiro – De colaboração com o Gabinete da Área de Sines, serão apresentados ao público, através de uma exposição e de uma conferência proferida pelo Dr. Carlos Tavares da Silva, os resultados das sucessivas campanhas de escavação levadas a efecto na jazida romana da Ilha do Pessegueiro. O meio impõe formas até agora inéditas de humanização da paisagem durante a Época Romana. A Ilha do Pessegueiro é ainda hoje o melhor ancoradouro natural da costa alentejana, e foi-o certamente no período romano, quando a ilha se transformou em porto de apoio à navegação costeira. Detectaram-se diversas fases de construção que datam desde meados do séc. O até ao séc. IV-V d.c.

A exposição poderá ser visitada de 25 de Março a 6 de Maio e a conferência efectuar-se-á no dia 9 de Abril pelas 18 horas

Setúbal na Época dos Descobrimentos – Numa realização conjunta vai o Museu de Arqueologia e Etnografia da Assembleia Distrital de Setúbal com a participação da Câmara Municipal de Setúbal, do Parque Natural da Arrábida, da Reserva Natural do Estuário do Sado, do FAOJ, do T.A.S. e do Centro de Estudos de Fotografia de Setúbal, promover uma exposição documental – «Setúbal na Época dos Descobrimentos: Arqueologia e património construído» –, um ciclo de conferências, projeção de filmes e visitas guiadas aos principais vestígios dos sécs. XV-XVI do Distrito.

A exposição será inaugurada a 14 de Maio e ficará patente ao público até 28 de Agosto

O Filme Etnográfico

Durante o mês de Outubro efectuar-se-á um ciclo de cinema etnográfico que integrará também sessões de música popular e palestras sobre o tema

Prospecções e Descobertas

No âmbito das prospecções arqueológicas levadas a efecto por este museu foram descobertas duas importantes estações. Uma, na zona de cota mais elevada dos «Castelos» do Torrão, (Alcácer do Sal) pertencente ao Calcolítico e a outra na margem esquerda do rio Xarrama, no sítio das Passeadeiras, da Época Romana. A primeira está a ser afectada por actividades agrícolas e a segunda, em grande parte no leito de uma barragem, encontra-se

muito erodida e a descoberto, temporariamente, devido às secas que se têm feito sentir nos últimos dois anos. Assim, tenta o M.A.E.S. realizar em ambas as jazidas idêntificadas sondagens de reconhecimento

Escavações Arqueológicas

Efectuar-se-á no corrente ano mais uma campanha de escavações arqueológicas no povoado Calcolítico do Monte da Tumba (Torrão), com a colaboração da Câmara Municipal de Alcácer do Sal e respectivo museu e do Instituto Português do Património Cultural. O povoado do Monte da Tumba é uma complexa fortificação, cuja potência estratigráfica atinge os três metros, permitindo uma fina leitura da evolução da cultura material e do ambiente, durante o Calcolítico. Esta jazida encontra-se ameaçada pela construção de uma vivenda, dependendo da continuação das escavações, do entendimento do seu grande interesse cultural por parte do proprietário, da vivenda e das entidades responsáveis a sua correcta preservação

Área Urbana de Setúbal

Embora com muitas dificuldades, têm sido acompanhadas as obras que implicam revolvimento do sub-solo na zona do Centro Histórico de Setúbal. Este ano, detectou-se, aquando da construção de um edifício na Rua António Januário da Silva, uma fábrica de salga de peixe da Época Romana. Sobre a camada romana observou-se uma interessante sequência estratigráfica medieval e moderna de que importa referir níveis bem definidos dos sécs. XV e primeira metade do séc. XVI

J.S.

ACTIVIDADES DO SECTOR DE ARQUEOLOGIA DO GABINETE DA ÁREA DE SINES

Criação do Centro de Documentação Arqueológica da Área de Sines

Como resultado da actividade arqueológica promovida pelo Gabinete da Área de Sines desde 1972, vai este organismo montar um centro de documentação arqueológica. Será uma unidade de investigação, arquivo e divulgação animada pelo Sector de Arqueologia do G.A.S.. Ocupará todo o edifício designado por B7 das «Colectivas» da nova cidade de Santo André. Provisto de salas de trabalho (tratamento, inventariação, desenho e estudo de materiais), de biblioteca especializada e de arquivo, contará com um espaço destinado a exposições permanentes e temporárias e à realização de colóquios, projeções de filmes e de diapositivos

Campo Arqueológico da Ilha do Pessegueiro

Aberto à participação de estudantes e estudiosos da Arqueologia, efectuar-se-á, em Julho-Agosto, o 3º Campo Arqueológico da Ilha do Pessegueiro. As escavações das campanhas anteriores permitiram descobrir numerosas construções (casas de habitação, fundição, armazéns, fábrica de salga de peixe, forno de cozer pão, balneário) que integravam um porto da Época Romana ocupado ininterruptamente do século I aos finais do século IV d.c.

Os interessados em participar neste campo arqueológico poderão inscrever-se no Gabinete de Relações Públicas do G.A.S. (em Santo André ou na Rua da Artilharia UM, n.º 33, 8.º em Lisboa) e no Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal

C.T.S.

CURSO DE VERÃO EM VALCAMÓNICA

Sob a égide do Centro Camuno di Studi Preistorici funcionará em Valcamónica (a maior concentração de arte rupestre na Europa) um curso de Verão subordinado ao tema «Arte Rupestre».

De 4 de Julho a 8 de Agosto o programa abrange, num total de 200 horas ao longo de 5 semanas, acções de pesquisa de campo, trabalho de laboratório, projeção de filmes, debates, etc.

Inglês e italiano serão as línguas oficiais, sendo os participantes acomodados em pensões, hoteis, dormitórios e ou casas particulares.

A selecção dos candidatos far-se-á ao fim do mês de Maio, devendo para tal enviar-se pedido de candidatura à entidade organizadora (o CAA dispõe do respectivo modelo que cederá aos interessados).

Custo total: US \$ 320.

Para mais informações:
Centro Camuno di Studi Preistorici

25044 CAPO DI PONTE
(BRÉSCIA) ITÁLIA

FG

MORREU O JORNALISTA JOÃO SALVADO

[...] Vitimado por um ataque cardíaco na passada semana, João Salvador, de 55 anos, entra em coma profundo, tendo resistido contra a morte até anteontem. [...] Tendo nascido em Medelim no distrito de Castelo Branco, João Salvador licenciou-se em História e era profundamente conhecedor de problemas arqueológicos.

Foi professor liceal, fundador do Centro Piloto de Arqueologia de Lisboa e presidente da Associação de Amizade Portugal-Marrocos. [...]

(Diário de Notícias 17/02/83)

«Vila» romana do Monte da Chaminé: 3a. campanha arqueológica

Decorrerá durante o próximo mês de Setembro a terceira campanha arqueológica na «vila» romana do Monte da Chaminé, a cerca de 2 km. da vila de Ferreira do Alentejo. Nas duas campanhas anteriores foram postos à vista quatro salas, duas delas com fragmentos de mosaico, a ala norte do «ambulacrum» (corredor) e respectiva colunata. Os potenciais interessados contarão com alimentação e alojamento gratuitos. Os contactos podem ser feitos para o Museu Nacional de Arqueologia.

II CONGRESSO SOBRE MONUMENTOS MILITARES PORTUGUESES

«Face ao assinalado êxito que obteve o CONGRESSO SOBRE MONUMENTOS MILITARES PORTUGUESES, realizado de 6 a 9 de Outubro de 1982, em Vila Viçosa, impõe-se uma organização mais requintada e espectacular para o segundo encontro, marcado para Lisboa, em princípio, nos dias 14 a 21 de Junho de 1983.»

É assim que o Jornal do II Congresso sobre Monumentos Militares Portugueses anuncia a referida iniciativa. Enquadrada nas festas da cidade de Lisboa e aproveitando a realização da XVIII Exposição Europeia de Cultura, a organização, que conta com o apoio do IPPC, Câmara Municipal de Lisboa e Serviço Histórico Militar, pretende «objectivar a cultura universalista portuguesa», realçando o seu «importante papel difusor» e contribuindo para o estudo do nosso património histórico-militar.

Orgânicamente dividido em 6 secções – os monumentos militares e a expansão portuguesa; definição e caracterização de monumento militar; inventário da arquitectura militar portuguesa; carta arqueológica militar do território português; o monumento militar: sociologia e cultura; os monumentos militares: sua recuperação e valorização – o congresso terá ainda como ponto forte uma Mesa Redonda sobre Restauro de Monumentos Militares (orientada por técnicos estrangeiros) e diversas visitas de estudo onde «se evocarão em cada monumento as linhas evolutivas da arquitectura e estratégia militar».

Com abertura solene a 14 de Junho, os trabalhos decorrerão nos dias seguintes, encerrando dia 21 com comunicação à imprensa e almoço de despedida.

Para animação nocturna dos congressistas, estão também

previstas actividades culturais paralelas, possivelmente abertas ao público lisboeta.

Mais informações podem ser obtidas na sede do Congresso, rua Coelho da Rocha, n.º 71 – 1.ºD, 1300 LISBOA

JR

IV CENTENÁRIO DA MORTE DE FERNÃO MENDES PINTO

Celebra-se este ano o IV Centenário da morte de Fernão Mendes Pinto, autor de uma das obras de maior interesse da literatura mundial de viagens: a «Peregrinação».

Fernão Mendes Pinto nasceu em Montemor-o-Velho e em 1537 embarcou para o Oriente, onde percorreu variadíssimas paragens, desde a Índia, o Japão, a China até o Pegú, por um período de tempo bastante longo. Durante a sua estadia em terras do Oriente, esteve sujeito a diversas peripécias, das quais ele próprio salienta:

«Treze vezes cativo e dezasseste vendido nas partes da Índia, Etiópia, Arábia Felix, China, Tartária, Massacar, Samatra e outras muitas províncias daquele ocidental arquipélago dos confins da Ásia a que os escritores chins, sianes, guéos e léquios nomeiam nas suas geografias por Pessana do Mundo».

Fernão Mendes Pinto teve uma vida recheada de experiências, que a sua obra literária evidencia, e que nos leva a enumerar as seguintes profissões que exerceu: criado de fidalgo, soldado, escravo, agente de negócios, pirata dos mares da China, mercador, médico ocasional do rei Bungo, vagabundo e embaixador.

Em Vale de Rosal, próximo de Almada, Fernão Mendes Pinto elaborou, entre 1570 e 1578, a sua grande obra intitulada «Peregrinação» que foi póstumamente publicada em 1614.

Estamos perante uma obra literária repleta de vivências próprias dum aventureiro que deixou Lisboa em direcção ao Oriente, como se tornou habitual depois de Vasco da Gama ter chegado, por via marítima, à Índia.

A «Peregrinação» é um dos livros portugueses mais conhecidos fora de Portugal. Assim, poucos anos após a sua publicação foi traduzida em castelhano (1620); em 1625 está traduzida em inglês; e oito anos depois em francês (1628). Durante o século XVIII registaram-se 6 edições castelhanas; 4 edições inglesas; 5 edições francesas; 4 edições holandesas.

Como afirma António José Saraiva, «a Peregrinação é, antes de mais, uma obra de

arte de grande classe, uma das maiores criações românicas saídas da Península Ibérica. É como obra de arte ou, mais precisamente, como expressão de uma consciência e de uma realidade através da ficção, que me parece que importará considerá-la, marcando o seu lugar e o seu significado dentro da história do romance na Península Ibérica e dentro da História das ideias na literatura europeia».

Esta obra é um dos resultados dos Descobrimentos Portugueses dos séculos XV e XVI, que, devido à descoberta das regiões desconhecidas pelos europeus, despertou o interesse pelos relatos de viagens. Entre outras obras de relatos de viagens, destacam-se: a «Verdadeira Informação do Preste João das Índias», do Pe Francisco Alvares (1540); o «Itinerário em que se Contém como da Índia Veio por Terra a Portugal», de António Tenreiro (1560); o «Tratado das Coisas da China e de Ormuz», de Fr. Gaspar da Cruz (1570); o «Itinerário da Terra Santa», de Fr. Pantaleão de Aveiro (1593); descrições geográficas que existem nas crónicas de João de Barros, Cantanhede e Gaspar Correia, etc

OS FORAIS DE ALMADA E SEU TERMO

Almada e o seu termo (que compreendia desde a Idade Média até 1836, do ponto de vista territorial, mais ou menos a área dos actuais concelhos de Almada e Seixal) beneficiou de três forais: em 1170, D. Afonso Henriques dá foral aos mouros livres de Almada e D. Sancho I e D. Manuel I dão forais a Almada, respectivamente em 1190 e 1513.

O foral é um dos documentos mais importantes para a história local.

O grande interesse do estudo dos forais de Almada reside no facto de através deles se compreenderem muitos aspectos da vida económica e social da vila e seu termo.

Com o objectivo de oferecer materiais de estudo sobre a Idade Média a professores e estudantes, e, ao mesmo tempo, divulgar os diferentes aspectos da vida local na antiga vila de Almada e seu termo, o Bibliotecário da Biblioteca de Almada, Alexandre Magno Flores e o Responsável pelo Sector do Património Histórico-Cultural da Câmara Municipal de Seixal, António José C.M. Nabais, elaboraram um trabalho sobre os forais de Almada de 1170 e 1190, para ser publicado pelas duas autarquias. A publicação, que tem como título «Os Forais de Almada e seu Termo – I. Subsí-

dios Para a História de Almada e Seixal na Idade Média, além da transcrição e tradução dos forais, inclui os translados e gravuras alusivas a actividades medievais.

Os referidos autores deste trabalho têm em preparação o foral de D. Manuel I, que ficará a constituir o 2.º volume dos estudos de divulgação dos forais de Almada e seu termo

AN

CASCAIS – «VILLA» ROMANA

Após três campanhas anuais de emergência na villa romana do Alto do Cidreira (Alcabideche, Cascais), os arqueólogos responsáveis pelos trabalhos, José d'Encarnação e Guilherme Cardoso, decidiram suspender os por considerarem alcançados os objectivos visados: determinar as características da estação, delimitá-la e demonstrar a sua importância com vista à preservação do local fortemente ameaçado pela construção clandestina.

Da villa, implantada num outeiro de panorama deslumbrante sobre a toda a península de Lisboa, foram postas a descoberto algumas salas (com muros intactos que chegam a atingir 1,5 m de altura) e parte da zona termal já muito destruída. Do material exumado, que aponta para uma ocupação romana desde princípios do séc. II até ao séc. V, há a referir terra sigillata, cerâmica comum, moedas, um dado de jogar, agulhas em osso, pesos de rede e de tear, milhares de tesselas de mosaico em várias cores.

Foi publicada no «Arquivo de Cascais» (Boletim Cultural do Município), N.º 4, 1982, p. 9-27, uma primeira notícia acerca da estação, assinada por Guilherme Cardoso, José d'Encarnação e Jeannette U. Nolen (que escreveu um interessante capítulo intitulado «o quotidiano através da cerâmica»).

A paragem dos trabalhos permitirá libertar, durante este ano, os arqueólogos para tarefas de apoio ao Município, nomeadamente no que respeita aos processos de aquisição ou expropriação de terrenos onde se encontram vestígios arqueológicos em vias de destruição. Por outro lado, o Departamento de Arqueologia do I.P.P.C. programou uma experiência-piloto de levantamento arqueológico que deseja pôr em prática no concelho; os arqueólogos locais vão-lhe necessariamente dar todo o seu apoio

J.D'E

(cont. pág. 40)

DOS JORNais

A Carta Arqueológica do Concelho de Amarante: Um projecto em curso

[...] Num balanço sintético e apressado, poder-se-á afirmar que os resultados da iniciativa são francamente positivos e animadores.

Para além da localização de 18 castros, 10 mamoas, conjuntos de sepulturas antropomórficas, 8 lagares abertos na rocha (vulgarmente designados por lagares de mouros), restos de vias romanas, etc., foram efectuadas descobertas importantes, tais como novas mamoas, restos de uma estátua, inscrições, lápides, materiais romanos avulso e um notável conjunto de 9 núcleos de eremitérios rupestres, que fazem deste concelho uma das mais importantes regiões até agora conhecidas na Península, neste domínio.

[...] Integrada no projecto da Carta Arqueológica de Amarante foi editada, em meados de 1981, uma coleção de 9 postais ilustrados, divulgando-se, deste modo, uma parte do património artístico e arqueológico do concelho.

[...] Pela riqueza arqueológica do concelho, pela forma como esta actividade está a ser conduzida, pode-se desde já afirmar que a elaboração da Carta Arqueológica do Concelho de Amarante, justificando tudo quanto nela se investiu, ultrapassa, inegavelmente, o âmbito meramente regional.

EDUARDO JORGE
(Riba Tâmega 10/11/82)

Paris evoca o primeiro «homo erectus «português»

[...] A exposição do Museu do Homem sobre Os primeiros habitantes da Europa é uma síntese das grandes etapas da aventura humana, desde o desembarque dos nossos tetravós nas costas meridionais, faz agora milhão e meio de anos (pouco mais ou menos, é claro...) até à aparição dos primeiros Neandertalianos, apenas há cerca de 100 mil anos.

[...] Com a ajuda de Delfim de Carvalho, director dos Serviços Geológicos portugueses e do investigador Georges Zbyszewski, dos mesmos serviços, os organizadores da exposição sobre os primeiros europeus contam-nos que os primitivos habitantes do território onde hoje é Portugal já estavam na Seixosa ao norte da Ericeira, há-de haver 1 150 000 anos. Os calhaus trabalhados descobertos nessa praia fóssil identificam por isso uma das indústrias de utensílios mais antigos da Europa. [...]

(O Jornal 19/11/82)

Embarcações típicas do Tejo estão a ser recuperadas no Seixal

O Seixal fez festa. Uma pequena festa muito íntima, mas recheada de significado. Por iniciativa da Câmara Municipal, foram ontem apresentados três barcos típicos do Tejo: falua, fragata e varino, recuperados por iniciativa do Município seixalense, que os salvou da condenação por que estão a passar todas as embarcações daquele tipo.

[...] A Câmara do Seixal, ao recuperar alguns destes barcos, salva também, os pergaminhos da tradição. A «Gai-vota», que ontem voltou a navegar, vai ser utilizada em viagens de alunos e professores que nela vão poder estudar a actividade náutica nas águas do rio.

A história do Tejo vai continuar a ser História!

(Diário de Notícias 5/12/82)

Património Arqueológico de Ródão – sua importância e estudo

Há onze anos apenas a zona de Vila Velha de Ródão era ainda, sob o ponto de vista arqueológico, um considerável tapete em branco onde sómente um ou outro afortunado pioneiro (antes de todos Francisco Tavares Proença Júnior) conseguira já projectar alguns escassos salpicos do seu elevado labor. Hoje, ao invés, são conhecidas naquela região centenas de pontos de interesse arqueológico, os quais em certos casos, pela sua importância e frequência, bem se podem considerar grossas manchas indeléveis que tanto aquém como além fronteiras começaram já a deixar rasto. À descoberta de estações arqueológicas de interesse excepcional, estudadas regular e metodicamente por equipas de competentes especialistas, junta-se a chama que arde no coração daqueles que, sendo naturais ou filhos de Ródão, tudo fazem, contra ventos, marés e incompreensões várias, para que a sua região ocupe cada vez mais o lugar de eleição que sucessivas gerações de antepassados lhe proporcionaram. Entre eles, nos tempos que correm, os jovens do Núcleo Regional de Investigação Arqueológica (N.R.I.A.), a quem se deve a primeira Carta Arqueológica dos concelhos de Vila Velha de Ródão e Nisa.

[...]

LUÍS RAPOSO

(Jornal do Fundão 24/12/82)

Arqueologia avança em Marco de Canaveses

Se 1980 foi o ano de sondagens das estruturas arqueológicas, até então desconhecidas, e 1981 foi o período de observação da importância particular das ruínas romanas de Freixo, 1982 serviu para confirmar todas as perspectivas anteriormente apontadas.

[...] Com a participação de arqueólogos, técnicos e colaboradores, numa média de 50 pessoas, procurou-se determinar o espaço arquitetónico do edifício termal. A notoriedade deste edifício é evidenciada pela piscina de grandes dimensões, tanque-piscina com quatro degraus (provavelmente «frigidarium»), hipocausto (zona aquecida), zonas de serviços, canalizações e estruturas diversas.

O espólio cerâmico e numismático permite adiantar dados cronológicos, nomeadamente do séc. I d.c., embora sejam também evidentes elementos que fazem pensar numa ocupação nítida do séc. IV d.c., além de ocupações posteriores. [...]

(O Tempo 30/12/82)

Museu Municipal de Sesimbra

Um pequeno museu foi instalado, no antigo edifício das Finanças de Sesimbra, pela Câmara local, que pretende fazer do núcleo um factor dinamizador do autêntico Museu Municipal de que a vila necessita. Para já, existe duas salas: numa expõem-se objectos etnográficos relacionados com a actividade piscatória; noutra encontra-se uma mostra de materiais arqueológicos descobertos no concelho, a partir de 1958. [...]

(Diário de Notícias 4/01/83)

Mina de cobre dá vestígios arqueológicos

O projecto de Neves-Corvo (Baixo Alentejo), que traz consigo tão boas perspectivas económicas, também pode contribuir para o enriquecimento do nosso património cultural, por muito estranho que isso possa parecer.

De facto, além das sondagens e das obras necessárias à extração do cobre, este projecto mineiro também previu um levantamento arqueológico do local, visto esta região ser fértil em vestígios da vida de outras épocas.

Assim, elementos de organismos universitários têm vindo a desenvolver pesquisas, na área da mina, já tendo desco-

berto um castro, uma muralha e uma necrópole romana.

Uma preocupação que nos apraz registar, e que, afinal, é tão invulgar numa empresa tão desligada da cultura, como é a Sociedade Mineira de Neves-Corvo. Um exemplo a registar e a seguir.

(Correio da Manhã 11/01/83)

Achados do Rio Arade não podem paralisar obras do cais de Portimão

A questão dos achados arqueológicos no rio Arade continua a despertar a atenção dos interessados na matéria, que não desistem de fazer valer os seus conceitos quanto à necessidade urgente de um estudo pormenorizado e esclarecedor sobre toda a zona daqueles achados.

Conforme noticiámos na devida altura, em 2 de Dezembro foram encontradas na bacia de injecção da draga em serviço no porto de Portimão, duas ânforas. ...

(Correio da Manhã 16/01/83)

«Vila» romana na «Terra de Catarina»

Uma importante «villa» romana foiposta a descoberto em terras da UCP «Terra de Catarina», em Baleizão, segundo notícia publicada ontem no «Diário do Alentejo».

A descoberta da «villa», junto à Quinta de S.Pedro, deu-se quando um tractorista procedia a trabalhos de lavoura. No local ficou a descoberto um pavimento de tecelas, de mármore branco e basalto, formando motivos geométricos e desenho de vegetais. ...

(o Diário 12/02/83)

Portugal Ganha Prémio de Conservação do Património

Portugal ganhou um dos primeiros prémios internacionais de conservação do património num concurso de recuperação e reconversão de velhos edifícios em pousadas – segundo foi ontem afirmado em Londres.

Com efeito, Vila Nova de Cerveira, no Minho, foi um dos vinte e cinco concorrentes europeus a ganhar um diploma num concurso organizado por «Europa Nostra», a Federação Internacional das Sociedades de Conservação do Património. ...

(ODia 19/01/83)

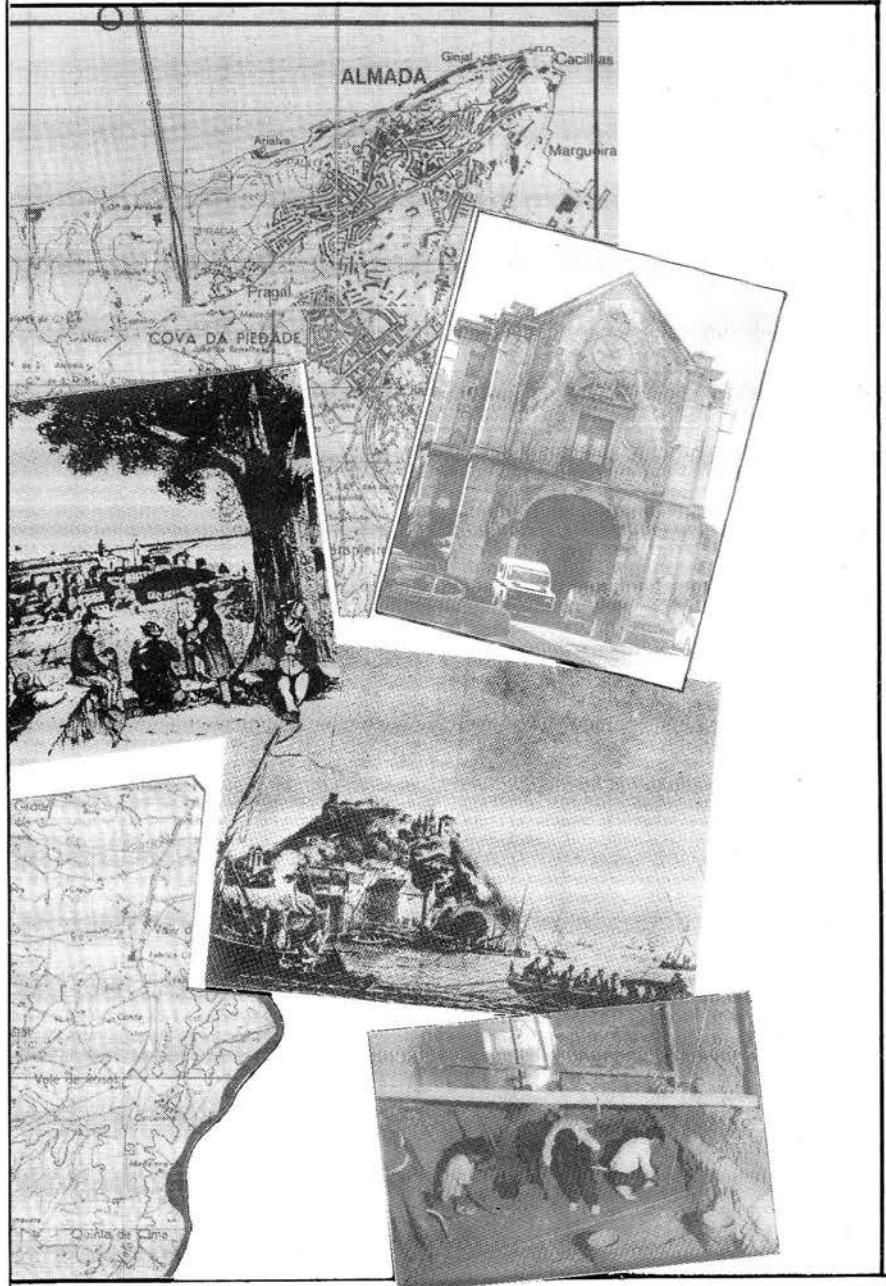
Seleção de Luís F. Baltazar



AL-MADAN n.º 0
novembro 1982
preço 100\$00

valcamónica — 10 000 anos de história reencontrados.
defesa do património arqueológico na área de sines.
casa dos bicos — seu historial.
os 10 anos de actividade do centro de arqueologia de almada.
questões da arqueologia nacional — entrevista com o Dr. Francisco Alves.
tróia (de setúbal).
III encontro nacional de associações de defesa do património.
villa romana do monte da chaminé — seu enquadramento arqueológico.
cacilhas — uma experiência de arqueologia urbana.

pedidos a:
centro de arqueologia de almada
apartado 103 (torcatas)
2800 almada.



al-madan

revista do centro de arqueologia de almada

...à descoberta do passado!

através da arqueologia...
do património construído...
da história local...